

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

YGOR KLAIN BELCHIOR

Tácito e o principado de Nero

Mariana
2012

YGOR KLAIN BELCHIOR

Tácito e o principado de Nero

Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens

Linha de pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Faversoni

MEMBROS DA BANCA:

Prof. Dr. Fábio Duarte Joly

Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP
2012

B410t

Belchior, Ygor Klain.

Tácito e o principado de Nero [manuscrito] / Ygor Klain Belchior - 2012.
156f.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Faversani.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.

1. Roma - História - Império, 30A.C.-284D.C. - Teses. 2. Tácito, Cornélio - Teses. 3. Nero, Imperador de Roma, 37-68 - Teses. 4. Retórica - Teses. I. Universidade Federal de Ouro Preto. II. Título.

CDU: 94(37)

A Maria Tereza

“A tirania é uma coisa instável; muita gente a adora” (Her. *Hist.* III, 53).¹

¹ Tradução de Gama Kury Cf. HERÓDOTO, 1988.

Agradecimentos

Gostaria de iniciar meus agradecimentos através da demonstração da minha sincera gratidão aos meus pais, Elisete e Luis Antônio. Graças em grande parte aos seus esforços e ao auxílio nunca por eles negado que consegui chegar até aqui. Aliás, é muito importante ressaltar meu “muito obrigado” para as discussões, a torcida e a presença que a minha família sempre demonstrou com os caminhos que procurei trilhar. Por isso tudo, também gostaria de lembrar todo o carinho que recebi de meus irmãos, Raissa, Natasha e Yan, pessoas que sempre estiveram ao meu lado e que me fizeram sentir o orgulho que cultivam por ter um irmão que se dedica aos estudos históricos. Além deles, também gostaria de agradecer ao meu avô, Etvaldo, às minhas queridas avós, Isaltina e Benedita, e aos outros familiares que me acompanharam nessa caminhada, em especial a meu primo Otávio.

No âmbito institucional, gostaria de destacar o imenso carinho e apreço que possuo pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, minha casa por mais de seis anos. Sempre serei grato por ter estudado nesse lugar que sucessivamente encantou todos os alunos que por ali passaram, seja pela beleza de seus jardins ou por sua arquitetura, seja pelo carinho de todos que ali frequentam. Por isso, também gostaria de agradecer à dedicação dos funcionários que sempre se fizeram presentes, seja para a burocracia ou para a limpeza, mas que juntos contribuíram para que minha estadia nesta Universidade fosse a melhor possível. E o que dizer dos professores? Pessoas tão dedicadas aos estudantes e ao Instituto que fica difícil para um aluno não cuidar e respeitar o seu lugar de estudo. Assim, gostaria de agradecer a todos os decentes que me acompanharam desde o início da minha graduação até o final desse mestrado. Em especial, gostaria de demonstrar minha sincera gratidão aos Professores Alexandre Agnolon, Álvaro Antunes, Celso Taveira, Fábio Faversoni e Valdei Lopes de Araújo, pessoas que sempre se posicionaram de maneira solícita para auxiliar na minha formação. Também gostaria de destacar a oportunidade que me foi concedida pela CAPES de ter completado meus estudos de mestrado com uma bolsa de estudos. Foi uma oportunidade única!

Também gostaria de agradecer aos membros do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, o LEIR, pela oportunidade de vivenciar intensas e novas discussões. Nesse sentido, cabe destacar a atuação e a dedicação de seus coordena-

nadores que reservaram um tempo mais do que especial para o nosso grupo em Mariana, participando de nossos eventos, em nossas defesas, mas, principalmente, por sempre nos escutar e nos auxiliar em nossos trabalhos. Por isso, gostaria de agradecer as professoras Ana Tereza Marques Gonçalves e Margarida Maria de Carvalho, e aos Professores Carlos Augusto Machado, Fábio Duarte Joly, Gilvan Ventura da Silva, Norberto Luiz Guarinello e, é claro, ao meu orientador Fábio Favarsani. Para ele, o meu muito obrigado por tudo.

Ainda no âmbito do LEIR, gostaria de agradecer alguns companheiros de pesquisa que compartilharam muitos dos problemas, das angústias e também da felicidade que foi o nosso trabalho. Dedico meus agradecimentos aos meus amigos Annelizi Fermino, João Victor de Freitas, Laura Zamuner Vasconcellos, Lucas Almeida de Souza, Mamede Queiroz, Prema Hari Perroni Campos, Sarah Fernandes Lino de Azevedo e Willian Mancini Vieira. Além deles, também gostaria de agradecer aos outros membros do LEIR nacional e de outros grupos de pesquisa, como Alex Degan, Andreza Caetano, Breiner Valcanti, Deivid Valério Gaia, Fábio Mazzarella, Rafael da Costa Campos, Tarsila Doná, Tâmara Kovacs e Paulo Martins, pessoas que me acolheram e que também contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho.

Gostaria também de manifestar minha gratidão à cidade de Mariana e às pessoas que conheci nesse lugar. Aos meus grandes amigos Audimar Queiróz, Fabio Jabour, Fábio Oliveira, Fúlvio Araújo, Humberto José Bis, Lucas Rocha, Marcelo Sena, Pedro Eduardo de Carvalho, Ricardo Ribeiro Coelho, Robson Cruz, Rodrigo Araújo, Tércio Veloso e todos da Vila Cesimbra e da República Orfanato. Além deles, gostaria de destacar meu carinho pela Cida, nossa comadre e amiga de longa data.

Enfim, também dedico meu trabalho a outras pessoas que também fizeram parte dessa luta, como meus amigos Lucas Rocco e Epaminondas Rocco, além dos familiares da minha noiva. Por último, gostaria de dedicar mais algumas linhas a uma pessoa muito especial para mim: a minha noiva Maria Tereza de França Souza. Tê, você foi tão importante que não encontro palavras para demonstrar meu carinho e apreço por ti. Mas, mesmo assim, não passo sem dizer que você possui minha eterna gratidão por tudo. Obrigado por todos os momentos de apoio e de carinho, meu amor. Isso tudo foi uma conquista nossa!

Resumo

Essa dissertação de mestrado se dedica ao estudo do principado de Nero através de duas fontes do gênero *historia*, produzidas por um senador romano de nome Públio Cornélio Tácito, e intituladas como *Anais* e *Histórias*. Nosso objetivo é observar como a narrativa referente aos anos do governo neroniano pode ser lida, pelo menos do ponto de vista de Tácito, através de uma ótica que privilegie as interações sociais entre o imperador, a aristocracia e outros grupos sociais que compunham a *respublica* romana, como as mulheres, os libertos, os escravos e os exércitos. Essa nova ótica, que foi construída através do estudo das obras taciteanas em diálogo com a literatura sobre a produção de discursos na antiguidade, a exemplo de Aristóteles, serviu para apresentarmos como esses constantes conflitos também podem ser lidos através de uma noção diferente daquela que considera as produções históricas como produções literárias sem compromisso com a veracidade dos fatos. Ou seja, através desse estudo, observamos que os conflitos entre o imperador e os seus súditos podem assumir na historiografia taciteana o papel de elementos de deleite, pois prendem a atenção da audiência, como também podem assumir características de “evidência” textual, demonstrando que os fatos prosseguiram dessa determinada maneira. Visto essas considerações, apresentamos como essa leitura do governo neroniano, em Tácito, auxilia-nos na compreensão de novas maneiras de pensarmos a organização política e social dos primeiros anos do principado romano, diferente daquelas leituras calcadas em críticas a condutas individuais dos imperadores.

Palavras- Chave: Tácito, Nero, *historia*, retórica e principado

Abstract

This work aims to study the emperor Nero principate. We have read two works of the genre *historia* which were written by a roman senator named *Publius Cornelius Tacitus*, the *Annals* and *Histories*. We have observed how the Neronian Government narrative can be read, at least from Tacitus's standpoint, as a critical point of view which privileges the social interactions among the emperor, the aristocracy and other social groups that composed the roman *respublica*, for instance the women, freedmen, slaves and the armies. Our view from Tacitus's works (vis-a-vis with the literature about the composition of the other Ancient works such as Aristotle's) has helped us to present how these conflicts can be understood in a different way from the one which considers the Ancient historical texts as essentially literary objects. In other words, we observed these conflicts between emperor and his subjects as textual entertainment elements, because they kept attracting the audience's attention, as well as in the role of textual "evidence", showing that the facts succeeded in that way. After doing this exercise we presented how this study of the Neronian Government and its end, on Tacitus, can be helpful for the comprehension of new manners in the way of thinking about the political and social organization in the early years of Roman Principate, which are not based in criticize the individual emperors conduct.

Key- words: Tacitus, Nero, *historia*, rethoric and principate.

Índice

Lista de Abreviações dos autores	11
Introdução	12
Capítulo I.....	28
Tácito e a sua <i>historia</i> : entre a atuação política e a literatura.....	28
O historiador orador: a guerra civil na política.....	45
Capítulo II.....	58
Tácito, retórica e o principado	58
História e Retórica: a guerra civil como <i>evidentia</i>	74
Capítulo III	89
Tácito e o principado de Nero	89
Conclusão	141
Referências bibliográficas	145
Edições das obras de Tácito	145
Autores antigos.....	145
Bibliografia	147

Lista de Abreviações dos autores

Abreviação	Nome do autor	Título da obra (em Latim ou Grego)	Título da obra (em Português) ²
Aris. <i>Poi.</i>	Aristóteles	Περὶ ποιητικῆς - <i>poiétikés</i>	Poética
Aris. <i>Reth.</i>	Aristóteles	Τέχνη ρητορική - <i>Ars Rhetorica</i>	Retórica
Aug. <i>Res.</i>	Caio Júlio César Otaviano	<i>Res gestae Divi Augusti</i>	A vida e os feitos do Divino August- to
Caes. <i>Civ.</i>	Caio Júlio César	<i>Commentariorum Libri III de Bello Civili</i>	Comentários so- bre as guerras civis
[Cic.] <i>Rhet.</i>	Tratado atribuído a Marco Túlio Cícero	<i>Rhetorica ad he- rennium</i>	Retórica a Herê- nio
Her. <i>Hist.</i>	Heródoto de Hali- carnasso	Ἱστορίαι - <i>Historiai</i>	História: o relato clássico da Guerra entre gregos e persas
Liv.	Tito Lívio	<i>Ab vrbe condita</i>	História de Roma
Luc. <i>Bell.</i>	Lúcio Aneu Luca- no	<i>Bellum Ciuile</i>	Farsália
Pol. <i>Hist.</i>	Políbio	Πολύβιου Ἱστορίαι - <i>Historiae</i>	História
Quint. <i>Inst.</i>	M. Fábio Quintili- ano	<i>Institutio oratoria</i>	Educação Oratória
Sen. <i>Cl.</i>	Lúcio Aneu Sêne- ca	<i>De clementia</i>	Tratado sobre a Clemência
Suet. <i>Nero.</i>	Caio Suetônio Tranquilo	<i>Nero</i>	Vida de Nero
Tac. <i>Ag.</i>	Públio Cornélio Tácito	<i>Agricola</i>	Vida de Agrícola
Tac. <i>Ann.</i>	Públio Cornélio Tácito	<i>Annales</i>	Anais
Tac. <i>Dial.</i>	Públio Cornélio Tácito	<i>Dialogus de Orato- ribus</i>	Diálogo dos Ora- dores
Tac. <i>Ger.</i>	Públio Cornélio Tácito	<i>Germania</i>	Germânia
Tac. <i>Hist.</i>	Públio Cornélio Tácito	<i>Historiae</i>	Histórias

² Em acordo com as edições usadas por nós e que se encontram na parte destinadas às Referências Bibliográficas.

Introdução

“No que diz respeito à visão global dos Julio-Cláudios, é importante lembrar que sua era teve um fim com a catástrofe nacional do ano de 69, um testemunho não de Nero como um estadista, mas da falácia do exercício arbitrário do poder que eles praticaram”³.

Ao analisarmos as contribuições intelectuais construídas sobre Nero é possível observar que este imperador sempre foi apresentado como um homem cruel, louco e um mau imperador. Como exemplo dessa visão, procuramos expor em forma de epígrafe uma passagem extraída da contribuição de Vassily Rudich, publicada em 1993 e intitulada “Political Dissidence under Nero: The Price of Dissimulation”, onde é possível encontrar uma visão muito interessante e ilustrativa sobre o governo neroniano⁴. Nessa visão de Vassily sobre o principado é possível identificar que o autor tece uma estreita relação entre esse sistema político que fora vivenciado pelos romanos antigos com uma concepção “monárquica” e “autoritária” de governo. E, para ele, o “exercício arbitrário do poder”, tal como praticado pelos imperadores da primeira dinastia, seria o link entre o principado e a monarquia, demonstrando que a característica primaz do governo dos Julio-Cláudios nada mais era do que o autoritarismo.

E para o autor isso se torna cada vez mais evidente, principalmente, se atentarmos para Nero, o imperador que além de se incumbir de exterminar a sua própria dinastia também era, pelo menos na visão de Rudich, tão tirano que proveu inúmeras maneiras para que um pesquisador pudesse se debruçar no estudo das dissidências políticas sob o governo de “maus imperadores”. Assim, visto essas considerações iniciais, convém propor uma pergunta: Seria, então, Nero próximo a um Tirano ou a um Rei?

Na verdade, essa questão pode ser formulada e fomentada devido à própria concepção que Vassily Rudich, e cabe afirmar que essa mesma concepção fora defendida por grande parte dos intelectuais do século XIX, nos apresenta sobre o principado. Para ele, essa nova realidade inaugurada por Augusto poderia

³ “In regard to the overall view of the Julio-Claudians, it sobering to recall that their era ended in the national catastrophe of AD 69, a testimony not to Nero’s as a statesman, but to the fallacy of the arbitrary exercise power that they practiced”. Cf. RUDICH, Vasily, 1993, p. xiv.

⁴ Todas as datas citadas neste trabalho deverão ser lidas como acontecidas depois de Cristo (d.C). Já, as relativas a eventos ocorridos antes de cristo (a.C), serão destacadas no corpo do texto.

ser classificada como uma forma de governo “esquizofrênica”, já que alternava em diversos níveis de ambivalências e ambiguidades a respeito da “restauração da República” e a posição do *princeps*⁵. Pois, na opinião do autor apesar do discurso dos imperadores se demonstrar diferente de qualquer forma de monarquia, e para isso basta atentarmos previamente a divisão de poderes entre o Senado e o imperador no discurso inicial de Nero (Tac. *Ann.* XIII, 4), na verdade isso *de facto* não existia, pois os imperadores deveriam ser lidos como monarcas já que suplantavam a autoridade de tudo e de todos, principalmente o tirano Nero.

Para além dessa visão de Rudich, podemos afirmar que o Principado de Nero foi eternizado como um manancial inesgotável para discutirmos a respeito das ambiguidades interpretativas sobre os imperadores romanos. Sobre esse curto espaço de tempo (54 – 68) foi construída uma longa tradição de pensamento acompanhada de discussões que, em muitos casos, refletem visões muito marcantes sobre esse imperador que findou com a sua própria dinastia. Por exemplo, em "Os Imperadores loucos", de Michel Cazenave e Roland Auguet, são discutidas as representações do imperador Nero que foram legadas pelas fontes, como Tácito e Suetônio. Segundo os autores, sob o nome Nero foi construído por romancistas todo um imaginário de que o *princeps* seria um monstro, uma cabeça oca e barulhenta, um charlatão e um fantoche⁶.

Contudo, o que realmente nos interessa é a ideia de uma imagem “pré moldada” a respeito de Nero e que nos leva a lembrar dele sempre que falamos em incêndios, vaidade exacerbada, crimes violentos, matricídio e assassinato de cristãos. Nesse sentido, podemos indicar também a hostilidade que foi construída contra a figura deste imperador também nos meios religiosos. Como sabemos, Nero foi o primeiro a mover uma perseguição aos cristãos. Mas este evento, de menor importância em seu tempo, foi valorizado tanto por ser sucedido por outras ondas de perseguição quanto por se consolidar como um evento fundador para a Igreja Cristã que conquistaria hegemonia no Império séculos depois. Ao longo do tempo, Nero passou então a ser ver como um anti-Cristo⁷. Isso fica claro em algumas produções cinematográficas. Dentre elas, destacamos a obra monumental

⁵ RUDICH, Vassily, 1993, p. XV.

⁶ AUGUET, Roland & CAZENAVE, Michel, 1995, p. 149.

⁷ Apesar de ser demonstrável que essa tradição que tende a observar Nero como o anti-Cristo foi formulada por Judeus que, após a destruição de Jerusalém, em 70, culpavam Nero pelos acontecimentos. Ou seja, dois anos após a morte deste imperador. Cf. GRIFFIN, Miriam, 1984, p. 15.

do escritor polonês Henryk Sienkiewicz, intitulada *Quo Vadis*, e que foi adaptada para o cinema em 1951 pelo diretor Marvyn Leroy. O filme mostra um universo bem imaginativo que apresenta Nero como “louco”, “devasso” e “sanguinário”. Nesta película, Nero é um imperador que reuniu o pior de todas as qualidades negativas que poderia se esperar de um tirano⁸.

No campo dos estudos críticos sobre Nero também podemos observar o desenvolvimento de uma historiografia que tende a observar este imperador como um dos piores governantes que chefiaram o Império Romano. Dentro dessa mesma lógica de interpretação, o autor Guglielmo Ferrero, em uma obra publicada em 1947, e intitulada “História romana”, nos oferece um capítulo dedicado ao governo de Nero e a chamada quarta guerra civil⁹. Segundo o autor, “a riqueza, o poder, as adulações despertaram rapidamente no jovem os maus instintos até então ocultos, sobretudo seu amor aos prazeres e seu caprichoso exotismo”¹⁰. Nesta mesma análise, podemos perceber que Nero aparece como um imperador covarde e que fora manipulado pelas mulheres de sua corte, Agripina *minor*, Acte e Popéia. Já, após a morte de seus tutores, o imperador teria se libertado daqueles que pensavam no bem da República e passou, com o auxílio do inescrupuloso Tigelino, a combater a tradição romana, que era sustentada por um senado fraco. No final, na análise de Ferrero, a quarta guerra civil seria uma atitude do povo e dos senadores contra imperadores tiranos, neste caso, contra Nero.

Outro pesquisador que atuou na primeira metade do século XX, Michael Rostovtzeff, compartilha da visão de que Nero ascendeu ao trono de forma irregular e reafirma que durante seu governo o imperador foi altamente influenciado por Burrus, Sêneca e pela sua mãe Agripina *minor*. Para o autor, o Principado neroniano pode ser resumido através de ações sanguinárias, como o assassinato de Britânico, seu meio-irmão (filho de Cláudio com Messalina e herdeiro potencial do trono) e uma sequência de atentados terríveis, inclusive culminando com o matricídio, já que sua mãe sempre “tentou usá-lo como fantoche no poder”¹¹. Somado a

⁸ Além dessa versão adaptada ao cinema podemos encontrar outras obras cinematográficas que se apoiaram nos escritos de Henryk Sienkiewicz. Em todas essas produções o nome “Quo Vadis” foi conservado e lidam com outras interpretações sobre o governo do polêmico imperador Nero. São elas, a versão francesa de 1901, três versões em italiano (1912, 1925, 1985) e outra em polonês (2001).

⁹ Segundo o autor, as três primeiras guerras civis seriam aquelas que opuseram Mário e Sula, César e Pompeu, Otaviano e Marco Antônio, ainda na República.

¹⁰ FERRERO, Guglielmo, 1947, p. 221.

¹¹ ROSTOVTZEFF, Michael Ivanovitch, 1977, p. 195

isso, segundo Rostovtzeff, Nero sempre governou “perturbado por Sêneca e Burrus que o haviam educado e desejam orientá-lo como jovem”¹². Já com o afastamento de seus tutores, o *princeps* entra em choque com a hostilidade e o desprezo dos que o cercam. Em suma, na visão deste autor, o Principado neroniano teria sido um governo marcado pelo terror e o massacre de todos os suspeitos de não simpatizar com ele ou com seus métodos de governo. Fato que levou a sua morte e ao fim de uma dinastia.

Além dessas visões negativas anteriormente citadas, e graças à enigmática formulação “*quinquennium tamen tantus fuit*”, atribuída ao imperador Trajano e cunhada por Aurélio Vitor, em seu *De Caesaribus*, também é possível encontrar novos caminhos para pensarmos os anos do governo neroniano e que se distanciam um pouco da visão que acabamos de apresentar. Como exemplo, podemos citar outros estudos realizados por alguns pesquisadores de língua inglesa, dentre eles David Shotter, J.C.C. Anderson, M.K. Thornton e T. E. J. Wiedeman que se incumbiram de encontrar traços de “bom” ou de “mau” governante nas atitudes tomadas por Nero através da análise dos relatos antigos: como o de Tácito e o de Aurélio Victor.

Talvez o caso do emprego de Aurélio Victor para fomentar essas questões seja um caso extraordinário. Extraída do *De Caesaribus*, a pequena expressão “*quinquennium tamen tantus fuit*”, indicando que havia cinco anos gloriosos de Nero, intrigou estes pesquisadores de língua inglesa a ponto de realizarem extensos debates sobre se podemos encontrar fundamento em fontes passadas para justificar tal afirmação. Essa expressão, que foi transmitida por Aurelius Victor, no século IV em sua obra *De caesaribus* (5, 2), e atribuída ao imperador Trajano, faz referência aos anos em que Nero, exercendo um “bom governo”, realiza grandes reformas na área urbana da cidade¹³. Derivada dessa expressão, esta historiografia se debruçou na tentativa de identificar um possível “*quinquennium Neronis*” (cinco gloriosos anos de Nero), através das leituras de outras fontes, como Tácito e Suetônio¹⁴.

¹² Idem, p. 198.

¹³ “Was so outstanding for five years especially in enhancing the city, that Trajan quite often justifiably asserted that all emperors fell far short of Nero in his (first) five years”. *quinquennium tamen tantus fuit, augenda urbe maxime, uti merito Traianus saepius testaretur procul differre cunctos principes Neronis quinquennio*) Tradução de H. W. Bird CF. AURELIUS VICTOR, 2004.

¹⁴ Essas questões também são muito evidentes nas reflexões sobre o período neroniano o tradutor para o francês do *De Caesaribus*, Pierre Dufraigne. Ele adotou a seguinte versão para esta passa-

Nesse sentido, T. E. J. Wiedeman, em um capítulo intitulado “Tiberius to Nero”, publicado na prestigiosa “The Cambridge Ancient History”, discute a aplicação da expressão *quinquennium Neronis*. Para o autor, o programa de melhorias na cidade de Roma através de inúmeras construções, durante o período pós-incêndio de 64, foi de fato muito eficiente. Contudo, o autor ressalta que essa política de reconstrução da cidade sofreu forte oposição devido aos gastos suntuosos do *princeps*. Segundo o pesquisador:

É pouco provável que a ideia de um quinquênio de Nero tenha sido inventada a fim de explicar a excelência dos seus edifícios, ou os reais (mas marginais) sucessos militares associados a Corbulão e a outros comandantes. Foi, talvez, mais uma tentativa de explicar porque muitos senadores, que posteriormente apresentaram Nero como um monstro, estavam preparados para apoiá-lo por tantos anos¹⁵.

Concordando com essas ideias, David Shotter, em um estudo intitulado “Nero”, desenvolve a crítica ao que ele denominou de “escritores modernos”¹⁶, e que aplicaram o termo *quinquennium Neronis* no intuito de entender os cinco primeiros anos do governo de Nero. Para ele, referindo-se ao historiador Aurélio Victor, o termo deveria ser aplicado aos cinco anos finais, quando o *princeps* realizou muitas atividades de construção de instalações e edifícios. Além dessa visão podemos citar brevemente que para outros pesquisadores, como J.C.C. Anderson, o *quinquennium* em questão corresponde aos cinco anos finais de governo com as reformas urbanísticas promovidas pós-incêndio de 64¹⁷.

Já, para outros pesquisadores, como J.G.F. Hind e M.K. Thornton, os anos do “bom governo” de Nero foram os cinco anos intermediários (60 - 65), onde o *princeps* teria realizado as construções do porto de Óstia e da *Domus Transitoria*¹⁸. Além dessas versões anteriores, também podemos citar a defendida por H. H. Scullard, de que os anos dourados de Nero seriam marcados pela influência de Agripina, Sêneca e Burrus sob o jovem *princeps*. Com a morte de sua mãe, no ano

gem específica: “les cinq premières années que son règne furent si glorieuses” (Os cinco primeiros anos de seu reinado foram tão gloriosos) Cf. AURELIUS VICTOR, 2004.

¹⁵ WIEDEMANN, T. E. J., 2006, p. 244.

¹⁶ SHOTTER, David A. C., 1997, p. 14.

¹⁷ ANDERSON, J.C.C., 1989, p. 177.

¹⁸ HIND, J.G.F., 1988, p. 629 e THORNTON, M.K., 1989, p. 119.

de 59, Nero teria se rebelado contra seus tutores, começando a privilegiar atitudes despóticas e que caracterizariam o tom do seu governo até o seu final¹⁹.

De outra forma, mesmo se realizarmos o pequeno exercício de destacar todos os diferentes tipos de argumentos a respeito dos anos que seriam os considerados “bons” do governo de Nero, e os colocarmos de maneira sobreposta a uma linha cronológica imaginária, que compreenderia todos os anos deste imperador, poderemos perceber que todas as versões possuem argumentos que sustentariam uma possível afirmação de que todos os anos do governo de Nero foram bons! (os cinco primeiros anos, 54 – 59, como a análise de Scullard, os cinco anos intermediários, 59 – 64, como exposto por Hind e Thornton, e, finalmente, os cinco anos finais, 64 – 68, como foi apresentado por Wiedeman)²⁰.

Todavia, para não alargarmos mais essa discussão, já que não é nosso intuito fazer a defesa desse imperador, e nem o de adentrarmos nesse debate específico e sem destino sobre os “bons anos de Nero”, nos limitaremos apenas ao que já foi exposto. Assim, podemos nos focar apenas no jogo de ambiguidades que estamos construindo a respeito de Nero. Como vimos, existem argumentos que sustentam a noção de que Nero era um imperador louco e tirano, mas, como também foi exposto, ainda é possível sustentar que o seu governo foi bom. Sendo assim, uma pergunta essencial deve ser feita: porque as produções sobre esse polêmico imperador não entraram em um consenso sobre um possível “verdadeiro” Nero? Afinal, o que dizem as fontes contemporâneas sobre esse imperador? Sobre as fontes disponíveis, podemos afirmar que nosso conhecimento sobre o Principado neroniano repousa basicamente na leitura de três autores - Tácito (Tac. Ann. XII, 69 a XVI, 25), Suetônio (Vida de Nero) e Dião Cássio (História de Roma. LXI, 35 – LXIII, 3) – cujas obras foram compostas entre a primeira metade do século II e a primeira metade do século III. No entanto, outras obras compostas entre meados dos séculos I e II também trazem importantes elementos sobre o período neroniano, como as biografias de Galba, escritas por Plutarco e por Suetônio, que tratam da queda de Nero. Também é possível consultar obras contemporâneas a Nero que sobreviveram até nós, como é o caso da Guerra judaica (II, IV), escrita por Flávio Josefo, que foi composta nos últimos anos do governo de Nero e no início do período Flávio.

¹⁹ SCULLARD. H.H, 2001, p. 305.

²⁰ Devo essas ideias ao professor Fábio Favarsani.

Somado a isso, também podemos extrair informações importantes sobre o período neroniano nos tratados filosóficos de Sêneca, suas Epístolas Morais e no *De Clementia*. Além dessas produções, podemos citar outras fontes do período neroniano, como a *Farsália* de Lucano, as *Saturae*, de Pérsio, o tratado agrônômico de Columella intitulado *De re rustica*, o *Satyricon* de Petrônio, as *Eclogae* de Calpúrnio Sículo e o *Panegyricus Pisonis* e *Bucolica Einsiedlensia*, ambas reconhecidas como de autoria de Pseudo-Calpúrnio Sículo, o *De Caesaribus*, 5 (c. 360) de Aurelius Victor e o *Epitome de Caesaribus*, 5 que foi produzido em meados do século IV d.C. Importante ressaltar ainda abundante documentação numismática e epigráfica, cujo acesso ainda que parcial é possível para pesquisadores sediados no Brasil, e o restante da documentação arqueológica referente ao período, cujo acesso a pesquisadores brasileiros é bastante difícil.

Essas fontes serviram de base para que nome de Nero fosse eternizado na galeria dos maus imperadores, inclusive servindo de base para que a sua conduta fosse interpretada através da noção de que ele era um dos piores exemplos que a tirania poderia oferecer. Esta visão se baseia em passagens que comprovam que a figura de Nero era utilizada para medir o quanto um governante era tirano. Como exemplo, podemos citar as palavras de Tácito que foram proferidas como uma crítica ao imperador Domiciano: “Nero, todavia, desviou seus olhos, ordenou crimes, mas não os contemplou; a principal de nossas misérias, durante Domiciano, era a de ter visto, quando se tomava nota de nossos suspiros” (*Tac. Agr.* 45)²¹. Assim, nessa passagem fica evidente a formulação de um retrato negativo deste imperador, inclusive servindo como margem para desenhar outro tipo de limite: Domiciano era, pelo menos para Tácito, pior do que Nero.

No entanto, apesar de indicarmos anteriormente que o governo neroniano pode ser lido através de uma ótica negativa, o que podemos perceber através da leitura das fontes é que o imperador somente teve seus poderes contestados a partir da conspiração pisoniana que foi deflagrada em 65, ou seja, depois de onze anos de governo. Outro bom exemplo dessa preocupação está contido no final da narrativa da biografia de Nero, escrita por Suetônio, onde podemos perceber cla-

²¹ Nero tamen subtraxit oculos suos iussitque scelera, non spectavit: praecipua sub Domitiano miseriarum pars erat videre et aspici, cum suspiria nostra subscriberentur, cum denotandis tot hominum palloribus sufficeret saevus ille vultus et rubor, quo se contra pudorem muniebat. Tradução de Agostinho da Silva. Cf. TÁCITO, 1974.

ramente que essa ambiguidade que foi construída a respeito deste imperador não pode ser facilmente resolvida.

Ao analisarmos a obra em questão poderemos perceber que Suetônio também não consegue responder as nossas questões de uma maneira simples, já que se propõe a dividir o governo neroniano em dois momentos distintos: o primeiro, onde o biógrafo engloba as características do governo que considerada como positivas; enquanto, na segunda parte, enfatiza os traços negativos do imperador²². No entanto, apesar dessa divisão, o que podemos perceber é que Suetônio continua, até o final da biografia de Nero (*Vita Neronis*), defendendo o caráter ambíguo da figura deste *princeps* como governante de Roma. Fato que pode ser percebido através da leitura dos versículos finais desta obra:

Obiit tricensimo et secundo aetatis Anno, die quo quondam Octaviam interemerat, tantumque gaudium publice praebuit, ut plebs pilleata tota urbe discurreret. Et tamen non defuerunt qui per longum tempus vernis aestivisque floribus tumulum eius ornarent ac modo imagines praetextatas in rostris proferrent, modo edicta quasi viventis et brevi magno inimicorum malo reversuri. Quin etiam Vologaesus Parthorum rex missis ad senatum legatis de instauranda societate hoc etiam magno opere oravit, ut Neronis memoria coleretur. Denique cum post viginti Annos adulescente me exstitisset conditionis incertae qui se Neronem esse iactaret, tam favorabile nomen eius apud Parthos fuit, ut vehementer adiutus et vix redditus sit

Morreu no trigésimo segundo ano de sua vida, no mesmo dia do aniversário da morte de Otávia, e tal foi a alegria pública, que a plebe se regozijou ostentando o gorro da liberdade por toda a cidade. No entanto, por um longo período de tempo, houve quem decorasse seu túmulo com flores da primavera e do verão, e nos rostra colocaram suas imagens vestindo pre-texta, ou seus editos, como se ele ainda estivesse vivo e retornando para derrotar seus inimigos maus. Também, Vologeso, rei dos partos, quando enviado ao senado para renovar a sua aliança, com muita sinceridade implorou que deveria prestar honra à memória de Nero. Na verdade, vinte anos depois, quando eu era jovem, uma pessoa de origem incerta que dizia ser Nero apareceu, e este nome era tão favorável no meio dos Partas que ele foi vigorosamente acolhido por eles, e o entregaram com grande relutância. (Suet. *Nero*, VI, 57)²³.

Nesse mesmo sentido, mesmo nos focando apenas em Tácito ainda não podemos sanar todas as ambiguidades construídas sobre Nero. Isso fica evidente se analisarmos o governo de Oto. Sobre o imperador Marco Sálvio Oto (*Marcus Salvius Otho*) os *Anais* têm muito pouco a nos dizer. Nesta obra, o futuro imperador apenas aparece três vezes (Tac. *Ann.* XIII, 12; XIII, 45; XIII, 46), e quando o

²² Sigo o esquema de divisão da biografia de Nero que é feito por JOLY, Fábio Duarte, 2005.

²³ Tradução nossa. [Grifos nossos]

faz é sempre relacionado com alguma atitude Nero ou através de esparsas referências sobre sua origem familiar, como as alusões ao seu irmão L. Sálvio Oto, cônsul em 52, e ao seu pai L. Sálvio Oto, que exerceu o cargo de cônsul suplente em 33²⁴. No entanto, apesar de não ser protagonista nesta narrativa, ainda podemos atentar para o fato de que o maior destaque dado ao futuro imperador consiste certamente na amizade que este possuía com Nero. Fato que fica evidente se atentarmos para a narrativa do romance entre o imperador com a ex- mulher de Oto, Pompéia Sabina²⁵. Romance, este, que irá proporcionar ao antigo marido, no ano de 58, o cargo de governador da província da Lusitânia com o intuito de afastá-lo para que Nero pudesse contrair núpcias com Popéia.

Já nas *Histórias*, Oto, além de exercer o papel de protagonista em alguns momentos da narrativa taciteana, também possui um papel preponderante e muito intrigante durante os acontecimentos que levaram à queda de Nero, inclusive se aliando com os dissidentes liderados por Galba. Além disso, podemos atentar para as passagens onde o historiador latino se refere sobre a esperança de Oto ser adotado pelo imperador Galba como seu sucessor, o que não ocorreu. Mas, talvez, ainda nos cabe relatar que, em detrimento da escolha de Oto, a escolha do sucessor do já idoso imperador Galba também pode ser aplicada como um dado muito sintomático para pensarmos o Principado romano através da noção de que o jogo político e social ainda era praticado pelos mesmos grupos sociais que foram atuantes no governo de Nero, e que também eram liderados por descendentes de famílias tradicionais da República, inclusive que atuaram contra a facção de Augusto. Nesse sentido, o escolhido, Lúcio Calpúrnio Pisão Frugi Liciano, um descendente de Pompeu e filho de Marcus Crasso com Escribônia, representava uma ruptura na dinastia que até então havia governado²⁶.

Após essa narrativa, o historiador latino começa a descrever um cenário de disputas marcado pela presença de duas *factiones* distintas: uma que possuía o apoio de Galba e a outra que era composta por membros que apoiavam Oto (Tac. *Hist.* I, 13). No entanto, essa discussão se torna cada vez mais importante para nosso estudo através da análise dos acontecimentos anteriores a essa passagem, onde podemos perceber que o imperador Galba, sucessor de Nero, teve Oto como

²⁴ Tac. Ann. XII, 52; XIII, 45; XIII, 46; XIV, 1.

²⁵ Tac. Ann. XIII, 45; XIII, 46; XIV, 1; XIV, 59; XIV, 60; XIV, 61; XV, 23; XV, 61; XVI, 6.

²⁶ Tácito, *Histórias*, I, 16.

um dos principais patrocinadores de sua ascensão ao poder. E, agora, nesse contexto, Oto estava compondo uma facção que lutaria para substituir o imperador que ele ajudou a proclamar. Ou seja, nas palavras de Tácito:

namque Otho pueritiam incuriose, adulescentiam petulanter egerat, gratus Neroni aemulatione luxus. eoque Poppaeam Sabinam, principale scortum, ut apud conscium libidinum deposuerat, donec Octaviam uxorem amoliretur. mox suspectum in eadem Poppaea in provinciam Lusitaniam specie legationis seposuit. Otho comiter administrata provincia primus in partis transgressus nec segnis et, donec bellum fuit, inter praesentis splendidissimus, spem adoptionis statim conceptam acrius in dies rapiebat, faventibus plerisque militum, prona in eum aula Neronis ut similem.

Oto teve uma infância negligenciada e uma juventude desregrada, e ele se fez agradável a Nero através da emulação de suas extravagâncias. Por essa razão, o imperador havia confiado a ele seus amores por Popéia Sabina, a favorita do imperador, até que ele se visse livre do casamento com Otávia. Logo, suspeitando da relação deste com a mesma Popéia, Nero, no intuito de se ver livre, o enviou para a província da Lusitânia, aparentemente para ser governador. Oto governou a província com suavidade e, como ele foi o primeiro a entrar no partido de Galba, não o fez sem energia, e, enquanto a guerra se alastrou, foi o mais enfático dos seguidores do imperador, a ponto de ser levado a acreditar desde a primeira vez e cada vez mais na esperança de um dia ser adotado por ele. Muitos dos soldados eram favoráveis a ele, como também era o candidato da corte neroniana, que era similar a dele (Tac. *Hist.* I, 13)²⁷.

Nesta passagem ainda podemos indicar quatro palavras utilizadas por Tácito e que demonstram a volatilidade que esses grupos sociais conflitantes poderiam possuir (“*aula Neronis ut similem*”)²⁸. Assim, podemos propor a hipótese de que o apoio a determinados imperadores não era definido por critérios estáveis e nem por um consenso geral. Isso pode ser evidenciado ao final desta passagem, que foi anteriormente citada, quando historiador latino indica que Oto possuía uma vantagem proporcionada pelos favores dos exércitos e da corte de Nero.

Além disso, nesse mesmo contexto também é possível destacar uma ambiguidade muito significativa e que poderíamos interpretar de maneiras muito

²⁷ Tradução nossa.

²⁸ No entanto encontramos outras interpretações, como a que citamos: “and the court was biased in his favor, because he resembled Nero” Cf. TACITUS, 1964; Temos também a tradução de Kenneth Wellesley: “and Nero’s courtiers naturally fell for on who resembles him” Cf. TACITUS, 1995. Nesse sentido também poderíamos traduzir como a corte similar a de Nero.

distintas de acordo com o contexto e com o auxílio que recebemos de determinados tradutores. Uma das possibilidades seria a de entender a expressão “*ut similem*” como a tentativa, por parte de Tácito, de indicar uma estreita relação entre os membros da antiga corte neroniana com aqueles que apoiavam Oto, ou até mesmo como uma afirmação de que o futuro imperador estava no comando daqueles que apoiaram Nero. Afinal, Oto não havia apoiado Galba contra Nero? Teria ele mudado de ideia? O que justifica o apoio de grupos sociais que antes eram pró-Nero àquele que outrora havia amparado um candidato dissidente?

Essa atitude é completamente diferente daquela de Vespasiano um imperador que procurou destruir alguns dos monumentos construídos sob o governo do último Júlio-Cláudio, como a *domus aurea*, e construir nas proximidades de suas antigas fundações um marco de que os tempos eram outros: o anfiteatro Flávio, conhecido também como o Coliseu. Além disso, nenhum desses imperadores anteriormente citados conseguiu fazer um sucessor. Ou seja, foram todos mortos pelas mãos dos mesmos romanos que, em muitos casos, foram seus aliados em tentativas passadas de usurpação, como o caso do apoio que o imperador Galba recebeu de Oto durante as hostilidades contra o governo de Nero. Já, posteriormente, o mesmo Oto se voltou contra o imperador que ajudou a promover e se colocou em posição de governar a *respublica*. Fato que se consolidou e hoje entendemos o seu curto governo através das mesmas categorias que utilizamos para descrever outros Principados, como o de Augusto.

Além do mais, também podemos destacar que além desses dois candidatos é possível perceber que outros líderes, como Ninfídio Sabino (Tac. *Hist.* I, 3), além de Tito Vínio e Cornélio Laco (Tac. *Hist.* I, 13), candidatos que não eram descendentes de família ilustre, como o caso de Lúcio Calpúrnio Pisão Frugi Liciano, mas que demonstram outras maneiras de se ascender politicamente e socialmente a tal ponto de se colocarem como alternativas viáveis para a sucessão imperial. Somado a essas questões, podemos ainda citar referências extraídas de passagens das *Histórias* em que Galba e Oto são apresentados como muito próximos das atitudes que foram dignas de críticas dentro da corte neroniana, como também eram extremamente aplicáveis às atitudes do próprio imperador. Ou seja, nas palavras de Tácito, referindo-se ao governo de Galba:

seademque novae aulae mala, aequae A nova corte possuía os mesmos males da

gravia, non aequè excusata. ipsa aetas Galbae inrisui ac fastidio erat adsuetis iuventae Neronis et imperatores forma ac decore corporis, ut est mos vulgi, comparantibus.

antiga, males gananciosos como sempre, mas não prontamente desculpados. Até a idade de Galba gerava sentimentos ridículos e desagradáveis entre aqueles que faziam associação com a juventude de Nero, e que estavam acostumados, como é comum entre os vulgares, atribuir valor aos seus imperadores através da beleza do formato de atributos físicos. (Tac. *Hist.* I, 7) ²⁹.

Também é muito importante relatar que é possível encontrar referências de Tácito que evidenciam a existência de pessoas que poderiam fazer novos imperadores, como Licínio Flaco: “ele era um homem que poderia achar mais fácil transferir o poder imperial para outro, do que mantê-lo em suas mãos” (Tac. *Hist.* I, 8). Podemos indicar que a formação de grupos de apoio e de oposição era feita através de maneiras muito mais complexas do que aquelas calcadas em disputas pessoais ou contra determinadas atitudes dos imperadores. Ou seja, como pudemos perceber através da análise que fizemos dos episódios envolvendo Oto e suas relações com Nero e Galba, ele se coloca como uma figura interessante para compreendermos o principado neroniano, principalmente pelo apoio que recebe dos membros que compunham a antiga corte e a constante necessidade que esse imperador demonstra em continuar as antigas obras de Nero.

Em suma, essas observações nos levam a concordar com a proposta de Edward Champlin de que é necessário levar em consideração um certo exagero por parte das fontes na construção da imagem de Nero, principalmente em Tácito, Suetônio e Dião Cássio, pelo fato de que essas fontes terem sido compostas depois da morte de Nero e, portanto, se apropriaram de outras visões que já haviam sido cunhadas, como a de Clúvio Rufo, Fábio Rústico e Plínio, o velho³⁰. Como reconhece o autor, embora seja possível traçar correntes filneronianas nos círculos literários da época, essa forma de se pensar o governo desse imperador certamente foi suplantada pelos acontecimentos dos anos de 68 e 69. Somado a isso, o autor ainda afirma que grande parte da tradição negativa que foi construída sobre Nero foi construída e fomentada pela dinastia posterior, a dos Flávios, fixando a reputação de Nero como um monstro para todas as gerações vindouras³¹. Ou seja, a mesma visão de Nero, o monarca autoritário, que afirmamos ser a mais aceita pe-

²⁹ Tradução nossa.

³⁰ CHAMPLIN, 2003, p. 36 - 56.

³¹ Idem, p. 9.

las interpretações literárias e cinematográficas e até mesmo historiográficas sobre esse imperador.

No entanto, como é apontado por Miriam Griffin, em sua obra “Nero: the end of a dynasty”, não devemos esquecer que o principado não era uma monarquia, e que um imperador que se portasse como um rei seria prontamente extirpado do poder, já que ainda era necessário respeitar a atuação e a autonomia de outros grupos sociais que também compunham a *respublica*, como os senadores, os equestres, os exércitos, os libertos, as mulheres e os escravos. E uma das maneiras de se portar dessa maneira era se colocando como um membro da aristocracia e que ainda respondia a uma forma republicana de governo. Ou seja, o imperador não poderia ser um rei, mas ainda concentraria em suas mãos muito poderes. Mas como isso poderia funcionar?

Assim, se faz necessário estudar o governo desse imperador através de um diálogo com a historiografia que se debruçou em compreender a organização política e social do principado com o intuito de nos indagarmos sobre como o imperador lidava com os outros grupos que compunham a *respublica*, principalmente com a elite senatorial e equestre. Além disso, para a autora, também é visível a importância de pensarmos o conteúdo e a forma que esses governantes nos são apresentados pelas fontes, já que, como destacamos, não parece possível pensarmos o governo de Nero somente através dos critérios morais expressos por elas³².

Dessa maneira, pretendemos analisar o político romano Públio Cornélio Tácito e atribuição produzida por ele aos fatos transcorridos em dias e governos passados, como o de Nero. No entanto, para estudarmos o principado de Nero (54 - 68), convém afirmarmos que adotaremos em nossa pesquisa marcos distintos de análise que não aqueles que foram anteriormente citados. Ou seja, iremos nos debruçar em uma metodologia distinta daquela que visava estabelecer recortes “qualitativos” para classificar um “bom” ou “mau” governo através de marcos cronológicos distintos, sejam eles as mortes de Agripina, de Burrus, e Sêneca, a ascensão de Tigelino, ou até mesmo em relação aos avanços na área de construção e reurbanização de Roma.

³² Idem, p. 16.

Portanto, com o intuito de debater essas questões, em nosso primeiro capítulo, intitulado “Tácito e a sua *historia*: entre a atuação política e a literatura”, iremos inicialmente propor uma apresentação da biografia do historiador latino Tácito, autor das duas fontes que encabeçam nossa pesquisa: os *Anais* e as *Histórias*. Feito esse debate, partiremos para a análise da tradição construída sobre os diversos contextos de leituras das obras taciteanas, mas focando principalmente nos estudos que foram desenvolvidos no século XX por Ronald Syme e por A. J. Woodman, autores que se posicionam como autoridades nos estudos sobre Tácito e as suas obras.

Dentro desse esquema adotado por nós, pretendemos lidar com os debates sobre a historiografia taciteana através de duas formas distintas: a primeira que privilegia o questionamento das obras taciteanas em complemento com a biografia individual de Tácito, orador e político, e a segunda através do debate com produções que visavam entender o gênero *historia* como uma forma de deleitar determinada audiência. Nosso propósito com esse debate é o de nortear uma linha de pensamento que vise a guiar a maneira como vamos lidar com a análise historiográfica das nossas duas fontes antigas, seja através do emprego de mecanismos "modernos", como as teorias literárias de Hayden White, ou através de mecanismos "antigos", como as regras de composição de discursos apresentadas pelos autores antigos, como Heródoto e Cícero.

Após esses debates, pretendemos ainda nesse capítulo tecer considerações que possam contribuir para novas observações acerca da ordenação social e política durante o Principado romano para a historiografia e em Tácito. Este debate servirá para estabelecermos como a leitura das nossas fontes pode auxiliar no estabelecimento de novas visões sobre a organização política e social do principado romano, em especial o governo de Nero, que diferem dos critérios utilizados para justificar o apoio e a oposição aos imperadores como ações que visavam somente sustentar ou sublevar “bons” ou “maus” imperadores. Isso também vale para os critérios de avaliação calcados no patronato. Nesse sentido, também iremos debater os modelos que visam compreender a organização política e social durante o governo de Nero através da atuação do imperador como patrono. Em outras palavras, faremos uso dos mesmos critérios embasados em condutas individuais para debater se podemos afirmar que teríamos por um lado “bons” patro-

nos, que mantêm a ordenação, e por outro “maus” patronos, que se colocam como um imperador a ser contestado.

Desta maneira, ao analisarmos um historiador que buscou atribuir um sentido para praticamente um século de história através do relato em duas obras históricas, iremos indagar em nosso segundo capítulo, intitulado "Tácito, retórica e o principado", a respeito de como o historiador latino descreve os acontecimentos da dinastia Júlio-Claudia e o desencadeamento dos conflitos civis de 69. Por isso, iremos discutir como os conflitos das guerras civis vencidas por Augusto aparecem constantemente na narrativa dos *Anais* para descrever o embate político durante o Principado.

Para tanto, iremos lidar com temas relacionados à historiografia antiga, retórica e oratória, analisando como o Principado, a República e as guerras civis podem ser entendidas dentro da proposta historiográfica de Tácito através de duas maneiras distintas. Uma delas nos remete à noção de que os conflitos civis podem ter a função retórica (através da *evidentia*), e a outra nos conduz à percepção de que estes mesmos conflitos podem assumir um papel ligado à concepção de história mestra da vida (*magistra uitae*) e, portanto, deveria ensinar (*docere*) através de exemplos extraídos do passado. Assim, tendo em vista essa divisão construída por nós, pretendemos atentar para a hipótese de que essas duas concepções podem se completar na tentativa de entendermos a atuação do historiador antigo como um agente literato e político.

No terceiro capítulo, intitulado “Tácito e o principado de Nero”, estudaremos com mais afinco o governo de Nero, nos *Anais* e nas *Histórias*. Para tanto, iremos considerar como as visões desenvolvidas em nossos capítulos anteriores, a respeito da crítica documental e da análise historiográfica de nossas fontes, e também sobre como a visão do principado fornecida pelo historiador latino, podem nos auxiliar na compreensão de novas visões sobre o governo de Nero. Nesse sentido, pretendemos estudar a posição hierárquica do *princeps* como inserida dentro do mesmo sistema de disputas que perpassavam as *domus* dos senadores e dos equestres, além de ser possível destacar uma política de ordenação que englobasse os libertos, os exércitos, os escravos e até mesmo as mulheres. Ou seja, grupos sociais que também eram essenciais para manter ou sublevar a ordem vigente.

Além disso, cabe destacar que, como estamos lidando com a análise de um autor antigo que produziu em latim, optamos por manter nossas reflexões sempre em diálogo com diversas edições das obras de Tácito, atentos às possibilidades de estabelecimento de texto apresentadas pelos especialistas e também às possibilidades de tradução que se abrem a partir destes textos latinos estabelecidos. Assim, utilizamos as edições publicadas na internet pela Latin Library (<http://thelatinlibrary.com>), as traduções para o inglês, realizadas por A. J Woodman (*Anais*) e por Kenneth Wellesley (*Histórias*), além dos livros taciteanos que foram editados pela Les Belles Lettres. Somado a essas versões em língua estrangeira das obras historiográficas de Tácito, ainda foi possível consultar na Biblioteca de Obras Raras da Universidade Federal de Ouro Preto a primeira tradução para o português dos *Anais*, realizada por José Liberato Freire de Carvalho, e que foi reeditada pela coleção “Clássicos Jackson” (Vol. XXV), no ano de 1952.

Somado a esse material para consulta, optamos por realizar nossas próprias traduções de algumas das passagens extraídas das obras de Tácito e que se encontram citadas nesse trabalho. Para tanto, contamos também com algumas pesquisas que foram realizadas no Brasil, como as de Fábio Duarte Joly e Juliana Bastos Marques, autores que também demonstraram a preocupação de realizar traduções de importantes passagens das obras taciteanas. Nesse sentido, optamos em destacar nas notas de rodapé as versões que utilizamos, além da apresentação do texto latino como apresentado pela edição da Belles Lettres

Esperamos que esse debate seja frutífero e que nos revele questões para pensarmos o regime dos imperadores, em especial o do polêmico Imperador Nero, não através de críticas em relação a condutas individuais, mas através da noção de que o Principado também era uma ordem composta por diversos conflitos políticos e sociais. Além disso, como também pretendemos demonstrar, o auxílio mútuo entre as novas críticas epistemológicas no campo da história, principalmente no campo da historiografia clássica, podem ser de grande valia para o desenvolvimento de novas perspectivas de leitura a respeito das realidades sociais, políticas e até mesmo literárias das sociedades antigas.

Capítulo I

Tácito e a sua *historia*: entre a atuação política e a literatura

Esse capítulo tem como objetivo trabalhar dois elementos fundamentais para o desenvolvimento de nosso estudo: Tácito e o gênero discursivo *historia*. Nossa opção por tal recorte pode ser justificada pelo interesse demonstrado pelos novos estudos desenvolvidos na segunda metade do século XX na Europa e nos Estados Unidos. Dentre essas pesquisas, podemos destacar as contribuições de John Marincola e de A. J. Woodman, autores que dedicaram muitas linhas ao desenvolvimento de uma inovação metodológica para o estudo das fontes antigas, dentre elas as do gênero *historia*³³. A proposta destes autores é de que os estudiosos do mundo antigo deveriam olhar para os discursos produzidos na Antiguidade através de uma ótica inovadora, qual seja, através do estudo das áreas do saber que faziam parte da formação dos oradores antigos: como a retórica e as próprias regras do gênero discursivo escolhido (seja ele historiográfico, poético ou até mesmo biográfico).

Seguindo nesse mesmo caminho, podemos alertar para a necessidade de que um estudo sobre o principado de Nero, feito através de uma fonte produzida na Antiguidade, deve estar, portanto, atento às formas de produção e de recepção desses textos antigos. No entanto, quando falamos em produção desses discursos se faz necessário afirmar que não é o nosso intuito aprofundar o debate que vise explicar a formação dos letrados antigos e nem o processo educacional a que este

³³ Esses dois autores foram influentes no debate sobre a historiografia antiga. Entre suas obras podemos destacar a coletânea de artigos organizada por John Marincola, em 2007, e intitulada “A companion to Greek and Roman historiography”. Além dela, no âmbito dos estudos sobre a historiografia tacitena, destacamos a obra de A. J. Woodman, publicada em 2009, e intitulada “The Cambridge companion to Tacitus”. Nessas duas coletâneas podemos observar que o debate gira em torno da retomada das noções sobre retórica e história tal como foram defendidas pelos autores antigos. Para tanto, nesses trabalhos é possível perceber um diálogo com produções que visavam elucidar um “método historiográfico” antigo, como Cícero, Heródoto e Tácito. Embora esse “método” não seja explicitado pelos autores antigos, salvo em alguma medida por “Como se deve escrever a História”, de Luciano de Samósata, para Woodman e Marincola estudar como o gênero *historia* era exercido pelos antigos ainda se torna uma tarefa realizável. Para eles, é possível encontrar em outras produções algumas tendências que possam indicar certas regras para a composição de determinado gênero discursivo. Com efeito, através do debate com os tratadistas antigos, como: Cícero (*De Oratore* e *Orator*) e Quintiliano (*Institutio Oratoria*), essas novas reflexões indicaram que os historiadores antigos deveriam se assemelhar cada vez mais com os historiadores modernos, pelo menos do ponto de vista epistemológico, já que compunham suas narrativas históricas através de preceitos literários e ficcionais, mesclando elementos extra-textuais, como as fontes, e intra-textuais, como a retórica e as figuras de linguagem. Tudo isso sem nenhum compromisso com a veracidade dos fatos narrados, mas, sim, para com o deleite produzido nos ouvintes. Cf. MARINCOLA, John, 2007; WOODMAN, A. J., 2004.

foi submetido³⁴. Nesse trabalho, apenas nos concentraremos nas leituras realizadas pelos pesquisadores que se debruçaram no estudo de Tácito e de suas obras. Este debate é muito importante para delinear nossa metodologia de leitura das nossas fontes, principalmente, se também nos focarmos nos elementos relacionados à vida e a atuação política do historiador latino Públio Cornélio Tácito.

Assim, dando prosseguimento ao nosso capítulo, convém apresentarmos uma biografia sobre o autor das duas fontes históricas que encabeçam nossa pesquisa. Sobre a vida e as obras do historiador Tácito as incertezas começam pelo seu *praenomen*: *Gaius* ou *Publius*? A dúvida é fomentada pela falta de consenso que encontramos nas fontes que foram recopiladas pela posteridade³⁵. Como exemplo, podemos citar as que referências realizadas pelo bispo Sidônio Apolinário, no século V, que menciona duas vezes o nome do historiador latino Tácito com o prenome *Gaius* (*Ep.* IV, 14, 1 e 22, 2)³⁶. Já, de maneira adversa a essa possibilidade, podemos encontrar o prenome *Publius* no códice *Mediceus* I, que data do século IX, e que é um dos principais manuscritos utilizados nas traduções modernas dos primeiros livros da obra *Anais*. Além dessas dúvidas anteriores, também não podemos encontrar um consenso entre os pesquisadores sobre o seu local de nascimento e o de falecimento. No entanto, predomina entre os estudiosos e biógrafos do historiador latino a opinião de que seu nascimento se deu no sudeste da Gália Narbonense e seu falecimento em Roma³⁷.

³⁴ Os oradores antigos possuíam uma formação educacional calcada em estudos de gramática, retórica e exercícios de oratória. Artes do saber que tinham como base a leitura e a declamação de diferentes auctoritates, como Homero, Tucídides, Platão, Isócrates, Aristóteles, Demóstenes, Virgílio, Salústio e Cícero, e também a leitura de historiadores, como Heródoto, Tucídides, Políbio e Tito Lívio. No entanto, como podemos destacar através da análise da literatura desenvolvida sobre o tema, esse tipo de educação era privilégio de poucos. O próprio linguajar das grandes composições, os temas tratados, o entendimento dos topói e figuras discursivas geravam a necessidade de que os ouvintes fossem também de uma instância instruída da sociedade, já que esses discursos eram declamados em ambientes aristocráticos. Nos *Anais*, por exemplo, diversos membros da elite aparecem como intelectuais: como exemplo, apenas para citar nomes pouco conhecidos, M. Servílio Nonianus (*Tac. Ann.* VI, 29; VI, 30; VI, 31; XIV, 19), Aruleno Rústico (*Tac. Ann.* XVI, 26) e Curcio Montano (*Tac. Ann.* XVI, 28; XVI, 29; XVI, 33). Os personagens mais discutidos da narrativa taciteana, como Sêneca, Lucano, Corbulão e Traséia Peto também se destacaram pela eloquência e pelos seus estudos. Além desses exemplos, podemos citar o momento da narrativa taciteana quando o imperador Nero é criticado por não ser um orador eloquente, ao contrário de todos os imperadores da dinastia Júlio-Claudia, já que havia exercitado em sua infância apenas a música e a pintura, deixando de lado a oratória (*Tac. Ann.* XIII, 3). Cf. AGNOLON, Alexandre, 2010. BOISSIER, Gaston, 1934; MARROU, Henri-Iréné, 1990; NICOLAI, Roberto, In: MARINCOLA, John, 2007; PARATORE, Ettore, 1983; WOODMAN, A. J., 2004

³⁵ BOISSIER, Gaston, 1934; JOLY, Fábio Duarte, 2003; MELLOR, Ronald, 1999; SYME, Ronald, 2002 e ZÚÑIGA, José Tapia, 2002

³⁶ Apud JOLY, Fábio Duarte, 2004, p. 37.

³⁷ Fábio Duarte, 2003; WOODMAN, A. J., 2004

Somado a essas informações, podemos precisar os anos em que viveu esse hábil político romano através de referências extraídas de suas obras que nos indicam dados sobre a sua vida pessoal e seu *cursus honorum*. Assim, através do estudo dessas informações, os pesquisadores modernos, como Ronald Mellor, adotam em seus estudos que o nascimento do historiador se deu entre os anos de 55 ou 56 e seu falecimento por volta de 117³⁸. Seu nascimento se deu, portanto, nos primeiros anos do Principado neroniano e seu falecimento sob Trajano, vivenciando, portanto, o período das guerras civis de 69, marcada pelos curtos governos de Galba, Oto e Vitélio, além do nascimento de nova dinastia, conhecida como Flávia, inaugurada por Vespasiano. Além desses Principados, o historiador ainda presenciou os governos de Tito, Domiciano, Nerva e Trajano, tendo em todos os governos a partir de Domiciano uma posição de destaque dentro da hierarquia social e política. Portanto, podemos afirmar que, durante sua vida de aproximadamente sessenta e dois anos, Tácito atravessou o governo de diversos imperadores.

Conforme atestado por Plínio, o Velho, em sua *História Natural*, 7, 76, Tácito nasceu de uma família proeminente, já que, nesta obra, podemos encontrar referências a um cavaleiro romano de nome Cornélio Tácito, um ascendente direto do historiador latino. Graças à posição privilegiada de sua família, adquiriu o *status* de equestre ao iniciar a sua carreira política. No entanto, além do bom nascimento, também podemos atentar para o fato de que sua ascensão política se torna mais aguda a partir do ano de 78, quando contrai núpcias com a filha do Cônsul Cnaeus Júlio Agrícola (Tácito, *Agrícola*, 9). Após essa união, o historiador latino exerceu importantes cargos e magistraturas em praticamente todos os governos posteriores até o ano de seu falecimento, sob o Principado de Trajano.

Nesta breve biografia de nosso autor se faz necessária uma referência ao seu *cursus honorum*. Destacamos, então, que a sua carreira política começou durante o reinado de Vespasiano (69 – 79), atuando, provavelmente, como questor. Já, sob o governo de Tito, quando possuía cerca de vinte e cinco anos de idade, exerceu o tribunato (79 – 81)³⁹. Além dessas magistraturas, entre os anos de 81 a 96, e que correspondem ao governo de Domiciano, Tácito se tornou um senador romano, demonstrando que se encontrava cada vez mais influente na capital do

³⁸ MELLOR, Ronald, 1999.

³⁹ LINTOTT, Andrew, 2001, p. 236.

Império Romano. Em uma das passagens de sua obra *Anais*, o autor nos oferece a informação de que no ano de 88, durante a execução dos jogos seculares – *Ludi Saeculares* (Tac. *Ann.* XI, 11, 3) –, sob Principado de Domiciano, ocupou o cargo de pretor, ao mesmo tempo em que exerceu a função de sacerdote quindécenviral, ao qual pertencia “o cuidado destas festas; e os pretores eram os que mui principalmente tinham a seu cargo a execução destas cerimônias” (Tac. *Ann.* XI, 11, 3)⁴⁰.

Já, durante o ano de 97, Tácito, como *consul suffectus* (cônsul suplente), deu continuidade às funções de Virgínio Rufo, por ocasião de sua morte (Plínio, *Ep.* II, 1). No ano 100, sabe-se pelas cartas de Plínio, o Jovem, a seu amigo Vocônio Romano, que Tácito ganhou notoriedade nesta função, defendendo os africanos numa acusação contra o pró-cônsul Mário Prisco (Plínio, *Ep.* II, 1)⁴¹. O último cargo conhecido de Tácito é o proconsulado da Ásia Menor de 112 a 113, que pode ser atestado pela inscrição de Mylasia, composta ainda sob o Principado de Trajano⁴².

Sobre sua educação, supõe-se que tenha sido discípulo de Marco Fábio Quintiliano, o autor do tratado *Institutio Oratoria* (Educação Oratória), com quem aprendeu a arte da retórica, da oratória e desenvolveu sua eloquência. Em toda a sua vida, Tácito escreveu cinco obras (*Vida de Agrícola*, *Germânia*, *Diálogo dos Oradores*, *Histórias* e *Anais*) que foram compostas entre os anos de 98 a 115, durante o período que compreende os governos de Domiciano, Nerva e Trajano. Todos estes escritos chegaram até nós de forma incompleta. Contudo, dispomos ainda de uma parte importante de seu *corpus* documental e que possibilita uma boa leitura de todas as obras legadas por Tácito, que passaremos a apresentar.

Finalizada no ano 98, a primeira obra composta por Tácito, intitulada como *Vida de Agrícola* (*De Vita Iulii Agricolae*), é uma biografia com um forte fundo etnográfico. Composta por uma breve descrição da região da Bretanha e um relato sobre as conquistas romanas; destaca a vida de seu sogro Júlio Agrícola, e pode ser inserida no gênero das *Laudationes Funebres*. Além dela, e publicada no mesmo ano de 98, a *Germânia* (*De Origine et Situ Germanorum*) é possivelmente em parte fruto da experiência que o autor obteve quando procurador da Germânia

⁴⁰ Tradução de José Liberato Freire de Carvalho Cf. TÁCITO, 1952.

⁴¹ JOLY, Fábio Duarte, 2004, p. 39.

⁴² Idem, p. 39.

Bélgica. Esta obra descreve a geografia, aspectos do cotidiano, instituições e cultura dos germânicos.

O *Diálogo dos Oradores* (*Dialogus de Oratoribus*), obra de estilo ciceroniano, foi escrita provavelmente em 102 e explora uma preocupação comum a outros autores do período imperial, debatendo as razões para o declínio da oratória. Embora não possamos saber ao certo sua autoria (ela foi atribuída a Tácito), esta obra relata um diálogo que o autor ouvira quando jovem, sob o governo de Vespasiano, acerca do declínio da eloquência⁴³.

Publicada em 109, as *Histórias* (*Historiae*), é uma obra que foi inicialmente composta por doze volumes (conservaram-se apenas os cinco primeiros livros em apenas um manuscrito medieval). Sobre seu conteúdo, podemos afirmar que ela nos apresenta a narrativa dos eventos que transcorrem desde o dia primeiro de Janeiro de 69 – o dia em que as legiões de *Moguntiacum* recusaram a aliança com Galba - até o final do governo de Domiciano, no ano de 96. Esta produção é, portanto, uma das principais fontes históricas sobre o período das guerras civis de 69.

Por último, tratemos dos *Anais* (*Annales*). Esta obra que foi publicada em algum momento entre os anos de 115 e 120, é um conjunto de dezesseis livros (estima-se que talvez fossem dezoito)⁴⁴. O conteúdo dos *Anais* corresponde ao final da vida do imperador Augusto e a ascensão de Tibério ao poder (19 de agosto do ano 14) até os momentos finais do governo de Nero (no ano de 68)⁴⁵. No entanto, esta obra, como a grande maioria da tradição textual antiga preservada, não foi conservada em sua totalidade – apenas dois terços foram preservados. Os livros que nos restam são: os livros I a IV, o início do V, o livro VI (incompleto) e os livros XI (sem o início) a XVI (sem o final).

Os *Anais* e as *Histórias* chegaram até nós graças a dois códices: *Mediceus prior* e *Mediceus alter*⁴⁶. O primeiro é datado da segunda metade do século

⁴³ Esta obra foi atribuída a Tácito devido à descoberta de um códice no monastério de Hersfeld, na Alemanha, no século XV. Neste códice, estavam compiladas as chamadas obras menores (Germânia, Vida de Agrícola e Diálogo dos Oradores) Cf. JOLY, Fábio Duarte, 2003.

⁴⁴ Alguns acontecimentos relatados em Tac. Ann. II, 56, 60 e 61 correspondem ao ano de 115.

⁴⁵ A narrativa se interrompe em Tac. Ann. XVI, 35. Supõe-se que Tácito teria escrito até a morte de Nero que se deu no ano de 68.

⁴⁶ O *Mediceus prior*, que no século XVIII passou a formar parte da Biblioteca Laurenziana de Florença, sob o registro LXVIII, 1, foi encontrado na abadia de Korvey, em Westfalia, nos finais do século XV. Dali foi transferido para a Itália e, em 1509, passou para as mãos do cardeal Juan de Medicis que, ao assumir o pontificado sob o nome de Leão X, encarregou o Humanista Filippo Beroaldo de sua impressão, que foi concluída no ano de 1515 Cf. ZÚÑIGA, José Tapia, 2002, p.

IX e o segundo de meados do século XI. O *Mediceus alter* contém os seis últimos livros que conhecemos dos *Anais* (XI – XVI), e imediatamente depois, com a numeração sequenciada, e sem título, os quatro primeiros livros completos das *Histórias* e um breve fragmento do quinto (XVII – XXI); O *Mediceus prior*, sob o título de *Ab excessu diui Augusti libri*, contém os quatro primeiros livros dos *Anais*, os cinco primeiros capítulos do livro V (o quinto capítulo está pela metade) e a parte final do livro VI⁴⁷.

Sobre a recepção deste material, podemos afirmar que vida e a obra de Tácito tem sido objeto de estudo desde o Renascimento até os dias atuais⁴⁸. Nesse aglomerado de leituras, e cabe dizer que revestidas de diferentes preocupações históricas, foi construído um debate muito estimulante a respeito das concepções de Tácito sobre a legitimidade do regime do Principado e sobre a conduta dos imperadores (muitas vezes entendidos como tiranos). Deste imenso debate é possível destacar que grande parte da tradição de pensamento constituída ao longo dos séculos XVI ao XIX, a respeito do objetivo das obras de Tácito, seguiu as tendências interpretativas calcadas na análise dos regimes monárquicos e na conduta das classes dirigentes⁴⁹. Como exemplo, podemos destacar a indicação dada por Fábio Duarte Joly. Em “Tácito e a metáfora da escravidão”, quando o autor defende a ideia de que a inserção do historiador latino na agenda do pensamento político europeu se deu através do primeiro comentário político de suas obras, feito em 1580. O autor de tal comentário, o historiador italiano Francesco Guicci-

XVIII. O *Mediceus alter*, foi copiado em letra lombarda, em meados do século XI, na abadia de monte Casino. No ano de 1370 foi descoberto por Boccaccio, que o transferiu para Roma. Posteriormente, esse manuscrito passou para o convento de São Marcos, em Florença, para a Biblioteca Laurenziana, sob o registro LXVIII, 2 CF. ZÚÑIGA, José Tapia, 2002, p. XVIII.

⁴⁷ Contudo, passagens da própria obra fizeram com que o seu título permanecesse *Anais* (IV, 32,1; II, 65; XIII, 31,1) CF. ZÚÑIGA, José Tapia, 2002, p. XVIII.

⁴⁸ “Cornelius Tacitus foi o maior historiador que o mundo romano produziu” Cf. MELLOR, Ronald, 1999, p. 76; “O maior de todos os historiadores romanos” Cf. SYME, Ronald, 2002, p. 157; “Tácito foi conhecido como o maior historiador da Roma Antiga, e os *Anais* como o seu maior trabalho” Cf. WOODMAN, A. J, 2004, p. IX.

⁴⁹ Nossa opção por esse recorte cronológico se deve ao fato de que não é nossa intenção a de apresentar em extensas linhas os debates anteriores ao século XIX, já que uma lista hipotética envolvendo essa tradição de leitura de Tácito poderia começar no século III, quando o Imperador também de nome Tácito, que se dizia parente do historiador, ordenou que seus escritos fossem copiados anualmente (*Historia Augusta, Tac., X*), passando pelas leituras renascentistas, pela contestação dos regimes absolutistas, até o nosso século. Para maiores informações sobre a tradição taciteana Cf. BOISSIER, Gaston, s/d; COLOMA, Carlos, s/d; GINSBURG, Judith, 1981; GRANT, Michael, 1959, Pp. 7 – 26; JOLY, Fábio Duarte, 2004; LINTOTT, Andrew, 2001; MELLOR, Ronald, 1999; SYME, Ronald, 1967; ZÚÑIGA, José Tapia, 2002, Pp. IX – XXIV; WOODMAN, A. J, 2004; WOODMAN, A. J, 2009.

ardini, considerava a leitura das obras taciteanas como “um guia para a vida na corte e para o exercício do poder monárquico”⁵⁰.

Além dessa perspectiva defendida por Fábio Duarte Joly, também podemos citar a obra de Arnaldo Momigliano, intitulada “As raízes Clássicas da Historiografia Moderna”, onde também é possível perceber a leitura das obras históricas de Tácito (*Anais* e *Histórias*) como aplicadas ao autoritarismo imperial. Esta leitura se enquadra no contexto de críticas políticas às monarquias europeias – entre o Renascimento e o século XVIII - e até mesmo no âmbito dos regimes nazista e fascista da primeira metade do século XX. Nas palavras de Arnaldo Momigliano,

O ensinamento de Tácito sobre o despotismo era ambivalente. Não pretendia jamais encorajar revoluções, mas, sem dúvida, abria os olhos de quem se preocupasse em ver os efeitos do despotismo. Outras pessoas poderiam tomar seus ensinamentos como uma lição temática sobre a arte de governar, uma lição de realismo.⁵¹

De outro modo, também poderíamos traçar um paralelo com outras leituras de suas obras, como as leituras realizadas por Thomas Jefferson no contexto da elaboração da constituição norte-americana, e também como o exemplo das “Memórias de Christina Rainha de Suécia”, escritas entre 1632 e 1654⁵². Essas preocupações, contudo, foram redesenhadas no contexto do estabelecimento da História como ciência, no século XIX, e com a crítica à formulação ciceroniana da *historia magistra vitae* frente a uma história linear de cunho científico⁵³. A partir desse ponto, as obras históricas de Tácito foram essencialmente entendidas pelos intelectuais europeus como “literatura”, ou seja, um constructo totalmente diferente dos moldes da *Geschichte*, a qual estava preocupada com a veracidade dos fatos e com a sequência unificada dos eventos.

Nesse contexto, temos uma crítica ferrenha da obra de Tácito como historiador, em especial, na leitura realizada pelos teóricos alemães ligados às novas

⁵⁰ Apud. JOLY, Fábio Duarte, 2004, p. 51.

⁵¹ MOMIGLIANO, Arnaldo, 2004, p 170.

⁵² O professor de Classical Studies Program at Christopher Newport University (Newport News, VA), David Pollio, publicou estudos em um blog sobre a leitura de Thomas Jefferson das obras de Tácito, relacionando essa preocupação com o momento da elaboração da constituição norte-americana (1776) e a luta contra a tirania, no início do século XVIII CF. <http://faculty.isi.org/blog/post/view/id/180> (acessado em 21 de agosto de 2011). Sobre as leituras de Tácito realizadas por Christina I, rainha da Suécia, Cf. Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa. Tomo I (1780 – 1788). Lisboa: Typografia da Academia, 1797, p. 557.

⁵³ KOSELLECK, Reinhart, 2006, p. 41-60.

perspectivas da “Escola Metódica”⁵⁴. Dentre essas leituras, podemos destacar a de Eduard Norden que buscava ressaltar as qualidades literárias da obra taciteana, e principalmente por Theodor Mommsen, que o descartou como uma fonte útil para a análise do Império Romano e o definiu como monarquista⁵⁵. Ainda dentro desse contexto, podemos afirmar que o historiador latino também foi declarado o menos militar de todos os historiadores e foi acusado de ser mal informado sobre a política administrativa provincial⁵⁶. Sua função, portanto, foi definida como a de um poeta, “um dos poucos grandes poetas que Roma jamais tivera, apenas para condená-lo como historiador”⁵⁷.

Já, no início do século XX, a “revolução documental”, proposta pela escola francesa dos *Annales*, somada às ideias desenvolvidas depois pela história dos conceitos [*Begriffsgeschichte*] de Reinhart Koselleck, auxiliaram no reconhecimento de que Tácito deveria voltar a ser lido como historiador e que suas produções forneciam narrativas sobre o passado de Roma. Ou seja, as produções literárias na Antiguidade passavam a ser vistas como documentos históricos e como fontes “úteis” para o estudo de temas como os abordados pela história social, política e econômica⁵⁸.

⁵⁴ Somado a isso, o próprio contexto intelectual (século XIX) vivenciado pelas ciências sociais impulsionavam a “ciência histórica” para uma condição primaz dentro do processo de formação das identidades nacionais. Essa imensa recorrência aos estudos históricos direcionou as pesquisas no sentido de compreender a origem e a formação dos povos que habitaram aquela região (que agora era entendida como nação), como também sobre as instituições que ali atuaram. Totalmente devedores dos acervos e catálogos legados por uma tradição antiquária que conservou muitos documentos “oficiais”, esses teóricos liderados por Leopold von Ranke reclamaram para si a empreitada de levar a história à categoria de ciência através da elaboração de um “método histórico”. Dentro desse método, para que fosse realizada a empreitada história, era essencial que os “historiadores metódicos” realizassem dois processos primários que envolviam a matéria prima da ciência histórica: a crítica interna e externa das fontes históricas. Feito esse processo, e constatada a veracidade dos documentos, cabia aos pesquisadores apenas reproduzir aquilo que encontravam em suas fontes. Sob a égide da concepção de uma história científica, os pesquisadores do mundo antigo, como Mommsen, passaram a desconsiderar as obras dos historiadores antigos como obras essencialmente histórica. Ou seja, realizavam esse processo através da noção de que tudo que havia sido desenvolvido na antiguidade, pelo menos em termos de história, não possuía compromisso com a exposição fidedigna dos fatos passados, pois era objeto para estudos literários. Para maiores informações sobre esse debate Cf. ANDERSON, Benedict, 1989; ARAUJO, Valdeí Lopes de, 2008, pp. 57-99; BALAKRISHNA, Gopal, 2000; BATSTONE, William W. In: FELDHERR, Andrew, 2009; BELCHIOR, Ygor Klain, 2011a; CHIARAMONTE, José Carlos, 2004, pp. 17-57; LENDON, J. E. In: FELDHERR, Andrew, 2009; FUNARI, Pedro Paulo A., 1999; MORGAN, J. R. In: MARINCOLA, John, 2007; MARTIN, Hervé & BORDÉ, Guy, 1983; MORGAN, J. R., 2007; RUTHERFORD, Richard, In: MARINCOLA, John, 2007 e WOODMAN, A. J., 2004.

⁵⁵ JOLY, Fábio Duarte, 2004, p. 48.

⁵⁶ MOMIGLIANO, Arnaldo, 2004, p. 184.

⁵⁷ Idem, p. 185.

⁵⁸ Com o início do século XX, principalmente durante os anos entre as duas grandes guerras mundiais, a historiografia foi repensada por outra “escola histórica” que não a dita “positivista” ou “metódica”, os “Annales”. Com um projeto legitimado nas universidades francesas, os teóricos

Dentro dessas novas tendências historiográficas, em 1934, Gaston Boissier publica o livro intitulado “Tácito”, onde procura levantar alguns pontos muito discutidos na Alemanha sobre a maneira de conceber a história e de julgar os acontecimentos e os homens. Para o autor, Tácito se aplicou muito tardiamente ao gênero que o fez imortal: a *historia*. E mesmo quando o fez se distanciou dos maiores historiadores que serviam como modelos: Tito Lívio e Salústio. Além disso, o objetivo de Tácito em fazer história, segundo Boissier, não era o de apenas deleitar o ouvinte (Tito Lívio) e nem o de apenas tratar de questões morais (Salústio). O estilo taciteano era variado e dinâmico e a sua principal tarefa era instruir através dos exemplos⁵⁹.

Quanto aos temas tratados nas obras de Tácito, Boissier os relaciona com as experiências que o historiador teve durante o exercício de suas magistraturas e aos estudos que realizou quando estava a cargo de alguma tarefa. Como exemplo, cita que Tácito fez um estudo sobre a origem do deus egípcio Serapis (Tac. Hist. IV, 83), enquanto era membro do colégio sacerdotal (*quindecimviri sacris faciundis*), cuja função era a de vigiar os cultos estrangeiros. Contudo, a maior parte da análise de Boissier consiste na formação e no aperfeiçoamento das técnicas historiográficas de Tácito. Para isso, o autor se debruça, primeiramente, na análise da obra *Diálogo dos Oradores*, buscando compreender quais eram as concepções de Tácito sobre a oratória, a filosofia e as ferramentas de sua própria formação.

liderados por March Bloch, Fernand Braudel e Lucien Febvre iniciaram, a partir de 1929, um programa de revisão da ciência histórica com uma dupla confrontação: por um lado, as múltiplas abordagens que poderiam ser apreendidas através de um diálogo com as ciências sociais (ciências auxiliares), no intuito de enriquecer os modelos de inteligibilidade do passado; e por outra via, só que em um sentido inverso, através da maior compreensão da experiência do passado para interpretar e compreender o mundo contemporâneo. Somado a isso, através da proposta de uma “revolução documental”, para os “Annales” tudo parecia tornar-se documento histórico: a família, a sexualidade, as idades, as crenças, os sentimentos, o cotidiano e as mentalidades, eram analisados sob a ótica da “história problema” e ampliavam os horizontes documentais dos historiadores, que cada vez mais se aperfeiçoavam em ferramentas extraídas das “ciências auxiliares”. Contudo, a concepção de que existia uma historiografia científica, e que ela era diferente daquela que fora realizada pelos antigos ainda predominava Cf. SIMIAND, François, 2003 e REVEL, Jacques, 1989. A contribuição de Koselleck, por sua vez, consistiu basicamente no entendimento do conceito “história” como influenciada pelos seus respectivos regimes de historicidade. A história para os antigos, portanto, teria uma aceção totalmente diferente daquela que havia sido desenvolvida pelos teóricos da “Escola Metódica” alemã. Nesse sentido, a própria contraposição entre uma concepção de historia magistra vitae (tempo cíclico), como aceito pelos antigos, e a ideia de um progresso científico e temporal (tempo linear), pode se manifestar como sintoma dessa diferenciação indicada por Koselleck. Cf. KOSELLECK, Reinhart, 2006 e KOSELLECK, Reinhart, 2004.

⁵⁹ BOISSIER, Gaston, 1934, p. 16.

Já, a partir das décadas de 1940 e 50 é possível perceber uma disputa entre os intelectuais no intuito de entender os discursos através do estudo das biografias dos autores, além de ser visível um debate muito promissor sobre as questões que envolviam a composição e as características dos gêneros literários antigos. No caso dos estudos sobre Tácito, podemos iniciar nosso estudo por Sir Ronald Syme. Em um artigo intitulado “How Tacitus came to history”, o autor busca compreender o processo pelo qual o orador latino Tácito passou dos primeiros escritos (*Agrícola*, *Diálogo dos Oradores* e *Germânia*) para a produção de obras históricas (*Histórias e Anais*)⁶⁰.

Para essa tarefa, o pesquisador se detém no início de sua reflexão no debate entre as ideias de Gaston Boissier (que haviam sido publicadas apenas 15 anos antes) e Ernst Kornemann, o autor da obra *Das Prinzipat des Tiberius und der “Genius Senatus”* (1947), e um dos alunos de Theodor Mommsen. Seu intuito nessa discussão é o de combater aquilo que denominou como “equivocos” (misconceptions), principalmente nas interpretações realizadas por Gaston Boissier e Ernst Kornemann, que defendiam as ideias de que era possível prever a intenção de Tácito em escrever as suas obras, como também descobrir as predisposições nacionais da historiografia romana⁶¹. No entanto, para Syme, essas proposições não se constituíam como alternativas viáveis para o entendimento da historiografia taciteana. E a justificativa dada para refutar essas concepções estava calcada na percepção que essas interpretações eram fruto do clima de florescimento literário na França e na Alemanha, e a consequente criação de escolas e de um sistema bem avançado de pesquisa histórica. O que estava em voga era o entendimento de Tácito através dos moldes do que era então entendido como um historiador profissional.

A versão de Syme foi lançada em 1958 através da publicação de sua obra monumental intitulada “Tacitus”. Nesta obra, que ainda se destaca como referência nos estudos sobre o historiador latino, Syme procura iniciar a sua apresentação realizando a defesa de Tácito como historiador, tendo sempre em vista a discussão que realiza frente a uma bibliografia que é negativa quanto ao reconhecimento de suas obras como históricas. Nesse sentido, Syme se afasta das concepções alicer-

⁶⁰ As ideias contidas nesse artigo foram melhor trabalhadas na publicação dos dois volumes que compõem o estudo de Ronald Syme sobre Tácito (Capítulos I – III e XI – XII).

⁶¹ SYME, Ronald, 1957, pp. 160-167.

çadas no entendimento da historiografia taciteana através da ótica inspirada no florescimento acadêmico do final do século XIX e do início do século XX, propondo uma formulação interessante, já que situa as obras de Tácito em uma tradição historiográfica emulada de Salústio. A explicação para isso é a de que os estilos da escrita historiográfica desses autores podem ser comparados em diversos aspectos, e um deles é a visão pessimista que demonstram sobre o novo regime instaurado (Principado)⁶².

Dessa maneira, no intuito de driblar os problemas relativos às concepções dominantes, Ronald Syme procura se afastar do entendimento que a atividade historiográfica taciteana somente poderia ser feita através da aproximação com aquilo que era entendido (ou não) como a atividade do historiador profissional moderno. Dessa maneira, o pesquisador procura delinear através do constante contraste entre a hipótese calcada no entendimento das obras históricas de Tácito como parte de uma tradição emulada de Salústio, que consistia na representação pessimista dos acontecimentos relatados, em conjunto com o estudo da biografia do autor.

No entanto, cabe ressaltar que essas novas preposições a respeito da historiografia taciteana, conforme defendidas por Syme a partir do ano 1958, já encontravam suas bases fundadas nas ideias desenvolvidas ao longo do clássico livro, que havia sido publicado quase vinte anos antes, intitulado “The Roman revolution”. Através dessa leitura, podemos destacar que grande parte da contribuição de Syme consiste na proposta prosopográfica dos *patres* das famílias tradicionais da República principalmente entre Augusto (o chefe do partido de César – “Caesarian party”, nos termos de Syme) e os membros da elite romana, entre os anos finais da antiga República e os anos iniciais do Principado.

A constatação a que Syme chega é que as famílias tradicionais foram se extinguindo ao longo do Principado, cedendo lugar aos *novi homines* advindos das províncias e que passavam a ter relações muito próximas com o partido dos imperadores. Essa nova elite reconfigurou a política romana e passou a ocupar as posições proeminentes que antes eram destinadas aos membros das famílias da *nobilitas* republicana, culminando na chegada desses novos homens ao poder máximo

⁶² Nessa mesma abordagem, Ronald Syme distancia a obra *Anais da obra Ab urbe condita* Libri de Tito Lívio, já que para o autor neozelandês, Lívio não possui uma visão crítica do regime, apenas está interessado em recorrer ao passado republicano para que a “historia” seja fonte de segurança para os problemas do presente.

do Império, através das guerras civis de 69. Trata-se de um caminho semelhante ao que também foi trilhado pelo historiador Públio Cornélio Tácito.

Portanto, tendo como ponto de partida a hipótese de que a guerra civil dos anos de 68 e 69 foi um processo de reconfiguração da sociedade imperial romana, Syme delinea o contexto em que Tácito começa a se inserir na vida pública e a escrever as suas obras. Dessa maneira, defende a ideia de que seus trabalhos estavam por refletir esse contexto de reconfiguração social e política, tendo sua exposição fortemente marcada pelo tom pessimista emulado de Salústio. Mas, para o autor, Tácito estava fazendo política com as suas obras? Segundo Syme:

Tácito não tinha nenhum desejo em poupar a classe senatorial ou até mesmo o sistema imperial. Ele sabia muito bem como a promoção e o patrocínio eram operados: o nascimento e a riqueza, conivência mútua ou tráfico, e os postos mais altos que eram entregues à ganância ou para uma indolente senioridade. Exemplos significativos de crueldade e extorsão são devidamente registrados⁶³.

Concordamos com essa ideia de Syme na medida em que, como foi demonstrado anteriormente, Tácito era de origem provincial e ascendeu até a condição de senador graças aos favores de alguns imperadores, dentre eles Domiciano e Trajano (Tac. *Ann.* II, 56, 1; II, 61, 2; II, 60, 4; IV, 4, 3). Outro aspecto importante dessas observações é a posição ocupada por Tácito dentro da sociedade. Ou seja, como ele era um político influente não devemos deixar de levar em consideração o fato de sua obra ter sido escrita com as preocupações de um senador romano. Além disso, a própria aceitação de que a historiografia taciteana poderia ser entendida através da emulação de uma tradição pessimista da história já se colocava como uma grande questão a ser debatida. O próprio processo de formulação dessas obras, realizado através da concepção de uma atividade historiografia antiga muito diferente daquela que era praticada pelos historiadores contemporâneos, também se colocava como uma problematização muito importante para o fomento dos debates acadêmicos. Há um eco destas ideias, por exemplo, nos trabalhos que

⁶³ “Tacitus had no wish to spare the senatorial class or the imperial system. He knew how promotion and patronage operated: birth and wealth, mutual connivance or traffic, and posts of high command consigned to greed or to indolent seniority. Significant examples of cruelty or extortion are duly registered” CF. SYME, Ronald. 1967, p. 529.

estavam sendo desenvolvidos nos Estados Unidos por Moses Finley, e que consistiam em entender os antigos através das suas próprias categorias⁶⁴.

Após a grande contribuição de Ronald Syme, que marcou um avanço nos estudos sobre Tácito, os debates fomentados pelo contexto de crise epistemológica da história ocorridos na década de 1970 influenciaram muitos dos estudos posteriores sobre a historiografia taciteana. Nesses debates foram retomadas algumas das visões lançadas pelos estudos de Syme, como a análise da posição social de Tácito e a sua inserção em uma tradição historiográfica, só que realizadas através de preocupações muito diferentes, mas intrinsecamente ligadas às teorias literárias que estavam sendo desenvolvidas por Hayden White⁶⁵. Dessa maneira, o campo da historiografia clássica passou a absorver essas novas contribuições que fomentavam intensos debates, principalmente, a respeito da inserção daquilo que era delineado como “historiografia clássica” dentro do campo da literatura.

Essas novas ideias foram desenvolvidas principalmente através da publicação da obra “Rhetoric in Classical Historiography”, em 1988, por A. J. Woodman. Neste livro, um dos argumentos defendidos pelo autor era o de voltar as atenções para a formação dos historiadores antigos, que era embasada em preceitos retóricos e oratórios, mas principalmente atentando para a *inventio* retórica aplicada no processo de composição de uma obra historiográfica/ literária. Ideia semelhante a esta tornaria a ser defendida no ano de 2004, o ano em que o pesquisador lançou a sua tradução dos *Anais*. Em suas palavras:

Se na leitura dos *Anais* nossas expectativas forem as mesmas de um leitor de historiografia moderna, de fato ficaremos muito surpresos que Tácito inventou discursos e construiu a sua narrativa através de material emprestado de outros autores, que escreveram em um período anterior e que não possuem nenhuma conexão com o assunto de Tácito. Mas, se soubermos que os romanos esperavam que a historiografia fosse próxima à poesia, essa invenção e o empréstimo de material imediatamente fazem sentido: pois, isto é precisamente o que Virgílio afirma estar fazendo quando compunha a Eneida, ele emprestou (dentre muitos outros autores) de Homero, Apolônio de Rodes e Ênio. Em outras palavras, os procedimentos reais dos historiadores antigos fortemente sugerem (quando há evidência para testá-los)

⁶⁴ Como exemplo, temos a publicação de obras de Finley e que são contemporâneas às discussões realizadas por Syme: *Economy and Society in Ancient Greece* (1953), *The Ancient Greeks: An Introduction to Their Life and Thought* (1963).

⁶⁵ WHITE, Hayden, 2000 e WHITE, Hayden, 1992.

que as antigas definições do gênero devem, de fato, ser levadas a sério através de seu valor nominal.⁶⁶

Neste estudo, como podemos perceber, o pesquisador se encontra em uma posição muito cética em relação à veracidade da historiografia antiga. Já, em apenas poucas passagens anteriores a esta que foi citada anteriormente, também podemos perceber que Woodman realiza um estudo bem interessante sobre quais fontes - ou evidências - Tácito teria utilizado em sua empreitada historiográfica. Apesar de indicar uma extensa lista de material que o historiador certamente teria consultado, o autor opta por defender a ideia de que sua historiografia não estava comprometida com a verdade e sim com o deleite atingido por um ótimo exercício literário. Assim, a redefinição que ele propõe para o gênero historiográfico estava, portanto, implicada em concepções literárias. A retórica, dessa maneira, passa ser entendida como um instrumento da própria literatura e os *tópoi*, as máximas e a criação de *exempla*, que tanto foram discutidos pelos próprios retores antigos, passavam a assumir uma nova forma, a de “tradição literária”, construída sem nenhum compromisso com a veracidade dos fatos.

Dialogando com a abordagem literária e social de Ronald Syme, a pesquisadora Ellen O’Gorman propõe em seu livro “Irony and misreading in the *Annals* of Tacitus” a aproximação entre o pensamento sobre Tácito com as teorias calcadas na análise dos discursos e nas tradições literárias. Para a pesquisadora, a inauguração do novo regime instaurado por Augusto é marcada por uma ruptura de uma ordem simbólica da República e a formulação de uma nova ordem, assinalada pelas falsas aparências e verdades obscuras⁶⁷.

Para a autora, o Principado em que Tácito estava inserido é reconhecido pela ambiguidade e pelo jogo daqueles que fingem que governam e daqueles que fingem que obedecem. Esse quadro iria permitir a forma irônica pela qual Tácito escreve a sua história, ou seja, tendo apenas objetivos de ordem puramente literária limitada pelo quadro linguístico de sua época, afastando-se da ideia de que os

⁶⁶ “If in reading the *Annals* our expectations are those of a modern reader of historiography, we shall be very surprised indeed that Tacitus invents speeches and constructs his narrative with materials borrowed from the texts of earlier authors which have nothing to do with Tacitus’ subject. But, if we know that Romans expected historiography to be like poetry, such invention and borrowing immediately make sense: after all, this is precisely what (say) Virgil was doing when, in composing the *Aeneid*, he borrowed from (among many others) Homer, Apollonius of Rhodes, and Ennius). In other words, the actual procedures of the ancient historians strongly suggest (when there is the evidence to test them) that the ancient definitions of the genre are indeed to be taken seriously and at face value” Cf. WOODMAN, A. J., 2004, p. xviii

⁶⁷ O’GORMAN, Ellen, 2000. Pp. 23 – 43.

historiadores faziam política através de suas obras. Fundamentalmente, em razão disso, teríamos em Tácito o uso da ironia como elemento central para a produção de suas narrativas.

De outra maneira, Holy Haynes, calcando-se firmemente nos debates oriundos das interpretações inspiradas em Hayden White, analisa a construção do discurso de Tácito com o intuito de desvinculá-lo das noções de uma construção calcada em uma tradição (como faz O’Gorman) ou impostas por necessidades políticas e sociais (como Syme propõe). Dessa maneira, para a autora, a melhor maneira de entendermos a obra de Tácito seria através do seu reconhecimento como uma ficção, ou seja, “uma história do fazer acreditar”⁶⁸. Contrapondo-se principalmente às ideias de O’Gorman, Holy Haynes considera a representação social como uma parte da ordem simbólica, que, por sua vez, estava fundada em uma mentira que sustentava a sociedade.

Esse jogo de criação de uma representação e da construção de uma crença difundida através dela é muito parecido com a ideia defendida por O’Gorman de que a responsabilidade pela interpretação do discurso taciteano esteja limitado ao contexto linguístico do autor e do leitor. Dito de outra maneira, essas análises puramente retóricas e literárias das obras de Tácito nos parecem interessantes na medida em que nos auxiliam na compreensão que as composições historiográficas na Antiguidade estavam sujeitas ao emprego de convenções retóricas. Também nos parece muito significativa a proposta de se pensar essas produções através dos elementos emulados de autores anteriores. Nesse sentido, a historiografia compreendida como gênero literário passava a ter como principal objetivo o de convencer uma determinada plateia e exercitar os talentos literários do próprio historiador. Dessa maneira, o que passamos a observar é o esvaziamento dos questionamentos que envolviam o significado de se fazer uma obra histórica (especialmente como ação política e intervenção na realidade de seu tempo).

Em suma, feito esse debate, cabe destacar que estamos lidando basicamente com dois problemas distintos de análise e que consistem em uma tentativa de aproximar ou de afastar as obras historiográficas de Tácito de uma noção de

⁶⁸ Holy Haynes considera o Principado como uma representação. Ou seja, apenas um discurso construído sobre algo que não existia. Os romanos viviam tão intensamente essas representações que a sua ruptura levou a um novo momento de stasis. A autora justifica seu argumento dizendo que certos imperadores da guerra civil de 69 tentavam se intitular como “novo Nero”.

“verdade” dos acontecimentos relatados. Nesses debates, podemos perceber que para o historiador do século XX já não é mais requisitado um compromisso entre o relato do historiador e um relato científico e verdadeiro sobre o passado. Esta crítica epistemológica chegou até o limiar dessa polarização, graças ao desenvolvimento das teorias literárias de Hayden White, inclusive relativizando completamente qualquer necessidade de se buscar a “veracidade” dos relatos históricos antigos⁶⁹. O gênero antigo *historia*, nesse sentido, passava a ser visto como uma produção literária, já que era o produto da reunião de eventos passados através da habilidade retórica do historiador.

Mas, apesar disso, ainda podemos afirmar que essas produções historiográficas eram apenas destinadas ao deleite de uma determinada audiência, e que Tácito e de Heródoto, os mesmos que procuraram indicar através de palavras a veracidade de suas narrativas, podem ser consideradas como bons contadores de romances? Acreditamos que a resposta para essa pergunta não será afirmativa. No entanto, ainda que pensemos que não se sustentam as hipóteses extremas de tomar as histórias dos antigos como símile da história científica moderna, que seria o critério a partir do qual ela seria julgada, ou de tomar as histórias dos antigos como exercícios retóricos tão somente, desconectados tanto da realidade dos seus autores quanto das realidades narradas, e que serviriam para o deleite dos escritores e de seus ouvintes, não devemos deixar de lado que essa polarização realizada entre uma historiografia antiga como uma “ciência verificável” do passado ou como uma “literatura ficcional” permitiu o desenvolvimento de questões interessantes sobre o exercício da historiografia pelos antigos.

Como exemplo desses avanços, o pesquisador Dylan Saylor estuda a construção do discurso taciteano relacionando essa narrativa historiográfica como parte da atuação política do agente social, Tácito. A sua justificativa é que, para ele, a história na antiguidade era um gênero praticado pela elite, e o historiador, como parte integrante desse grupo, passava a aplicar toda a sua experiência política na descrição dos eventos que estava reportando⁷⁰. No caso de Tácito, o ato de se escrever história era muito significativo, pois, para Saylor, a produção de uma

⁶⁹ Esse debate sobre a contribuição de Hayden White para a historiografia clássica pode ser observado em BELCHIOR, Ygor Klain, 2011a.

⁷⁰ SAILOR, Dylan, 2008, p. 7

determinada obra passava a ser entendida dentro de um processo maior, que era o de construir um *monumentum* e afirmar a sua autoridade e a sua independência frente ao *princeps*. Assim, para ele, a história se tornava um elemento de ação e coerção social. E o historiador, por sua vez, passava a ser visto como um agente social atuante no cenário político, através da leitura de suas obras para os outros homens que praticavam a atividade política.

Portanto, Saylor contribui para o debate no sentido em que retoma parte da contribuição de Syme e a atualiza frente às discussões modernas (aqui representadas por Ellen O’Gorman e Holly Haynes, mas sobretudo Woodman) e que privilegiam o viés literário de Tácito. Dessa maneira, podemos perceber que, para Saylor e Syme, Tácito é um agente essencialmente político, interferindo nos conflitos de seu tempo. Já, para Woodman, Haynes e O’Gorman, em contraste, o historiador latino apenas se propõe a fazer uma obra literária que não possui nenhuma conexão com a exposição dos acontecimentos passados, e que somente atendia aos anseios de longas tradições literárias.

Até esse momento esperamos ter demonstrado a existência de uma imensa fronteira que divide os especialistas em historiografia taciteana entre aqueles que visam a estudá-las através da atuação do agente político (como Ronald Syme), e de outros pesquisadores que se apoiaram na problematização das narrativas e nos elementos retóricos (como A. J Woodman). Assim, apesar dessa divisão explicativa, cabe ressaltar que concordamos com elementos analíticos dessas duas vertentes. Nesse sentido, e concordando com a proposta de Saylor, iremos estudar a construção do discurso taciteano relacionando essa narrativa historiográfica como parte da atuação política do agente social, Tácito⁷¹. Pois, como vimos, o historiador foi um hábil político que conhecia muito bem as estratégias que estava descrevendo.

Por outro lado, não podemos desconsiderar a importância daqueles aspectos destacados por Woodman. Com efeito, Tácito produziu obras literárias e nos parece claro que era cioso da importância de se remeter e se inserir nas tradições literárias de seu tempo, além de fazer uso dos recursos retóricos que, com efeito, abundam em suas composições. Convém então dedicarmos a parte final de nosso primeiro capítulo para apresentarmos Tácito como um orador e político.

⁷¹ Idem, p. 7.

Assim, na continuação deste capítulo partiremos do debate que privilegiará o estudo das obras taciteanas em contraposição com os manuais sobre oratória que foram produzidas na antiguidade. Nossa hipótese nesse exercício é que este estudo poderá nos fornecer elementos importantes que nos revelem a forma de composição desses discursos que serão analisados por nós como fontes históricas. Dentre eles, destacaremos as estratégias empregadas pelo orador para prender a atenção dos seus ouvintes. Além disso, também é de nosso interesse estudar quais elementos que o orador emprega para que o seu discurso possa atingir e convencer a sua plateia de que a sua versão sobre o passado deve ser entendida como um relato fidedigno. Afinal, não era a proposta taciteana a de fazer uma história *sine ira et studio* (Tac. Ann. I, 1, 2)?

O historiador orador: a guerra civil na política.

Tácito expressa em suas obras o descontentamento que possuía com a falta de liberdade de expressão ocasionada pela vitória de Augusto e os anos subsequentes do Principado⁷². A supressão da *libertas* pelos poderes e pela bajulação ao *Princeps* era, para ele, tão nociva à verdade quanto o era para a política romana. O medo e a adulação, por sua vez, passavam a ser ingredientes de uma crítica direcionada à falta dos grandes embates políticos, essenciais para expressar a liberdade e o sentimento de autonomia por parte do Senado (cuja ausência se expressa pela noção de *seruitus*, nas obras de Tácito)⁷³.

⁷² Podemos citar algumas passagens que comprovam essa afirmação. Como exemplo, em “Diálogo dos Oradores”, 40, Tácito afirma que: “essa grande e notável eloquência se alimenta da licença, a que chamam os tolos de liberdade, é companheira das sedições, incitamento do povo desenfreado, sem respeito e sem obediência, contumaz, temerária, arrogante, e que não surge nas coletividades bem organizadas” - *quam stulti libertatem vocitant, comes seditionum, effrenati populi incitamentum, sine obsequio, sine severitate, contumax, temeraria, adrogans, quae in bene constitutis civitatibus non oritur*. Tradução de Agostinho da Silva Cf. TÁCITO, 1974. Outras passagens, como o prólogo da “Vida de Agrícola” também demonstram essa mesma preocupação. Nas palavras de Tácito: “Agora, porém, ao ir narrar a vida de um morto, é-me necessária uma indulgência que não pediria se fosse para acusar tempos tão duros e tão infesto aos valores” - *At nunc narraturo mihi vitam defuncti hominis venia opus fuit, quam non petissem incusaturus: tam saeva et infesta virtutibus tempora*. Tradução de Agostinho da Silva Cf. TÁCITO, 1974.

⁷³ Sobre essa perspectiva, Fábio Duarte Joly considera que *libertas* e *seruitus* aparecem como termos dicotômicos quando Tácito contrapõe o Principado à República. A *libertas* republicana é definida principalmente como uma liberdade de expressão no contexto de uma estrutura poliárquica de governo. Já, por outra via, os elementos que remetem à *seruitus* imperial são utilizados para descrever uma nova forma de governo, que não era fundada na liberdade, mas sim na escravidão voluntária por parte da elite senatorial. Cf. JOLY, Fábio Duarte, 2004, p. 116.

Essa oposição que procura demarcar dois tempos distintos (antes de Augusto e depois) também é evidente no *Diálogo dos oradores*. Nesta obra é possível perceber que a dependência dos poderes do príncipe, característica do Principado, não mais favoreceu a eloquência e os debates sobre grandes questões da *respublica*, apesar de representar um período de estabilidade e de paz. Ou seja, referindo-se aos anos do período republicano, Tácito nos oferece as seguintes palavras:

Nostra quoque civitas, donec erravit, donec se partibus et dissensionibus et discordiis confecit, donec nulla fuit in foro pax, nulla in senatu concordia, nulla in iudiciis moderatio, nulla superiorum reverentia, nullus magistratuum modus, tulit sine dubio valentiorum eloquentiam, sicut indomitus ager habet quasdam herbas laetiores. Também a nossa Cidade, enquanto andou sem rumo, enquanto se arruinou com partidos, com dissensões e discórdias, enquanto não houve paz alguma no foro, concórdia alguma no Senado, moderação alguma nos tribunais, respeito algum pelos superiores, barreira alguma aos magistrados, produziu sem dúvida uma eloquência mais forte, exatamente como um campo inculto tem mais vigorosas plantas (Tac. *Dial*, 40).⁷⁴

Nesse mesmo sentido, para Tácito, o Principado é estabelecido como outra realidade da prática da oratória que já não era aquela calcada na liberdade para realizar os exercícios retóricos e para retomar os *tópoi* discursivos, mas na corrupção dos costumes, nas delações e na aproximação para com o imperador⁷⁵. Essa ociosidade da eloquência poderia, na versão de Tácito, ser maléfica à política romana, além de se constituir como um caminho extremamente fácil para a total supressão da liberdade e a conseqüente falta de necessidade de se recorrer a uma boa oratória para conquistar os ouvintes. Esta formulação pode ser traduzida através de uma metáfora. Nas palavras de Tácito,

Quis ignorat utilius ac melius esse frui pace quam bello vexari? Pluris tamen bonos proelatores bella quam pax ferunt. Similis eloquentiae condicio. Quem ignora que é mais útil e melhor fruir da paz do que ser afligido pela guerra? No entanto, mais guerreiros bons produzem a guerra do que a paz. Quanto à

⁷⁴ Tradução de Agostinho da Silva Cf. TÁCITO, 1974.

⁷⁵ O prefácio do *Diálogo dos Oradores* resume essa perspectiva. Nas palavras de Tácito: “por que motivo, ao passo que os séculos anteriores, floresceram nos talentos e na fama de tantos oradores eminentes, a nossa época, realmente, como que abandonada, como que órfã da glória da eloquência, mal conserva o nome de orador; já assim não chamamos senão os antigos, e, aos eloquentes de nossos tempos, os tratamos de causídicos, de advogados, de defensores, de preferência a oradores” - cur, cum priora saecula tot eminentium oratorum ingeniis gloriaque floruerint, nostra potissimum aetas deserta et laude eloquentiae orbata vix nomen ipsum oratoris retineat; neque enim ita appellamus nisi antiquos, horum autem temporum disertis causidici et advocati et patroni et quidvis potius quam oratores vocantur (Tac. *Dial*. 1). Tradução de Agostinho da Silva Cf. TÁCITO, 1974.

eloquência é semelhante a condição (Tac. *Dial.* 37)⁷⁶.

Essas metáforas militares permeiam o cenário comum entre os retores e tratadistas latinos que se debruçaram sobre temas relacionados ao desenvolvimento da eloquência. Voltando à citação anterior notamos que o ambiente ideal para o desenvolvimento de bons oradores consistia em um ambiente hostil, marcado pela metáfora da guerra. Portanto, o orador ideal deveria praticar suas palavras como fosse um soldado pronto para a batalha que seria travada em favor da conquista dos juízes/ ouvintes.

Assim, podemos afirmar que cabia ao orador antigo tecer meios para o seu discurso atingir o ânimo da plateia a tal ponto de convencê-la que a sua versão dos fatos deveria ser confiada à eternidade. Dessa maneira, como a prática oratória estava intrinsecamente atrelada às emoções dos ouvintes, apresentar uma causa muito importante para a vida pública e correlata com os acontecimentos que cercam ou são almejados pelos seus contemporâneos seria uma boa maneira de fazer com que o seu discurso fosse ouvido e gravado nas mentes dos ouvintes. Este entendimento é confirmado pelo tratado anônimo, intitulado *Retórica a Herênio*. Nas palavras do *auctor*:

Quoniam igitur docilem, benivolum, attentum auditorem habere volumus, quo modo quidque effici possit, aperiemus. Dociles auditores habere poterimus, si summam causae breviter exponemus et si attentos eos faciemus; nam docilis est, qui attente vult audire. Attentos habebimus, si pollicebimur nos de rebus magnis, novis, inusitatis verba facturos aut de iis, quae ad rem publicam pertineant, aut ad eos ipsos, qui audient, aut ad deorum immortalium religionem; et si rogabimus, ut attente audiant; et si numero exponemus res, quibus de rebus dicturi sumus. Benivolos auditores facere quattuor modis possumus: ab nostra, ab adversariorum nostrorum, ab auditorum persona, et ab rebus ipsis.

Visto, então, que desejamos ter um ouvinte dócil, benevolente e atento, explicaremos o que se pode fazer e de que modo. Poderemos fazer dóceis os ouvintes se expusermos brevemente a súmula da causa e se os tornarmos atentos, pois é dócil aquele que deseja ouvir atentamente. Teremos ouvintes atentos se prometermos falar da matéria importante, nova e extraordinária ou que diz respeito à República, ou aos próprios ouvintes, ou ao culto dos deuses imortais; se pedirmos que ouçam atentamente e se enumerarmos o que vamos dizer. Podemos tornar os ouvintes benevolentes de quatro maneiras: baseados em nossa pessoa, na de nossos adversários, na dos ouvintes e na própria matéria ([Cíc]. *Rhet.* I, 7 e 8)⁷⁷.

No campo da historiografia antiga, uma das maneiras de se realizar esse mesmo procedimento de *captatio benevolentiae* era através do diálogo com histo-

⁷⁶ Tradução de Agostinho da Silva Cf. TÁCITO, 1974.

⁷⁷ Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra Cf. [CÍCERO], 2005.

riadores antecedentes e que escreveram sobre a mesma matéria que será tratada pelo autor. Nesse sentido, observamos elogios e vitupérios relacionados à veracidade dos fatos, à grandiosidade dos acontecimentos e até mesmo elogios que destacam a importância do próprio gênero escolhido. Outros exemplos, como o prefácio da “História de Roma”, de Tito Lívio, e o primeiro prefácio dos *Anais* de Tácito, também ilustram como os oradores se voltam aos ouvintes e justificam a importância e a diferença de sua obra comparada às precedentes, mesmo se, em alguns casos, ela trate de temas que já foram muito bem trabalhados⁷⁸.

Além disso, conforme destacamos anteriormente, após conquistar a benevolência do ouvinte, o orador passava para outra tarefa essencial no processo de sobressair a sua obra das demais: a amplificação (*amplificatio*). Na história, este instrumento retórico também era comumente utilizado para destacar e aumentar a importância dos acontecimentos narrados pelo historiador. Como exemplo desta afirmação, podemos citar o prefácio escrito por Tucídides:

O ateniense Tucídides escreveu a história da guerra entre os peloponésios e os atenienses, começando desde os primeiros sinais, na expectativa de que ela seria grande e mais importante que todas as anteriores, pois via que ambas as partes estavam preparadas em todos os sentidos; além disto, observava os demais helenos aderindo a um lado ou ao outro, uns imediatamente, os restantes pensando em fazê-lo. Com efeito, tratava-se do maior movimento jamais realizado pelos helenos, estendendo-se também a alguns povos bárbaros - a bem dizer à maior parte da humanidade (Tuc. *Hist.* I, 1)⁷⁹.

Como sabemos, Tucídides afirma que irá narrar os acontecimentos de uma guerra que não foi qualquer uma presenciada pelo homem. Ela foi a maior de todas! Nesse sentido, e somado a outras referências de sua obra, podemos perce-

⁷⁸ Citamos também o prefácio escrito por Tito Lívio: “Se me terá valido a pena escrever minuciosamente os feitos do povo romano desde os primórdios da cidade, não sei bem, nem, se soubesse, ousaria dizê-lo, pois vejo que o assunto é tão antiquado quanto banal, enquanto os sempre novos escritores crêem que acrescentarão algo de novo aos fatos ou superarão a rude Antiguidade de escrever. Seja como for, agradecerá pelo menos ter velado eu próprio, na medida dos meios humanos, pela memória dos feitos realizados pelo povo que é senhor da terra; e se, numa turba tão grande de escritores, minha fama ficasse obscurecida, me consolaria a nobreza dos que fazem sombra a meu nome” - *Facturusne operae pretium sim si a primordio urbis res populi Romani perscripserim nec satis scio nec, si sciam, dicere ausim, quippe qui cum veterem tum volgatam esse rem videam, dum novi semper scriptores aut in rebus certius aliquid allaturos se aut scribendi arte rudem vetustatem superaturos credunt. Utcumque erit, iuvabit tamen rerum gestarum memoriae principis terrarum populi pro virili parte et ipsum consuluisse; et si in tanta scriptorum turba mea fama in obscuro sit, nobilitate ac magnitudine eorum me qui nomini officient meo consoler* (Liv. I, 4). Tradução de Paulo Matos Peixoto Cf. TITO LÍVIO, 1989.

⁷⁹ Tradução de Mário da Gama Kury Cf. TUCÍDIDES, 1982.

ber uma contraposição direcionada aos relatos de Heródoto de Túrio, outro historiador, que narra os feitos memoráveis da guerra entre os gregos e os persas. Para tanto, Tucídides procura se posicionar de maneira diversa ao seu antecessor, mesmo escolhendo como objeto de sua história uma guerra, tal como o fez Heródoto⁸⁰. Já, o historiador grego Políbio também ressalta no exórdio de sua história pragmática a importância e a singularidade dos eventos tratados, demonstrando que amplificação não era destinada apenas a histórias militares e acontecimentos rápidos e particulares. Afinal, quem não se interessaria em saber como os romanos se tornaram senhores de todo o mundo conhecido?⁸¹

Através dessas análises anteriormente expostas, podemos perceber que na historiografia antiga a *amplificatio* estava relacionada com a *captatio benevolentiae*, inclusive, servindo como um exercício retórico para destacar a singularidade e a importância dos acontecimentos narrados pelo historiador antigo, cativando, assim, a atenção de sua audiência. Somado a isso, também podemos apontar que esses exercícios poderiam ser realizados através de argumentos baseados na noção de que os acontecimentos narrados eram imprescindíveis para a *respublica*. Para tanto, esse processo poderia ser feito no âmbito da deliberação, ou através da apresentação de acontecimentos que motivaram determinadas ações (no âmbito judiciário), ou ainda no louvor e vitupério dos homens e mulheres ilustres (no âmbito epidídico)⁸².

⁸⁰ “Esta a exposição e investigação de Heródoto de Túrio, para que nem os acontecimentos provocados pelos homens, com o tempo sejam apagados, nem as obras grandes e admiráveis, trazidas à luz tanto para gregos quanto para bárbaros, se tornem sem fama – e, no mais, investigação também da causa pela qual fizeram guerra uns contra os outros”. (Her. Hist. I, 1). Tradução de J. Brito Broca e introdução de Vítor Azevedo Cf. HERÓDOTO, 2001.

⁸¹ “Evidentemente, portanto, ninguém – e eu menos que qualquer outro – julgar-se-ia atualmente obrigado a repetir conceitos já expressos tão bem e com tanta frequência. Com efeito, a própria singularidade dos eventos escolhidos por mim para meu tema será suficiente para desafiar e incitar a totalidade dos leitores [ouvintes] sejam eles jovens ou idosos, a conhecer a minha história pragmática” (Pol. Hist. I, 4). Tradução de Mário da Gama Kury Cf. POLÍBIO, 1996. O mesmo pode ser dito com relação à passagem já citada de Tito Lívio, quando chama a atenção para a matéria de sua obra, que trata da memória do povo que é senhor da Terra.

⁸² Sobre essa tripartição, citamos Aristóteles: “As espécies de retórica são três em número; pois outras tantas são as classes de ouvintes dos discursos. Com efeito, o discurso comporta três elementos: o orador, o assunto de que fala, e o ouvinte; e o fim do discurso refere-se a este último, isto é, ao ouvinte. Ora, é necessário que o ouvinte, ou seja, espectador ou juiz, e que um juiz se pronuncie ou sobre o passado ou sobre o futuro. O que se pronuncia sobre o futuro é, por exemplo, um membro de uma assembléia; o que se pronuncia sobre o passado é o juiz; o espectador, por seu turno, pronuncia-se sobre o talento do orador.” (Aris. Reth. I, 1358b) Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena Cf. JÚNIOR, ALBERTO e PENA, In: ARISTÓTELES, 2005. Para maiores informações Cf. Retórica a Herênio I, 2.

Portanto, podemos perceber que o estudo desses dois instrumentos retóricos atuantes na construção de um discurso antigo, como a história, e denominados de *captatio benevolentiae* e a *amplificatio*, possuem uma importância singular para entendermos as narrativas antigas. Pois, eles nos fornecem questões para pensarmos sobre o destaque dado ao tema escolhido, o posicionamento do historiador em relação a outros, podendo até mesmo nos fornecer possibilidades para pensarmos o objetivo dessas narrativas.

Assim, podemos ainda confrontá-los com as questões que envolvem a “paz” intelectual imposta pelo Principado. Como vimos, em Tácito o medo e a adulação foram atuantes no desaparecimento da verdade e da independência, até mesmo a intelectual, diante dos poderes do príncipe. Essa preocupação era imprescindível se o autor quisesse conservar a sua vida, pois os elogios e os vitupérios, seja dos homens do presente ou do passado, poderiam acarretar uma morte certa⁸³.

No entanto, como sabemos, muitas obras do período do Principado chegaram até nós. Isso significa que, apesar da “censura”, podemos ainda encontrar sobreviventes que podem nos fornecer informações importantes a respeito da construção das narrativas históricas⁸⁴. Dessa maneira, pretendemos, nesse momento de nossas reflexões, atentar para o estudo de como a *captatio benevolentiae* e a *amplificatio* são utilizadas por Tácito na composição de suas obras históricas. Nosso intuito com o estudo desse historiador é o de destacar como Tácito capta a benevolência de sua audiência e qual a amplitude que ele fornece aos assuntos tratados pelos *Anais* e pelas *Histórias*. Além disso, não deixaremos de atentar para os momentos em que o historiador visa captar a atenção de sua audiência, seja através do diálogo com outros autores, ou até mesmo pelo seu posicionamento em relação à “veracidade dos fatos”.

Nesse sentido, iniciamos nossa análise com o próêmio das *Histórias*. Na primeira passagem que destacamos deste próêmio podemos observar que Tácito realiza a apresentação do tema a ser tratado por sua história e também se posicio-

⁸³ Conforme ilustrado por Tácito em “Vida de Agrícola”, III: “Mas, que havemos de fazer se, durante quinze anos, tempo grande em vida de mortal, desapareceram muitos por acasos da sorte, os mais decididos, porém, pela crueldade do Príncipe, e só poucos, e, por assim dizer, como que sobrevivendo já não aos outros, mas a nós próprios” - Quid, si per quindecim Annos, grande mortalis aevi spatium, multi fortuitis casibus, promptissimus quisque saevitia principis interciderunt, pauci et, ut ita dixerim, non modo aliorum sed etiam nostri superstites sumus. Tradução de Agostinho da Silva Cf. TÁCITO, 1974.

⁸⁴ Apesar disso, Tácito não escreveu a história do governo de Trajano.

na em relação à veracidade dos relatos anteriores, construídos no mesmo período de “paz” que fora indicado em *Diálogo dos Oradores*, 37: o Principado. Nas palavras de Tácito:

Initium mihi operis Servius Galba iterum Titus Vinius consules erunt. nam post conditam urbem octingentos et viginti prioris aevi Annos multi auctores rettulerunt, dum res populi Romani memorabantur pari eloquentia ac libertate: postquam bellatum apud Actium atque omnem potentiam ad unum conferri pacis interfuit, magna illa ingenia cessere; simul veritas pluribus modis infracta.

Começo meu trabalho com o ano do consulado de Sêrvio Galba Tito Vínio. Sobre o período anterior, dos 820 anos da fundação da cidade, muitos autores já trataram; e enquanto tiveram que escrever sobre os negócios do povo romano escreveram com igual eloquência e liberdade. Após o conflito de Ácio, e quando se tornou essencial para a paz que o poder residisse em um só homem, os grandes intelectos desapareceram. E o mesmo aconteceu com a verdade. (Tac. *Hist.* I, 1).

Posteriormente, nesse mesmo capítulo, o historiador latino arrola as consequências funestas que o medo e a adulação, principados com a nova configuração política, acarretavam na verdade das narrativas e na sujeição dos intelectuais para com Augusto. No entanto, após essa breve apresentação, o historiador se posiciona como um homem independente em relação à censura imposta por imperadores tirânicos, defendendo a liberdade que era praticada em seu tempo (sob Trajano), e afirmando que neste momento o historiador poderia compor uma história imparcial. Encontramos atitude semelhante a esta no primeiro proêmio dos *Anais*. Citamos Tácito:

sed veteris populi Romani prospera vel adversa claris scriptoribus memorata sunt; temporibusque Augusti dicendis non defuere decora ingenia, donec gliscente adulatione deterrentur. Tiberii Gaique et Claudii ac Neronis res florentibus ipsis ob metum falsae, postquam occiderant, recentibus odiis compositae sunt. inde consilium mihi pauca de Augusto et extrema tradere, mox Tiberii principatum et cetera, sine ira et studio, quorum causas procul habeo.

Mas os antigos feitos do povo romano foram já narrados por ilustres escritores, assim como para o governo de Augusto não faltaram, até que a adulação crescente fosse corrompendo os mais formosos talentos. De Tibério, Caio, Cláudio e Nero, enquanto vivos o medo não deixou falar com verdade; depois de mortos, o ódio recente falseou as narrativas. Eis porque empreendi narrar, de Augusto pouco e seu fim, e depois o Principado de Tibério e os seguintes, sem ira nem afeição, pois destas causas mantenho distância. (Tac. *Ann.* I, 1, 2)⁸⁵.

⁸⁵ Tradução de Fábio Duarte Joly Cf. JOLY, Fábio, 2001, p. 25-50.

Como podemos perceber a principal semelhança entre os dois proêmios citados é que, em ambos, o historiador latino faz referências a outros escritos dos antigos por possuírem estes a liberdade para construir seus relatos. Fato que, a partir de Augusto, foi corrompido pela crescente adulação que decorria da falta de liberdade e do medo. Assim, podemos afirmar que essa configuração demonstrada por Tácito também nos é apresentada como primordial para entendermos a prática historiográfica no Principado.

Portanto, podemos perceber que a *captatio benevolentiae* no primeiro prefácio dos *Anais* de Tácito consiste em alertar o ouvinte que o historiador não possui vínculos de adulação e nem de ódio contra nenhum dos imperadores que serão trabalhados em sua obra. Tácito, então, se propõe a fazer uma história verdadeira (*sine ira et studio*). Já, por outra via, sobre os assuntos tratados pelo historiador, podemos novamente atentar para continuação do proêmio das *Histórias*, onde percebemos que Tácito também realiza a apresentação de seu tema através da instabilidade do período das guerras civis originadas após o governo de Nero, em 68, e que duraram até o ano de 69. Essa continuação pode ser atestada através do reconhecimento da matéria a ser trabalhada como rica em aventuras, guerras e episódios marcados por grandes horrores. Ou seja, através da noção de que seus ouvintes poderiam esperar um relato onde a própria matéria a ser trabalhada já era um atrativo para a sua atenção. Nas palavras de Tácito:

Opus adgredior opimum casibus, atrox proeliis, discors seditionibus, ipsa etiam pace saevum. quattuor principes ferro interempti: trina bella civilia, plura externa ac plerumque permixta.

Estou entrando na história de um período rico em desastres, assustado em suas guerras, dilacerado por conflitos civis, e até mesmo na paz cheio de horrores. Quatro imperadores pereceram pela espada. Houve três guerras civis, mais que contra os inimigos estrangeiros, embora havia também muitas vezes guerras que tinham os dois caracteres ao mesmo tempo (Tac. *Hist.* I, 2) ⁸⁶.

Nessa matéria rica em desventuras não cabe ao orador um exercício que exija a aplicação de grandes técnicas retóricas e nem muitos ornamentos. Tácito justifica isso ao afirmar que o período por si só já seria de grande valia para conquistar a atenção dos ouvintes, e que a instabilidade à qual estavam sujeitas aquelas pessoas que vivenciaram três guerras civis, servia para captar a benevolência

⁸⁶ Tradução nossa.

de sua plateia por diversas vias: através da amplitude dos fatos e da importância atribuída aos exemplos narrados.

Apesar dessas indicações, podemos perceber que o historiador latino também se preocupa em interromper outro momento da narrativa dos *Anais* para realizar aquilo que os pesquisadores tomam como o segundo próêmio desta obra. Neste segundo próêmio podemos perceber claramente uma forte diferenciação com o primeiro, quando o historiador latino, também se referindo aos escritores que trataram dos antigos feitos do povo romano, afirma que:

Pleraque eorum quae rettuli quaeque referam parva forsitan et levia memoratu videri non nescius sum: sed nemo Annalis nostros cum scriptura eorum contenderit qui veteres populi Romani res composuere. ingentia illi bella, expugnationes urbium, fusos captosque reges, aut si quando ad interna praeverterent, discordias consulum adversum tribunos, agrarias frumentariasque leges, plebis et optimatum certamina libero egressu memorabant: nobis in arto et inglorius labor; immota quippe aut modice lacessita pax, maestae urbis res et princeps proferendi imperi incuriosus erat. non tamen sine usu fuerit introspicere illa primo aspectu levia ex quibus magnarum saepe rerum motus oriuntur.

Não desconheço que muitas das coisas que me referi e referirei talvez pareçam pequenas e fugazes para se lembrar, mas ninguém medirá nossos *Anais* com o que foi escrito por aqueles que compuseram os antigos feitos do povo romano, Para aqueles, grandes guerras, reis abatidos e capturados, ou se por ventura, às coisas internas se voltavam, discórdias entre cônsules e tribunos, leis agrárias e frumentárias, disputas entre a plebe e os *optimates*, lembram em livre curso. Para nós o trabalho é restrito e sem glória. De fato uma paz imóvel e moderadamente estimulada, fatos tristes na cidade e um imperador que era indiferente quanto a alargar o Império. Contudo, não terá sido sem uso perscrutar aquelas coisas aparentemente fugazes a partir das quais muitas vezes o motivo de grandes coisas tem origem. (Tac. *Ann.* IV, 32)⁸⁷

Tácito, ao se dirigir ao ouvinte de sua história, anuncia que a sua tarefa não irá contemplar os eventos que agradam à plateia. Ela não será uma história em que o público se interesse de imediato pelas palavras do orador, pois os acontecimentos relatados por ele já não possuem o brilho daqueles das épocas passadas. Dentro dessa proposta o historiador latino realiza a *captatio benevolentiae* do seu ouvinte, através da depreciação dos temas que possui para compor os seus *Anais*. Dessa maneira, podemos perceber que o historiador latino, ao almejar a conquista da benevolência de seus ouvintes, se demonstra muito preocupado com o deleite que a sua história traria para sua platéia pelas coisas grandes que não estão na narrativa, mas que os ouvintes saberiam ver como derivadas daquelas aparentemente

⁸⁷ Tradução de Fábio Duarte Joly Cf. JOLY, Fábio, 2001, p. 25-50. [Grifos nossos]

fugazes que ele narrava. Essa correlação entre orador – ouvinte, portanto, mais uma vez se coloca como o objetivo final da prática oratória. A história, nesse sentido, não deveria apenas possuir o compromisso com a verdade, mas também deveria se apropriar de uma matéria que se colocasse como agradável e prazerosa para a plateia.

Com efeito, podemos observar que Tácito realiza uma inversão se compararmos o seu exórdio com as propostas historiográficas anteriormente citadas. Ou seja, Tácito não irá tratar da maior guerra presenciada pelos homens (como fez Tucídides), nem de eventos singulares e importantes (como fez Políbio) e também não escreverá sobre as origens do povo que é senhor do mundo (como fez Tito Lívio). O historiador, apesar de ser imparcial, avisa ao ouvinte que tudo o que compõe a sua obra não será prazeroso de ser ouvido por si mesmo. Mas como Tácito, que declara que vai escrever uma história mais verdadeira do que as anteriores, mesmo possuindo uma matéria ruim para ser trabalhada, consegue alcançar o efeito da conquista dos ouvintes? Seria apenas uma propaganda negativa de seu trabalho? Ou apenas seria uma estratégia retórica?

Se atentarmos mais uma vez para o segundo proêmio, também podemos perceber, assim como destacamos na análise de outros historiadores, que a *captatio benevolentiae* também estava intrinsecamente ligada à *amplificatio*. Ou seja, o historiador, apesar de indicar que o seu trabalho era ingrato graças à pobre matéria que possuía, consegue atribuir uma utilidade às “coisas aparentemente fugazes” (Tac. *Ann.* IV, 32, 2). E essa utilidade buscada pelo historiador para atrair a atenção de seu ouvinte pode estar ligada aos acontecimentos que acarretaram grandes mudanças sociais no Império Romano. É também possível afirmar que o historiador estava por demonstrar as intrigas, as delações que geraram a ruína de muitos inocentes como poderia voltar a ocorrer no ambiente que o orador e os ouvintes vivenciavam.

Sua história, portanto, começa a ter uma utilidade para o presente, pois “a maioria é instruída pelo que acontece aos outros” (Tac. *Ann.* IV, 33, 3) e cabe ao orador julgar os exemplos bons e ruins e passar aos ouvintes, “ainda que tragam o mínimo deleite” (Tac. *Ann.* IV, 33, 3). Portanto, o historiador ao amplificar pequenos eventos e narrá-los como se fossem de extrema importância, consegue instigar o ouvinte e reter a sua atenção, já que é a partir desses acontecimentos desinteressantes que “o motivo de grandes coisas tem origem” (Tac. *Ann.* IV, 32,

2). E, assim, amplificando as “ordens cruéis, acusações contínuas, amizades enganosas, ruína de inocentes e sempre as mesmas causas de morte [que] atrelamos umas às outras” (Tac. *Ann.* IV, 33, 3), o historiador latino consegue compor uma obra cujo objetivo, ao contrário das interpretações em contraposição à tirania, resalta as intrigas, as mulheres poderosas, os imperadores fracos, as delações e mentiras, objetos de uma matéria “ruim” que devem ser levados em consideração pelos seus ouvintes.

Assim, devemos destacar ainda que em um regime onde a verdade desmedida poderia ser nociva, cabia ao historiador a exposição de seu argumento através de ambiguidades, metáforas, inversão das orações e utilização de elementos poéticos e da tragédia, que poderiam ser uma boa forma para dizer o que poderia se considerar verdades incômodas para o imperador e continuar vivo. Essas estratégias separam Tácito da tradição historiográfica que descrevemos de Heródoto, Tucídides, Políbio, no que tange a amplificação dos fatos narrados, mesmo que sejam construídos somente através da ornamentação. O convencimento maior, portanto, se dava pelas habilidades do orador em fazer com que, mesmo na “paz”, um sobrevivente pudesse escrever a “verdade”.

Portanto, podemos concluir que Tácito, como um historiador do Principado, se insere nesse quadro. Sua história, nesse sentido, deve ser entendida através da ótica que privilegia sua leitura através dos preceitos da retórica e da oratória de seu tempo. Como vimos, o historiador latino consegue se firmar como um dos mais eruditos e complexos escritores sobre (e sob) o Principado romano. Dessa forma, introduzir a sua “matéria ruim” com elementos que lembravam uma tradição sangrenta e dolorosa das facções que guerreavam na guerra civil seria uma boa maneira de amplificar a importância dos conflitos e das disputas internas, além de dar maior visibilidade para os assuntos retratados. As intrigas, as bajulações, as delações e as mortes, portanto, passam a ter uma amplificação retórica que fortalece a argumentação do orador e atua intrinsecamente na aceitação do discurso por parte do ouvinte.

Entretanto, cabe ressaltar as escolhas que implicavam fazer uma obra do gênero historiográfico. O orador deveria se servir do passado, através da investigação e exposição dos acontecimentos que muitos dos seus ouvintes haviam presenciado diversos eventos relatados. Assim, como juízes, seus ouvintes iriam julgar as habilidades do orador dentro do tema e do gênero que se propôs a escrever,

sem se desvincularem do que realmente aconteceu. A história, portanto, tinha características próprias que deveria ser seguidas por quem a escrevia. Contudo, isso não significava que o historiador não se apropriasse de elementos de outros gêneros do discurso para atingir o deleite, para ensinar e para mover a audiência⁸⁸.

No entanto, feitas essas considerações, é necessário deixarmos claro que somente um estudo dessa natureza não soluciona os problemas que apontamos nas análises influenciadas por A. J. Woodman. Um estudo sobre os elementos discursivos empregados pelo historiador, como aqueles usados no relato dos conflitos internos que ocorreram nas cortes dos imperadores, podem ser facilmente reclamados para o campo da literatura, mesmo quando relacionados às disputas políticas. É nesta perspectiva que se apóia o estudo monográfico de Ricardo Nobre, para citar um novo exemplo. Para este autor:

Um escritor como Tácito labora num espaço limitado de informação — nas suas palavras: *nobis in arto et inglorius labor*. Os assuntos que trata situam-se entre a revelação-ocultação e silêncio-palavra, e sendo sempre os mesmos, o autor preocupa-se em não entediar o leitor: *nos saeva iussa, continuas accusationes, fallaces amicitias, perniciem innocentium et easdem exitii causas coniungimus, obuia rerum similitudine et satietate*. [...] Foi objectivo desta dissertação estudar de que modo o discurso de Tácito transmite e dota uma mensagem de significado em ambientes misteriosos de intriga. Desta maneira, foi possível apreciar, no campo da estética literária, as páginas dos *Annales* com um interesse constante, que a *uariatio* renova⁸⁹.

Nesse sentido, o que estamos propondo é analisar como as “ordens cruéis, acusações contínuas, amizades enganosas, ruína de inocentes e sempre as mesmas causas de morte [que] atrelamos umas às outras” - *saeva iussa, continuas accusationes, fallaces amicitias, perniciem innocentium et easdem exitii causas coniungimus, obuia rerum similitudine et satietate* - (Tac. Ann. IV, 33, 3) podem se constituir como uma alternativa interessante para entendermos como Tácito historiador tenta explicar os acontecimentos do governo de Nero. Não somente devem ser entendidas como elementos de “entretenimento” para o leitor, ou até mesmo como simples instrumentos de *capitatio benevolentiae* e de *amplificatio*,

⁸⁸ LENDON, J. E. In: FELDHERR, Andrew, 2009, p. 43.

⁸⁹ NOBRE, Ricardo, 2010, p. 173.

embora seja necessário – e útil à análise – atentar também para que, como vimos, esses elementos serviram a esse fim.

Neste capítulo, portanto, destacamos as principais tendências interpretativas a respeito da historiografia taciteana que foram construídas entre os séculos XVI e XXI. Dentre esses debates, notamos que é possível desenhar uma ambivalência construída sobre questões que envolviam a “veracidade” das produções historiográficas de Tácito como uma fonte útil para estudarmos parte dos dois primeiros séculos do Principado romano. Além disso, nesse mesmo exercício também foi possível observar que as novas propostas no campo da epistemologia histórica inspiradas pelo “linguistic turn”, principalmente as desenvolvidas por A. J. Woodman a partir do final do século XX trataram de assumir essas narrativas como objetos essencialmente retóricos e literários. Ou seja, os acontecimentos relatados nos *Anais* e nas *Histórias* passavam a assumir para os estudiosos uma característica literária que visava somente ao deleite da audiência, e não se constituíam como fontes úteis para os estudos que visassem a uma historiografia de viés político, econômico ou social⁹⁰. Esta visão deu lugar a um debate, que é atual, no cenário dos estudos taciteanos⁹¹.

Nesse caminho, foi possível perceber que o historiador latino, como um orador político, se apropria de elementos retóricos que são revestidos das roupagens de uma “guerra interna”, tal qual aquela que havia sido vencida por Augusto. A “guerra”, portanto, atuando como uma ferramenta de “amplificação” (*amplificatio*) dos conflitos entre a elite senatorial, equestre e até mesmo contra o próprio imperador, reforçaria, a percepção da importância dos conflitos internos. Além disso, auxiliava também na tentativa de delimitar um denominador para se pensar na amplitude e na importância desses conflitos dentro de uma lógica organizacional da versão dos fatos pelo historiador. Ou seja, os conflitos descritos através das roupagens das “guerras civis”, além de servirem como elementos de atração textual, também assumiam a função de fio condutor da narrativa dos fatos passados.

Capítulo II

Tácito, retórica e o principado

⁹⁰ Essas questões também foram debatidas em BELCHIOR, Ygor Klain, 2011a.

⁹¹ Basta atentarmos para o livro “Intrigas Palacianas nos Annales de Tácito: tentativas e processos de obtenção de poder no principado de Tibério”, de autoria de Ricardo Nobre, e publicado no ano de 2010. Cf. NOBRE, Ricardo, 2010.

Ao estudarmos o sistema de governo inaugurado por Augusto, seja através de fontes seja pela historiografia moderna, podemos perceber que a dinastia Júlio-Claudia (Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio e Nero) possui um lugar de destaque dentro de uma vasta quantidade de produções intelectuais sobre o Império Romano. Composta por imperadores muito polêmicos, essa dinastia sempre foi entendida através de um arquétipo que visava traçar uma linha decrescente partindo do “modelo” imperial de Augusto (31 ou 27 a.C – 14), e que se direcionava aos anos de Nero (54 – 68), o imperador que se colocou a cargo de extinguir uma dinastia, deixando o Império Romano novamente à mercê dos conflitos civis.

Localizado, portanto, entre dois períodos de guerras civis, o principado dos Julio-Cláudios foi interpretado ao longo de uma vasta tradição intelectual através de modelos que buscavam compreender a nova configuração social e sua ordenação, principalmente através de uma preocupação especial quanto aos limites da atuação do *princeps*: seria ele um monarca, ou não? ⁹². Um exemplo dessas preocupações pode ser extraído das reflexões desenvolvidas pelo prestigiado pesquisador Alemão, Theodor Mommsen, contidas nas obras "História de Roma" (*Römische Geschichte*) e "Direito Constitucional Romano" (*Römisches Staatsrecht*), ambas publicadas na segunda metade do século XIX⁹³. Em suma, nessas reflexões, Mommsen defende a perspectiva de que Augusto e os imperadores seguintes procuraram sustentar a sua posição através do acúmulo de poderes magistráticos específicos, como o *imperium proconsulare* e a *tribunicia potestas* – herdados da estrutura política da República. Já, o Senado, mesmo durante o principado, conservava a sua antiga autoridade, além de se encarregar da escolha de

⁹² Sobre essas questões que envolviam a “ordenação imperial”, podemos citar que uma tendência foi aproximá-la ao que era entendido como uma sociedade monárquica nos moldes absolutistas dos séculos XVIII e XIX, principalmente tendo como base as instituições que atuaram nos países europeus e que adotaram regimes monárquicos, como França, Portugal e Inglaterra. Nesse sentido, encontramos na Biblioteca de Obras Raras, da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, uma tradução da obra “Annaes”, de 1830, realizada por José Liberato Freire de Carvalho. Esta obra, na verdade, é o resultado da empreitada do tradutor, iniciada em 1820, ou seja, no contexto de luta contra a tirania do absolutismo português às vésperas da Revolução Liberal do Porto, quando foi possível a publicação de apenas dois livros dos Anais (o primeiro e o segundo, respectivamente) em um jornal intitulado “O campeão portuguez”, escrito pelo mesmo tradutor das obras de Tácito. Cf. CARVALHO, José Liberato Freire de, 1830.

⁹³ A obra "História de Roma" foi inicialmente composta de três volumes e não contemplava os anos do império. Essa lacuna somente foi sanada com a publicação de um volume dedicado às províncias, publicado em 1848. Cf. SCHIAVONE, Aldo, 2005, p. 39.

magistrados e das leis. Somado a isso, para o autor, o Senado ainda possuía uma função de destaque na hierarquia imperial, já que esta mesma instituição era a responsável por ratificar a escolha do novo imperador através de uma *lex* de Império⁹⁴. Desequilibrar essa balança “formalista” poderia ser uma opção, mas levaria a uma crise no interior da elite, e esta seria caracterizada pela oposição dos senadores ao imperador.

Diferentemente dessa proposta jurídica de Mommsen, as produções desenvolvidas a partir da segunda metade do século XX buscaram compreender o governo de Augusto como uma ruptura para com a forma de governo poliárquica dos anos da República. Apesar disso, a nova forma de governo não deixava de ser um produto direto desse antigo sistema, principalmente se considerarmos que foi no seio da República que as facções conflitantes da guerra civil vencida por Otaviano se desenvolveram⁹⁵. Nesse caminho, podemos citar o trabalho de Sir Ronald Syme, intitulado “The Augustan aristocracy”, em que há uma preocupação por parte do autor em afirmar que o primeiro imperador romano nada mais era do que um herdeiro do partido de César, o mesmo que havia enfrentado e derrotado a coligação partidária de Pompeu⁹⁶.

Em outra obra de sua autoria, intitulada “The Roman revolution”, também podemos perceber a preocupação em afirmar que os anos finais da República romana foram marcados pela presença de facções políticas, e que o Principado

⁹⁴ MOMMSEN, Theodor, 1999 e WINTERLING, Aloys, 2009.

⁹⁵ Géza Alföldy, em seu livro “A história social de Roma”, destina um capítulo específico para o estudo dos “principais conflitos dos últimos tempos da República e suas implicações sociais”. Nesta reflexão, o pesquisador deixa transparecer a proposta de que quarenta anos antes do Principado inaugurado por Otaviano já era possível perceber os efeitos de uma nova configuração política, neste caso, a monarquia. No entanto, para efeito de introdução, cabe destacar que não estamos afirmando que concordamos de imediato com as ideias expressas por Alföldy. Nosso interesse reside no fato de que é possível sustentar a hipótese de que a crise política e social da República, que se manifestou em conflitos declarados e violentos, constitui-se em um fenômeno muito mais complexo do que simplesmente a data que aceitamos como a vitória de Otaviano em Ácio. Assim, seria possível sustentar a hipótese de que os efeitos de uma nova forma de governo (que hoje qualificamos como Principado) podem ser identificados em disputas anteriores, compreendidas pelas lutas entre facções políticas e militares que amparavam a candidatura de seus chefes ao poder supremo em Roma. Cf. ALFÖLDY, Géza, 1989. Para maiores informações sobre essas discussões Cf. GRIMAL, Pierre, 2008; MENDES, Norma Musco, 2006; MILLAR, Fergus, 2002; SYME, Ronald, 1989; SYME, Ronald, 2002 e VEYNE, Paul, 1990.

⁹⁶ Ronald Syme se refere a Otaviano como o herdeiro de César (“The heir of Caesar”) Cf. SYME, Ronald, 1989, p. 1. É sabido que Otávio passa a ser conhecido como Otaviano após ter sido adotado por César e que, de fato, foi contemplado como principal herdeiro material da fortuna acumulada por seu pai adotivo. Mas Syme vai além deste aspecto jurídico e material como indica Otaviano como “heir of Caesar”. Ele se refere à construção de uma posição política e simbólica desta condição de herdeiro de César, mais especificamente nos termos de Syme como líder de uma facção da aristocracia que se tornará hegemônica e promoverá a unidade incontestada do poder sob as mãos de um só.

também pode ser entendido como um reflexo da vitória da facção liderada por Otaviano⁹⁷. Ou seja, referindo-se à fundação do Principado, Syme afirma que:

Um líder revolucionário se ergueu durante os conflitos civis, usurpando o poder para si mesmo e para a sua facção, transformando-a em um partido nacional, e uma terra dilacerada e enlouquecida em uma nação, em um governo estável e duradouro.⁹⁸

Por esta mesma via, a historiografia moderna sobre o Principado romano, e altamente devedora das reflexões de Syme, adotou a perspectiva de que, finda a guerra civil, Otaviano, tomando para si a condição de líder do partido de César, passou a concentrar poderes extraordinários, acumulando muitas honrarias, riquezas e magistraturas, além de realocar as posições sociais com indivíduos que passavam a gozar de seu patrocínio, os quais, por sua vez, estariam ligados a sua família e a sua casa.

Dentre esses pesquisadores, enfatizamos principalmente as análises encontradas nos estudos de Andrew Wallace-Hadrill. Nossa opção em destacar suas ideias como ponto inicial de nossa apresentação reside no fato de que nas análises mais contemporâneas sobre o Principado neroniano podemos encontrar uma lógica muito próxima às ideias desenvolvidas pelo autor, principalmente após a publicação de um texto intitulado “The imperial court”⁹⁹. Neste texto, publicado na prestigiosa “The Cambridge Ancient History”, a corte imperial romana é tomada à imagem de nosso sistema solar. O sol seria o imperador, fonte de toda a energia (*beneficium*). As casas senatoriais seriam os planetas que circundavam a esfera solar, enquanto as casas que estavam na margem desse sistema seriam representadas pelos satélites planetários.

Contudo, diferente do “modelo astronômico” propugnado por Wallace-Hadrill, esses benefícios provenientes do imperador não se propagavam no vácuo. Eram distribuídos através de mediadores envolvidos em grandes redes de solidariedade. O imperador (sol), portanto, estaria situado no centro de uma complexa rede de interações que envolviam intercâmbios recíprocos de *beneficia*. Àqueles que se situavam próximos ao sol, a energia disponível para ser compartilhada era

⁹⁷ SYME, Ronald, 2002.

⁹⁸ “a revolutionary leader arose in civil strife, usurped power for himself and his faction, transformed a faction into a national party, and a torn and distracted land into a nation, with a stable and enduring government” Cf. SYME, Ronald, 2002, p. 4

⁹⁹ WALLACE-HADRILL, A., 2006.

maior do que aqueles que situavam na periferia deste mesmo sistema. Em suma, nesse modelo interpretativo desenvolvido por Wallace-Hadrill, a ordenação social do Império Romano cabia ao *princeps* que, através dos indivíduos mais próximos do sol, distribuiria os benefícios e controlaria o acesso a todas as posições de honra nas carreiras senatoriais. Posição semelhante a esta foi adotada por outros autores que se debruçaram no estudo sobre o principado romano.

Como exemplo, podemos citar a contribuição de Paul Veyne que em seu texto incluído na obra “História da vida privada” define a sociedade romana durante os anos dos imperadores como um verdadeiro “caos” gerado pela defesa de interesses particulares e na cooptação¹⁰⁰. Contudo, para Veyne, essa cooptação não era desempenhada diretamente pelo corpo de senadores; passava por uma das numerosas redes de clientelismo político. Sendo assim, as funções públicas eram tratadas com dignidades privadas e o acesso a tais dignidades passava por um elo de fidelidade privada, que funcionava como elemento de perpetuação desse sistema, visto que era realizado por indivíduos escolhidos tanto pelo Senado, como pelo Imperador.

Outro exemplo importante desse tipo de abordagem calcada no patronato pode ser encontrado no livro “A amizade no mundo Clássico”. Para seu autor, David Konstan, as redes de solidariedade fundadas na política de patronato estabeleciam vínculos interpessoais entre os agentes sociais, vinculando-os às diversas *domus* senatoriais e à *domus Caesaris*, que passava a ordenar a sociedade através da distribuição de benefícios. Baseadas na *fides*, essas relações no mundo clássico são entendidas pelo autor como essencialmente fundadas na afeição e generosidade do imperador para com os outros membros que compunham a sociedade romana. O “bom” *patronus* distribuiria, assim, os benefícios aos seus *amici* ou *clientes* mais íntimos, sem esperar nada em troca. Já o “bom” *cliens* receberia seus *beneficia* através dos seus méritos, e não através das bajulações. Contudo, deixar de retribuir um benefício recebido faz com que a relação não se estabeleça. Em suma, para Konstan, interpretada de um modo mais amplo como uma relação pessoal assimétrica que envolve expectativas de intercâmbios recíprocos com um potencial para a exploração, o patronato certamente desempenhava um papel importante na vida social romana. Dentro da constituição de redes clientelares, podemos ob-

¹⁰⁰ VEYNE, Paul, p. 103.

servar que elas poderiam ser baseadas na *amicitia* ou nas *factiones*, sendo favoráveis, ou não, ao maior patrono do império ¹⁰¹. Uma visão similar a esta foi apresentada por Syme:

A coesão das facções políticas romanas dava-se menos pela unidade de princípios do que pelo interesse mútuo e por serviços mútuos (*officia*), seja entre os socialmente iguais na forma de uma aliança, seja de superiores a inferiores, em uma forma tradicional e quase feudal de clientela: em uma avaliação favorável, o laço era chamado de *amicitia*, de outro modo, *factio*. ¹⁰²

Nesse sentido, a busca pela absorção de uma parcela maior de benefícios era refletida na disputa entre as *domus* senatoriais, os exércitos e a plebe por uma maior aproximação com a casa imperial e, assim, com a maior quantidade de *beneficia*, cuja fonte exclusiva era a *domus Caesaris*. Ou seja, nas palavras de Fábio Faversani, referindo-se a essas análises anteriormente citadas:

Para esses autores, o fundamental seria apreender como os agentes sociais pertencentes às elites são capazes de, fazendo uso de sua riqueza e prestígio, colocar sob sujeição outros agentes sociais. Com isso, teríamos a formação de uma elite que, por meio das relações de patronato, colocar-se-ia acima dos demais agentes e interferiria nas decisões do Estado ¹⁰³.

Nesses modelos citados por Faversani, podemos indicar as preocupações referentes aos limites da atuação dos súditos imperiais em uma sociedade onde o patronato oferecido pelo imperador parecia ditar os outros tipos de relações. Assim, o estabelecimento de vínculos com o imperador poderia resultar, por exemplo, na ascensão de um liberto com poderes políticos e sociais extraordinários, inclusive a capacidade de exercer o patronato e gerir uma extensa rede de *clientes*. Como exemplo disto, lembramos que em *Anais XII, 25*, em passagem que marca o início da narrativa do ano 50, Tácito relata que o liberto Palas, muito influente na casa imperial, liderava uma rede de clientes que se associavam a este liberto-patrono em busca da sua proteção. Em função disto, alguns senadores bajulavam este liberto, como nos casos do cônsul Barea Sorano, que ofereceu ao liberto as insígnias de Pretor e mais quinze milhões de sestércios, e Cornélio Cipião, que

¹⁰¹ KONSTAN, David, 2005, p. 4.

¹⁰² Apud KONSTAN, David, 2005, p. 4.

¹⁰³ FAVERSANI, Fábio, 2000, p. 20.

acrescentou à proposta que o agraciado deveria receber honras públicas (Tac. *Ann.* XII, 53). No entanto, talvez o fato mais interessante nessa passagem seja a indicação dada pelo historiador de que o liberto havia ficado satisfeito com as honrarias e que não aceitava o dinheiro, pois pretendia viver na pobreza (*intra paupertatem subsistere*). Como posteriormente é apresentado por Tácito, o imperador Cláudio ordenou que fosse gravado em bronze que Palas possuía uma riqueza de trezentos milhões de sestércios. Nesse sentido, podemos afirmar que a categoria jurídica de liberto não define um grupo e a sua respectiva ordenação. Existiam libertos que não possuíam as mesmas possibilidades de ação e interação social, sendo, portanto, totalmente diferentes dos libertos que atuavam na *domus Caesaris* ou até mesmo na *aula Neronis*.

Àqueles que não compartilhavam dos meios que proporcionavam a ascensão social, esse processo poderia acarretar na formação de grupos de oposição. Em suma, desse debate, podemos afirmar que podemos entender a ordenação política e social do Alto Império romano através da criação de laços fundados sobre relações pessoais que se manifestaram, sobretudo, na instituição do patronato. Assim, as redes de clientela controladas pelo imperador seriam fontes de promoção social e aquelas independentes do *princeps* seriam consideradas como grupos de oposição ao menos até o momento que elas gerassem um novo imperador.

Em suma, o que podemos perceber através desse debate inicial é que a historiografia moderna sobre o principado concorda que Augusto promoveu uma excelente política de organização dessa sociedade através da sua *auctoritas* pessoal, pacificando as guerras civis, e, por seu patronato, colocando-se como o centro de uma vasta rede de clientes que ia desde Senadores até as províncias¹⁰⁴. Tido pelos historiadores e biógrafos antigos, a exemplo de Tácito e Suetônio, como “modelo de governante” e de um “bom governo”, Augusto foi eternizado nas produções intelectuais como uma referência a ser seguida. Os sucessores de Augusto (dinastia Júlio-Cláudia) deveriam seguir seu modelo de governo, afastando o Império de outra guerra civil. Contudo, o que passamos a observar é uma sequência de governos que se equiparam não ao modelo de Augusto, mas ao de crise, de

¹⁰⁴ Nas fontes antigas, este entendimento do papel do imperador como provedor da paz aparece inúmeras vezes. Citamos, como ilustração, um poema escrito ao tempo de Nero: “cum domino pax ista venit” (Luc. Bell. I, 670).

uma crise da moral e dos costumes romanos¹⁰⁵, inclusive levando o império a enfrentar mais uma leva de conflitos sangrentos.

Sobre o período das guerras civis do ano de 69, podemos perceber através da análise de algumas fontes que se debruçaram nos acontecimentos do final do governo de Nero, como as biografias escritas por Suetônio e as *Histórias* de Tácito, que não encontramos referências ou atitudes descritas que indiquem a necessidade de se “restaurar” a *respublica*, tal como havia feito Augusto. Agregado a isso, também não podemos encontrar qualquer possibilidade que nos auxilie na hipótese de que esses conflitos foram desencadeados através de um tom de contestação do regime vigente. O que podemos perceber é que os líderes desses conflitos que visavam à manutenção da situação política do Principado estavam lutando entre si com o intuito de elegerem um novo *princeps*. Esse mesmo percurso foi traçado pelos antigos apoiadores de Galba, Oto e Vitélio, imperadores que governaram o Império Romano por um curto período de tempo¹⁰⁶.

Essa situação política marcada pelos conflitos civis somente foi contornada após a vitória do general Vespasiano (69 - 79) sobre as tropas de Vitélio. Consumada essa última batalha, o Império Romano presenciou a fundação de uma nova dinastia, de nome Flávia, e que governou a *Respublica* por 27 anos, tendo ainda como governantes os imperadores Tito (79 – 81) e Domiciano (81 – 96).

Pensando em termos cronológicos, podemos afirmar que entre os anos de 31 a.C (batalha da Ácio) e o ano 69 (o ano dos quatro imperadores) temos uma distância temporal de cem anos, marcados pelo governo de nove imperadores, dos quais oito foram assassinados. Esse dado serve para ilustrar a importância de considerarmos as disputas pela maior hierarquia do império. No entanto, cabe afirmar

¹⁰⁵ Essa crise no modelo de governo adotado por Augusto é discutida por Mário Torelli. Segundo o autor, os anos finais do principado de Tibério e o principado de Calígula foram marcados pelas constantes citações aos trabalhos de Augusto. Contudo, esses atos ficaram traduzidos apenas em palavras, sendo que as ações foram desenhadas de certa maneira que se tornaram cada vez mais evidentes os distanciamentos do modelo construído pelo primeiro imperador. Continuando nessa mesma linha de análise, Torelli analisa os governos sucessores, de Cláudio até Nero, como a crise fatal do modelo de Augusto. Segundo o autor, esses governos foram caracterizados pela excessiva centralização da “coisa pública” nas mãos do *princeps*. Característica, esta, que também auxiliava no afastamento da proposta estabelecida pelo primeiro *princeps*. Cf. TORELLI, Mario, 2006, p. 953.

¹⁰⁶ Galba governou por aproximadamente sete meses (8 de junho de 68 - 15 de janeiro de 69); Oto, por três meses (15 de janeiro de 69 – 16 de abril de 69) e Vitélio governou por aproximadamente dois meses (17 de abril de 69 – 20 de setembro de 69).

que não estamos defendendo que o Principado foi na verdade um período de guerras civis, tais como os anos finais da República. Além disso, cabe destacar que concordamos que o partido de Augusto possui um papel preponderante na nova organização social que foi o Principado, pacificando os conflitos civis e “restaurando a *respublica*”. Mas, como estamos tentando inferir, é preciso tecer considerações a respeito da competição entre diversos grupos sociais que poderiam lutar pela liderança do poder em Roma, seja na República, ou no Principado. Pretendemos pensar esta proposta a partir de uma reflexão sobre o governo de Nero.

Como já foi apontado anteriormente, após a morte de Nero podemos observar que a guerra civil se instaura novamente. Na nossa hipótese isso se deve ao enfraquecimento da casa reinante, graças ao fato de que não havia mais ninguém que pudesse assumir esse papel e de que no final do governo de Nero os conflitantes estavam munidos com muita força, principalmente com o apoio de legiões, graças ao desprestígio do imperador. Neste ponto que pretendemos pensar que a política romana era composta por diversos indivíduos que constantemente disputavam a liderança desse poder se constitui como uma alternativa viável para uma leitura dos primeiros anos do Principado romano através das obras taciteanas.

Assim, ao mesmo tempo, podemos também inferir que as alianças entre as *domus* eram um fator desejado tanto para as casas mais proeminentes quanto para aquelas que estavam ascendendo, ainda nos “degraus inferiores” dessa sociedade. O quanto esta autonomia não poderia gerar um poder paralelo e superior ao do imperador? O mesmo pode ser perguntado a respeito das principais casas de Roma. Em que medida elas não congregavam interesses próprios e diversos daquela do imperador? O quanto o enfraquecimento da casa imperial não poderia levar os *patroni* de diversas casas a procurar a proteção de outra casa importante? Como distinguir novos quadros de alianças entre casas e conspirações? Como discernir entre os que agem em nome do imperador aqueles que atuam passando por cima da autoridade imperial?

Estas perguntas indicam bem um amplo universo de análise colocado pelo texto de Tácito para uma compreensão da dinâmica social sob o Principado de Nero. Pois, como vimos anteriormente, existe uma preocupação por parte do historiador latino em evidenciar ao leitor que a política durante o principado também poderia ser entendida através das “guerras civis”. Ou seja, através da noção de que

poderia existir outro líder para derrubar o imperador e assumir a liderança da *res-publica*. Nas palavras de Tácito

instabat quippe Seianus incusabatque diductam civitatem ut civili bello: esse qui se partium Agrippinae vocent, ac ni resistatur, fore pluris; neque aliud gliscentis discordiae remedium quam si unus alterve máxime prompti subverterentur.

A isso dava todo motivo Sejano, que lhe afirmava estar já Roma dividida em partidos como nos tempos das guerras civis; e que mesmo havia já indivíduos que se intitulavam do partido de Agripina: ao que se não se desse logo um pronto remédio, podia muito bem ter consequências funestas. Que não havia, pois outro meio para abafar na sua origem estas discórdias senão castigar fortemente um ou outro chefe dos mais atrevidos (Tac. *Ann.* IV, 17, 3)¹⁰⁷.

Essa situação de conflito dentro do grupo social de apoio a Tibério tem origem na ascensão de Sejano a uma posição proeminente na *domus Caesaris*, inclusive conflitando com outros membros que apoiavam o governo vigente e que também compunham a mesma casa que outrora fora sustentada por Augusto. Para o historiador, o estopim desses atritos entre o prefeito da guarda pretoriana e os herdeiros de Tibério é marcado pelo pedido realizado pelo próprio Imperador ao Senado para que parasse de ensoberbecer com honras prematuras os mancebos, tudo isso para que cessasse as disputas no interior da *domus Caesaris* (Tac. *Ann.* IV, 17, 3). Logicamente, como reconhece Tácito, esse pedido favoreceu Sejano, pois, como este desejava o império, seria mais fácil eliminar concorrentes que não possuíam tanto prestígio. E a estratégia dele foi a de influenciar Tibério, e ame-drontá-lo com a ideia de que existiam partidos que estariam se tornando muito fortes, como nas guerras civis. E para que a *respublica* não caísse era necessário que o *pater* da *domus* imperial interferisse e arbitrasse esses conflitos. Além disso, também é importante destacar que, apesar do patronato do imperador, outros indivíduos também poderiam tecer estratégias para suplantar concorrentes, inclusive o próprio imperador.

Além desse exemplo, podemos citar o julgamento do processo de lesa-majestade envolvendo Antístio Sosiano (Tac. *Ann.* XIV, 48-49). Neste episódio, o imperador acatou, mesmo contra sua vontade, a proposta do senador Clódio Tra-séia Peto que condenava o réu ao exílio. Nesta passagem, o réu foi submetido a julgamento por haver proferido uma sátira com versos injuriosos a Nero e a vários

¹⁰⁷ Tradução de José Liberato Freire de Carvalho Cf. TÁCITO, 1952.

senadores. Feitas as acusações, o senado se reuniu e pediu que ele fosse julgado e condenado com toda severidade das leis. Contudo, o mesmo senado acatou a opinião de Traséia que pedia uma sentença mais branda para que o *princeps* tivesse a fama de clemente e que, pelo exemplo do réu em vida, servisse a que outros não o imitassem. Tomando conhecimento da decisão do senado, o *princeps* escreveu seu parecer, contudo em nada alterou da decisão do senado, deixando transparecer o seu ressentimento pelas palavras de Traséia.

Assim, como podemos perceber através da análise da narrativa taciteana, o fato da posição do Imperador equivaler idealmente à maior grandeza possível, o que faz dela uma medida absoluta da hierarquia, mas não determina todas as outras medidas. As pessoas tinham riqueza, honra e constituíam redes de relações independentes do poder do Imperador. Como exemplo, podemos citar que o jovem imperador Nero desde o início de seu governo foi assombrado por concorrentes ao poder imperial. Dentre eles, Júnio Silano (Tac. *Ann.* XIII, 1,1) e o filho legítimo de Cláudio e herdeiro potencial ao trono, Britânico (Tac. *Ann.* XIII, 15 e 16). De fato, ao longo do governo neroniano é possível perceber que Nero promoveu um verdadeiro extermínio dos concorrentes do poder imperial. Afinal, era mais fácil sobreviver em um governo sem concorrentes.

Outro caso que cabe citar é a disputa de poder e prestígio entre os senadores e o Imperador. Essa disputa pode ser identificada durante a narrativa da realização dos jogos quinquenais promovidos por Nero, em 60, quando alguns senadores censuraram a atitude do imperador que promoveu espetáculos para a plebe de Roma. O argumento dos senadores era que não cabia a Nero a realização desses espetáculos, e sim aos pretores, magistrados senatoriais, que costumavam construir teatros provisórios para a realização desses espetáculos (Tac. *Ann.* XIV, 20). Contudo, o que se criticava não era o fato do imperador organizar os jogos, mas sim, o monopólio que o imperador então assumia sobre a realização de divertimentos políticos, o que gerava o acúmulo de prestígio e o apoio político da plebe para um único nobre. Deste modo, podemos perceber que há uma divisão de poderes não apenas entre o Senado e o imperador, mas também uma concorrência por prestígio entre os diversos senadores e o imperador.

Assim, estamos lidando com uma dupla condição que iremos atribuir aos indivíduos que eram organizados pelo imperador: eles poderiam se unir sob o signo da oposição ou da situação de governo. Pensando em uma lógica inversa, po-

demos afirmar que cabia ao imperador a busca pela “ordem imperial” através da aplicação de uma política de manutenção desse Império. Seja através do patronato seja através de estratégias estabelecidas por meio de relações sociais de caráter interpessoal que visavam a arbitrar esses conflitos e manter a unidade do Império. Cabe, assim, estudar essas redes em competição.

Nesse sentido, cabe destacar que partimos hipótese que existia uma ordem imperial no principado. Esta ordem seria então composta através do conflito entre os diferentes grupos sociais que compunham uma sociedade tão heterogênea quanto a romana. Para que estes conflitos não levassem à desordem social (neste caso iremos entendê-la como guerra civil) era necessário que alguém arbitrasse e intermediasse essas disputas. Assim, podemos pensar que cabia ao *princeps* o papel de intermediário nas relações, seja através da busca por um consenso universal que legitimasse o seu papel. No entanto, ao mesmo tempo em que esse quadro se desenhava, podemos observar na narrativa de Tácito a descrição de estratégias pelas quais esses diferentes indivíduos se articulavam em grupos de oposição e buscavam a substituição da hierarquia superior da *respublica*: o lugar de *princeps*. Nesse sentido, podemos perceber que se faz necessário estudar como eram compostas essas redes de solidariedade, e através de quais estratégias esses agentes contribuíam para a manutenção ou a sublevação da ordem vigente.

Ainda dentro dessa mesma perspectiva, justificamos também nosso interesse no estudo do “único e longo ano de Galba, Oto e Vitélio” (Tac. *Dial.* 17), pois em se tratando de conflitos civis que se originaram dentro do regime político do principado romano, podemos perceber que aqueles que atuaram dentro dessas disputas tiveram o apoio de membros da elite, dos exércitos e até mesmo de libertos imperiais. Ou seja, personagens que usufruíam dos benefícios originados pelo *princeps* contestado e que mesmo assim se rebelaram contra ele, muitas vezes apoiando candidatos que posteriormente seriam alvos de conspirações e, portanto, substituídos dos lugares que ocupavam na hierarquia social. Tudo isso sem alterar a ordem vigente: o principado inaugurado por Augusto.

Sobre essa perspectiva, Greg Woolf, em um livro dedicado a assassinatos políticos, mas, principalmente focado no caso de Júlio César, oferece-nos a seguinte observação que nos impressionou pelo otimismo em relação ao pensamento

de que a política romana, desde os tempos da República, era marcada pelo confronto entre os seus principais cidadãos. Essa característica era refletida, por exemplo, no assassinato de Júlio César e nas guerras civis de Otaviano, que conseguiu pacificar os ânimos, tornando-se o primeiro imperador de Roma. O estabelecimento do Principado significou a ausência das guerras civis por um período de quase 100 anos. Isto foi considerado pelo autor como uma ocorrência rara devido às inúmeras disputas entre a elite. Além disso, era ainda mais marcante e raro, pelo menos do ponto de vista de Woolf, o fato de que a próxima guerra só tenha durado dois anos. Nas palavras do autor:

Após a batalha de Ácio se passaram quase cem anos até a próxima guerra civil romana, que durou dois anos. Domiciano, o terceiro imperador da nova dinastia Flávia, foi assassinado trinta e poucos anos depois, mas uma sucessão pacífica foi de algum modo arranjada. Na verdade, uma guerra civil não estourou até o assassinato de Cômodo, em 192. Dessa vez, demorou um pouco mais de tempo para a ordem ser restaurada: a última batalha foi travada em 197. Mas a dinastia dos Severos durou até 235, antes do império se dissolver novamente em meio século de fragmentação, usurpação e caos.¹⁰⁸

Tomando, assim, as disputas e os assassinatos políticos como algo intrínseco ao funcionamento da política imperial Romana, Woolf destaca que Augusto conseguiu realmente dar uma nova sobrevida à *Respublica*, que somente foi cair em 492. Essa proposta também pode ser demonstrada se atentarmos para a historiografia que lida com os anos em que os romanos vivenciavam um longo período de guerras civis, como as que foram fomentadas pelos generais Mário e Sila, mas que também encontraram outros adeptos, como César, Pompeu e Marco Antônio. Até que, por fim, Augusto suplantou os conflitos e colocou a sua *domus* no lugar mais proeminente da *respublica*.

Como exemplo dessa proposta, Géza Alföldy, em seu livro “A história social de Roma”, destina um capítulo específico para o estudo dos “principais

¹⁰⁸ “After the battle of Actium it was almost a hundred years before the next Roman civil war, one that lasted than two years. Domitian, the third emperor of the new Flavian dynasty, was assassinated thirty-odd years later, but a peaceful succession was somehow managed. In fact civil war did not break out until the murder of Commodus in AD 192. It took a little longer this time to restore order: the last battle was fought in 197. But Severan dynasty lasted until 235 before the empire again dissolved into a half century of fragmentation, usurpation and chaos”. Cf. WOOLF, Greg, 2006, p. 94

conflitos dos últimos tempos da República e suas implicações sociais”¹⁰⁹. Nesse estudo, o pesquisador deixa transparecer a proposta de que quarenta anos antes do Principado inaugurado por Augusto já era possível perceber os efeitos de uma nova configuração política, neste caso, a monarquia. No entanto, cabe destacar que não estamos afirmando que concordamos de imediato com as ideias expressas por Alföldy. Nosso interesse reside no fato de que é possível sustentar a hipótese de que a crise política e social da República, que se manifestou em conflitos declarados e violentos, se constitui como um fenômeno muito mais complexo do que simplesmente a data que aceitamos como a vitória de Otaviano em Ácio. É possível sustentar a hipótese de que os efeitos de uma nova forma de governo (que hoje qualificamos como Principado) podem ser identificados em disputas anteriores, compreendidas pelas lutas entre facções políticas e militares que amparavam a candidatura de seus chefes ao poder supremo em Roma¹¹⁰. Ou seja, em suas palavras:

Os últimos quarenta anos da República romana – a era da ‘última geração’ – decorreram sob o signo de luta que girava, primeiro, em torno da questão de saber se era ainda possível salvar a República oligárquica ou se esta acabaria inevitavelmente por se transformar numa monarquia; e, depois, em torno da conquista do poder totalitário por um dos políticos rivais¹¹¹.

Essa análise, portanto, justifica o tal otimismo expresso por Greg Woolf, que considera o principado como uma excelente organização de governo. Segundo o autor, essa organização inaugurada por Augusto afastou por muitos anos uma característica que havia se tornado comum para os romanos: as guerras civis que eram fomentadas por grandes políticos/generais. Dessa maneira, apesar dos indicativos de que o sistema de governo sob os imperadores era muito distinto daquele dos anos da República romana, cabe destacar que é possível sustentar a hipótese de que essa nova realidade política e social (o Principado) não deixava de possuir algumas semelhanças com os anos da República moribunda.

Dessa maneira, também podemos recorrer às ideias de Fergus Millar, desenvolvidas em seu livro “The Roman republic in political thought”. Neste livro,

¹⁰⁹ ALFÖLDY, Géza, 1989, p. 89.

¹¹⁰ Idem, p. 82.

¹¹¹ Idem, p. 96.

as perspectivas embasadas no “esquecimento” da participação popular e do exercício das magistraturas republicanas por parte de uma elite oligárquica e minoritária, quando colocadas em contraposição com as obras de Cícero, um hábil senador romano que escreveu durante os anos finais do governo republicano, demonstram uma realidade completamente diferente daquela descrita pelas constituições de Aristóteles e até mesmo do modelo interpretativo desenhado pelo historiador Políbio. Primeiramente, porque, segundo Millar, na época de Cícero é possível apontar que Roma possuía características de cidade-Estado e de Estado-nação, englobando toda a península itálica, o norte da África e grande parte do território que hoje corresponde ao continente europeu.

Essa imensa massa territorial, por sua vez, era composta por diversos cidadãos que, apesar das dificuldades que envolviam a locomoção e a longa duração das viagens, se faziam presentes no Fórum e participavam ativamente da eleição dos magistrados e na elaboração das leis. Nesse sentido, segundo o autor, é preciso atentar para o fato de que o poder do *populus* romano também deve ser considerado como um fator importante para as manobras políticas do final da República. A hipótese de Millar é que, diferente das visões sobre um governo oligárquico e totalitário por parte das elites, Roma, de fato, possuía uma forte presença da democracia direta, marcada pela participação política do *populus romanus* nas assembleias (*comitia centuriata* e *comitia tributa*). Daí a importância de grandes oradores e de manobras que visassem conquistar o apoio dos cidadãos que possuíam o direito de voto¹¹².

Assim, também é possível problematizar a proposta de que, diferente da ótica focada na elite romana (Ronald Syme), as manobras políticas embasadas no patronato dos grandes dos grupos conflitantes na guerra civil perpassavam uma enorme quantidade de diferentes clientes e de *domus* aristocráticas. Dentre eles, podemos citar membros inferiores na hierarquia social, mas que possuíam cargos públicos, além dos exércitos, de outros cidadãos, inclusive provincianos, e até mesmo escravos. Esse quadro é muito evidente em toda a narrativa do *Commentarii de Bello Ciuili* (Comentários sobre a Guerra Civil), de Júlio César, em que é possível perceber as manobras de propaganda militar que visavam à aderência dos cidadãos romanos, sejam habitantes da capital, ou não. Além disso, é possível

¹¹² MILLAR, Fergus, 2002, p. 6

indicar que essa longa cadeia de favores que se originava do centro de determinado *domus*, neste caso a de César, aglomerava em seu interior desde os senadores, equestres, magistrados, cidadãos até a fidelidade de algumas cidades provinciais que poderiam decidir se apoiavam, ou não, determinados generais durante as guerras civis (Caes. *Civ.* I, 11).

Assim, podemos pensar que as mesmas disputas que originaram o Principado romano continuaram atuantes ao longo dos governos subsequentes e, dessa maneira, podemos nos servir delas como um instrumento analítico para analisarmos a configuração política do Alto Império Romano não como uma ruptura drástica para com os anos finais da República, mas, como um processo iniciado pelos grandes generais republicanos e que ainda conservava em seu seio um limite de autonomia na formação de grupos sociais de apoio e de oposição aos imperadores da dinastia Júlio- Claudia. Com efeito, é possível pensar em um “Principado” dentro da “República” e uma “República” dentro do “Principado”?

Na verdade, podemos atentar para o fato de que essas perspectivas que se referem às estruturas da República atuantes após a “restauração” augustana fomentaram extensos debates acerca do papel do Senado, do Imperador e da própria Aristocracia que atuava no cenário político, principalmente se levarmos em consideração que essas reflexões foram inauguradas pela visão constitucionalista do Principado romano elaborada por Theodor Mommsen e que visava observar o principado romano através da noção de que seu governo era de fato uma diarquia entre o imperador e o Senado¹¹³. Todavia, seja matéria de história (*Geschichte*) ou de direito público (*Staatsrecht*), essas preocupações originadas pelo pensamento de Mommsen nos levam a pensar em questões que avançam a noção estabelecida pelo direito público (sem relativizá-lo ao máximo) e dialogar com autores posteriores, como o próprio Syme, na tentativa de compreender como as ações reguladas no campo das interações sociais, principalmente as atuantes na esfera da informalidade e das relações privadas também eram importantes para a organização política e social do Alto Império Romano.

No entanto, apesar das continuidades republicanas existentes no seio do Principado também não devemos deixar de atentar para as diferenças entre essas

¹¹³ WINTERLING, Aloys, 2009.

duas situações políticas distintas: o Principado e a República. Afinal, como podemos observar, existe uma vasta produção historiográfica a respeito das representações e das diferentes acepções que o discurso republicano poderia possuir durante os anos dos imperadores. Como exemplo, podemos citar as reflexões de Vassily Rudich, em seu estudo alentado sobre Nero, onde o autor defende a ideia de que, apesar do discurso de que Augusto havia restaurado a *Respublica*, o Principado nunca deixou de ser um regime autoritário, demonstrando que a contradição entre o *de jure* e o *de facto*, conforme ilustramos através da pequena contraposição entre Mommsen e Syme, se fazia muito presente no cotidiano nos discursos proferidos pelos imperadores¹¹⁴.

Assim, visto essas dificuldades em pensarmos o governo inaugurado por Augusto através das continuidades e descontinuidades entre a República e o Principado, principalmente no que tange a relação jurídica ou extrajurídica entre o imperador e o senado, é que nos inserimos nesse debate e nele nos apoiamos para apresentar como os efeitos das guerras civis entre diversos líderes partidários pode ser uma chave para compreendermos uma República que se apresenta como um período de intensa mudança e adaptação em sua própria estrutura política, a tal ponto de não conseguir sobreviver à ambição dos seus próprios generais. Além disso, a noção de que o Principado representou uma ruptura drástica com os anos da República também nos é essencial para compreendermos as especificidades dentro do campo social e político que o novo governo certamente representou para seus contemporâneos. Essa nova realidade não deve ser tomada apenas como um discurso, mas como algo concreto que aos poucos foi se afastando do ideal clássico da República de uma cidade-estado, passando a um novo governo exercido sobre um vasto Império que conseguiu produzir novas elites, advindas das províncias, e que aos poucos atingiram as posições mais proeminentes da estrutura política e social.

Em suma, essas duas perspectivas embasadas nas continuidades e descontinuidades entre a República e o Principado nos são relevantes. No entanto, não é nosso intuito o de apenas limitá-las a uma simples comparação direta, pois, esta proposta analítica poderia nos trair pelo o uso de anacronismos, já que seria necessário definir em um exercício de longas linhas como poderemos aplicar to-

¹¹⁴ RUDICH, Vasily, 1993.

das as definições sobre esses dois conceitos que até esse momento foram apresentados como antagônicos e ao mesmo tempo complementares: a República e o Principado. Assim, deixando de lado as longas definições conceituais, podemos destacar que neste trabalho iremos atentar para alguns dos indicativos sobre as continuidades e descontinuidades nas áreas políticas e sociais durante a transição entre uma situação política e outra, mas, principalmente mantendo nosso foco no período a ser estudado por essa dissertação: o Principado Neroniano.

História e Retórica: a guerra civil como *evidentia*

Neste estudo sobre período Neroniano utilizamos como fontes principais duas obras que foram produzidas por um hábil e douto político romano de nome Públio Cornélio Tácito: os *Anais* e *Histórias*. Os *Anais* trazem a narrativa dos anos do governo de Nero nos livros XIII a XVI (incompleto), que comportam duzentos e trinta e dois capítulos. Nas *Histórias*, como se sabe, a narrativa se inicia com os acontecimentos posteriores à morte de Nero. No entanto, na narrativa do primeiro livro das *Histórias* encontramos informações importantes a respeito da queda de Nero e das estratégias de substituição desse governante.

Podemos constatar através da datação de seus escritos que o historiador latino se propõe, primeiramente, a compor as suas *Histórias*, cuja narrativa se inicia no ano de 69. É somente depois da composição dessa obra que ele se dedica à sua outra composição historiográfica (os *Anais*), onde narra acontecimentos anteriores àqueles que são objeto das *Histórias*, como se sabe, da ascensão de Tibério ao poder, em 19 de agosto do ano 14 até o final do governo de Nero (no ano de 68)¹¹⁵.

Desta maneira, como observamos, as obras historiográficas de Tácito lidam com acontecimentos que estão compreendidos em dois períodos em que as guerras civis foram muito presentes. Afinal, estamos lidando com um historiador que se preocupou em delimitar dois marcos temporais distintos, tendo como ponto de partida a morte de Augusto, para os *Anais*, e o ano dos quatro imperadores, para as *Histórias*. Além disso, no próêmio das *Histórias* encontramos uma indica-

¹¹⁵ No entanto cabe atentar para a forma que os livros que chegaram até nós. Um exemplo nesse sentido é que a narrativa dos anos finais do governo de Nero (final do livro XVI e os seguintes) não foi conservada.

ção da importância dada pelo historiador latino para os anos anteriores aos das guerras civis de 69 como elemento explicativo para as causas de um novo destino funesto que assolava o Império e a cidade de Roma.

Ceterum antequam destinata componam, repetendum videtur qualis status urbis, quae mens exercituum, quis habitus provinciarum, quid in toto terrarum orbe validum, quid aegrum fuerit, ut non modo casus eventusque rerum, qui plerumque fortuiti sunt, sed ratio etiam causaeque noscantur.

Acredito que seja mais apropriado, no entanto, antes de iniciar o trabalho que foi proposto, revisar as condições da cidade de Roma, o temperamento dos exércitos, a atitude das províncias, e os elementos de fraqueza e de força que existiam em todo o Império, de forma que possamos conhecer, não somente as vicissitudes ou os discursos construídos sobre os eventos, que muitas vezes são questões de fortuna, mas também as suas relações e as suas causas (Tac., *Hist*, I, 4)¹¹⁶.

Em suma, podemos perceber que a própria organização e composição das obras históricas de Tácito podem nos oferecer questões importantes a respeito da organização política e social de Roma. Seus escritos, portanto, acompanham dois momentos distintos que foram vivenciados pelos romanos durante o século I e, principalmente por serem iniciados, nas *Histórias*, com os motivos de outra guerra civil e a uma nova configuração política diferente daquela gerida pelos Júlio-Cláudios. Nesse sentido, podemos, então, partir da hipótese que o final do governo de Nero e as guerras civis do ano de 69 possuem grande influência nas obras históricas de Tácito. Além disso, acreditamos ser essencial estudar a historiografia taciteana dentro das regras de composição desse gênero discursivo. Ou seja, através da noção de que uma revisão da Retórica antiga pode nos oferecer outras ferramentas para nossas análises, diferentes daquelas que visam a compreender a historiografia taciteana como um exercício literário que apenas respondia aos anseios de longas tradições.

Assim, para debater essas questões, na continuação do nosso segundo capítulo iremos focar na análise das duas fontes que encabeçam essa pesquisa, os *Anais* e as *Histórias*, através da noção de que essas produções estavam imersas em um ambiente onde a Retórica assumia o papel de base da produção dos discursos. Nosso intuito com esse debate é observar, através do estudo dos antigos retores gregos e latinos, a exemplo da *Retórica* aristotélica e a *Educação Oratória* de

¹¹⁶ Tradução nossa.

Quintiliano, como esses conflitos descritos pelo historiador latino funcionaram, então, como elementos retóricos próprios da composição do gênero, e não como elementos de “falseamento”. Caso nossa hipótese seja confirmada, poderemos observar com mais clareza como o historiador latino observa os acontecimentos narrados, além de ser possível propor uma interpretação para o sentido que ele atribuiu para os dois primeiros séculos do principado romano. Em outras, por esta via, cremos que será possível apresentarmos o principado de Tácito.

Devido a essas questões referentes à problematização do papel que as duas guerras civis teriam nas obras taciteanas, o pesquisador Ricardo Nobre se lançou na empreitada de estudar as composições historiográficas taciteanas, em especial os *Anais*, através da ótica proposta por Hayden White¹¹⁷. Desta maneira, pensando a história como pertencente ao campo epidíctico, Nobre indica que Tácito estaria interessado em criar um clima de tensão calcado na ideia de que a guerra civil vencida por Augusto ainda não havia terminado. O historiador teria descrito os anos da dinastia Júlio-Cláudia através de estruturas dramáticas e poéticas, exercitando suas habilidades literárias sem a preocupação de que os eventos relatados poderiam ter alguma conexão com a “realidade histórica”¹¹⁸.

Concordamos com essa análise na medida em que nos auxilia a compreender como esses elementos que são constituintes dessa concepção de literatura, tal como formulada pelos intelectuais do século XIX (forma, estilo, retórica e elementos ficcionais) eram integrantes do gênero historiográfico. Contudo, somos levados a atentar para o fato de que a história era praticada por oradores e não era somente uma atividade literária como apontada por Nobre. Em suas palavras:

Na Antiguidade, a História era um gênero literário que servia princípios estéticos e retóricos próprios. Neste âmbito, a conspiração ou intriga de bastidores é um campo primordial para o escritor exercer a sua arte narrativa, indo assim ao encontro do gosto dos seus leitores. O mistério e a incerteza que a intriga evoca, responde, no geral, à busca de evasão que o leitor da Antiguidade procurava na historiografia — não diferente daquela que nós procuramos hoje num romance.¹¹⁹

Nesse sentido, podemos afirmar que esses novos questionamentos, principalmente os estimulados pelas ideias de Woodman, auxiliaram na revitalização

¹¹⁷ NOBRE, Ricardo, 2010.

¹¹⁸ Para Nobre, as passagens que ilustram essa proposta são respectivamente *Anais* I, 9; II, 79; IV, 17, 3 e IV, 30.

¹¹⁹ NOBRE, Ricardo, 2010, p. 145.

dos estudos sobre a retórica como um componente essencial para entendermos a prática historiográfica dos antigos. Dessa forma, os pesquisadores passaram a se indagar a respeito das propriedades e da forma que era concebida a retórica no período em que os historiadores compuseram as suas obras. Esse resgate da retórica antiga, por sua vez, permitiu a superação do paradigma interpretativo que englobava toda essa linha do saber dentro de um mesmo sistema que pode ser resumido como uma retórica da “ornamentação” e do “falseamento”. Trata-se de preocupação semelhante àquela que é demonstrada por tradutores da *Retórica* de Aristóteles para o português:

Para muitos, a retórica pouco mais é do que mera manipulação linguística, ornato estilístico e discurso que se serve de artifícios irracionais e psicológicos, mais propícios à verbalização de discursos vazios de conteúdo do que a sustentada argumentação de princípios e valores que se nutrem de um raciocínio crítico válido e eficaz.¹²⁰

Junto a essa percepção de que a retórica não deveria ser resumida ao mero ornato estilístico, muitos pesquisadores se debruçaram na tentativa de resgatar as essências da retórica antiga através da noção aristotélica. Um dos pesquisadores que demonstraram essa preocupação foi Carlo Ginzburg que, em sua introdução da obra “Relações de força: História, Retórica e Prova”, buscou definir em linhas bem gerais a ideia de que os historiadores antigos possuíam outra forma de proceder em relação ao que atualmente entendemos como historiografia. Uma dessas formas, segundo Ginzburg, consistia em estudar a retórica em um viés muito mais amplo, ou seja, através da concepção de que, para os escritores antigos, a prova era considerada como parte integrante da retórica¹²¹. Essa mesma situação, por outro lado, foi relacionada pelos teóricos da escola científica com a necessidade de indicar “provas” documentais nos textos históricos, como vimos anteriormente.

Como nos apresenta Quintiliano no *Institutio Oratoria* (Quint. *Inst.* II, 15, 1-38), a retórica na Antiguidade possuía quatro definições básicas: Geradora de persuasão (Córax, Tísias, Górgias e Platão), como capaz de descobrir os meios de persuasão relativos a um dado assunto (Aristóteles), a faculdade de falar bem no que concerne aos assuntos públicos (atribuída a Hermágoras) e a noção atribu-

¹²⁰ JÚNIOR, Manuel Alexandre; ALBERTO, Paulo Farmhouse; PENA, Abel do Nascimento. IN: ARISTÓTELES, 2005, p. 9.

¹²¹ GINZBURG, Carlo, 2002.p. 13

ída ao próprio Quintiliano (*scientia bene dicendi* - a ciência de bem falar). Como uma “capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso” (Aris. *Reth.* 1, 1355b), Aristóteles desenvolve em sua obra as provas e as técnicas de persuasão nas quais o orador deve se instruir para compor um discurso que vise atingir a *pístis* de seus ouvintes¹²². Dessa maneira, como defende Aristóteles, compete à retórica encontrar os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. Assim, para o filósofo grego, a retórica é essencialmente uma retórica da prova, do silogismo retórico (Aris. *Reth.* 1, 1354a); ou seja, uma teoria da argumentação persuasiva.

Sobre as provas de persuasão, Aristóteles as classifica em dois tipos: 1. As inartísticas, ou seja, todas as que não são produzidas pelo orador, como testemunhos, confissões sob tortura, documentos escritos e outras semelhantes; 2. Provas artísticas, ou seja, todas as que se podem preparar pelo método retórico ou pelo próprio orador (Aris. *Reth.* 1, 1355b). Ou seja, em uma aplicação mais prática, o orador de Aristóteles para compor o discurso deve utilizar as primeiras provas (inartísticas) e inventar as segundas (artísticas).

Todavia, antes de discutirmos as provas de persuasão do discurso, cabe ressaltar que cada meio de persuasão deve ser condizente com o subgênero da retórica que o orador se propõe a pronunciar uma elocução. Como indica Aristóteles, as espécies de retórica devem ter como fim as diferentes audiências¹²³. Sendo assim, iremos apresentar as diferentes espécies de discurso retórico e depois apresentar as provas de persuasão fornecidas pelo discurso historiográfico.

Dentro dessa doutrina aristotélica, são apresentados três tipos de gêneros retóricos que possuem classes distintas de ouvintes, fins diferentes de persuasão e

¹²² Como define Cícero, citando Aristóteles, em “Da Invenção”, VII, 9, as partes da composição de um discurso retórico são determinadas pelos diferentes aspectos associados diretamente ao público, ao contexto em que o discurso é proferido e os fins desse discurso. Contudo, o orador nos indica cinco partes prévias para a elaboração do discurso: a invenção (*inuentio/ heuresis*), a elocução (*elocutio/ lexis*), a disposição (*dispositio/ taxis*), memória (*memoria/ mnemosyne*) e ação (*actio/ hipókrisis*).

¹²³ “As espécies de retórica são três em número; pois outras tantas são as classes de ouvintes dos discursos. Com efeito, o discurso comporta três elementos: o orador, o assunto de que fala, e o ouvinte; e o fim do discurso refere-se a este último, isto é, ao ouvinte. Ora, é necessário que o ouvinte, ou seja, espectador ou juiz, e que um juiz se pronuncie ou sobre o passado ou sobre o futuro. O que se pronuncia sobre o futuro é, por exemplo, um membro de uma assembleia; o que se pronuncia sobre o passado é o juiz; o espectador, por seu turno, pronuncia-se sobre o talento do orador.” (Aristóteles, *Retórica*, 1, 1358b) Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena Cf. JÚNIOR, ALBERTO e PENA, In: ARISTÓTELES, 2005.

tempos diferentes de atuação: o deliberativo, o epidíctico e o judiciário¹²⁴. Em linhas gerais, o deliberativo consiste nas coisas que afetam o ouvinte pessoalmente: finanças, guerra e paz, defesa nacional, importações e exportações, e legislação. (Aris. *Reth.* 1, 1359b). O tempo que lhe é apropriado consiste nas deliberações para o futuro da comunidade e seu objetivo consiste em aconselhar ou dissuadir a respeito dos assuntos que poderão acontecer, já que seu fim é a felicidade (*Retórica*, 1, 1360b), seu objetivo é o bom e o convincente (Aris. *Reth.* 1, 1364a).

O gênero epidíctico (ou Demonstrativo) trata do encômio e do vitupério (elogio e censura), com o intuito de incitar em seus ouvintes a ação de praticar as coisas boas ou más. Apesar de se servir do passado como fonte de exemplos, é a respeito do presente e do futuro que trata o epidíctico. Para atingir este fim, neste gênero é permitido o uso de amplificações (tais como na poesia) para que o elogiado se torne exemplo (*exemplum*, em latim). Também é no campo do epidíctico que é mais apropriada a elaboração de discursos escritos, pois a sua função é de ser lido.

Quanto ao judiciário, suas matérias são a acusação e a defesa no âmbito dos processos judiciais e seu tempo de atuação é o passado, pois trata de coisas que já aconteceram. Este tipo de discurso possui como finalidade o convencimento dos juízes e, para tanto, cabe ao orador se mostrar mais rigoroso nos pormenores (*Retórica*, 3, 1414a) para que também possa predispor o auditório a apoiar o seu argumento.

O gênero historiográfico, na Antiguidade, possui elementos que competem aos três subgêneros retóricos descritos anteriormente. Contudo, como já foi destacado, é comumente associado ao epidíctico por estar mais associada aos discursos escritos¹²⁵ (Aris. *Reth.* 3, 1414a). Sobre o orador do epidíctico, Aristóteles assume que este não possui responsabilidade sobre os fatos narrados e deve apenas demonstrar como determinada ação se realizou. O filósofo também assume que, por muitas vezes, os assuntos narrados pela historiografia são do conhecimento da plateia (Aris. *Reth.* 3, 1415a). Logo, cabe ao orador/historiador realizar a amplificação desses fatos e o elogio ou o vitupério das ações dos indivíduos.

¹²⁴ Essa mesma tripartição aparece na “Retórica a Herênio” I, 2.

¹²⁵ Aristóteles não define em sua obra *Retórica* em qual campo do discurso estaria situada a história. Seus sucessores a incluíram como sub-gênero do gênero epidíctico. Como exemplo: Cícero, “De oratore”, 2, 35–36 e “Orator”, 37 e 66.

Realizando, portanto, os mesmo processos de construção e levantamento de provas inartísticas e artísticas.

Uma vez que toda a matéria concernente à retórica está relacionada com a opinião pública (*Aris. Reth. 3, 1404a*), cabia aos oradores realizar o exercício de composição de seus discursos dentro dos moldes do próprio sistema retórico, e o mesmo valia para aqueles que iriam avaliar o assunto proferido. Dessa maneira, a retórica funcionava em três vias: na composição do discurso, na sua elocução e na recepção pelo ouvinte. Cabe ressaltar que dentro desse sistema a retórica possuía três finalidades que estavam intimamente conectadas com a empatia orador-ouvinte: deleitar, ensinar e mobilizar para uma ação. Para tanto, o orador se servia de alguns procedimentos que facilitavam na aceitação do discurso e no convencimento (*pístis / fides*) do auditório.

O primeiro procedimento que iremos apresentar é o da amplificação (*aúxesis/ amplificatio*), que consiste em tornar as ações individuais mais dignas de louvor ou de vitupério (*Aris. Reth. 1, 1368a*). Dentro desse procedimento cabe ao orador mencionar as circunstâncias que precederam as ações individuais, e, se elas foram descritas como adversas às boas ações, o indivíduo elogiado terá sua grandeza muito bem destacada. Outra possibilidade é a de comparar os vícios e as virtudes do caráter com as de outros indivíduos que foram concretizados como grandes exemplos, seja para o louvor seja para o vitupério.

O segundo procedimento adotado como prova essencialmente artística no discurso é a metáfora. Aristóteles considera que o emprego de metáforas é muito utilizado pelos escritores que compõem em prosa (*Aris. Reth. 3, 1404b*), como também é um procedimento utilizado para compor obras poéticas. Outro ponto importante destacado pelo filósofo grego é que a metáfora é a maior qualidade do discurso, pois permite dissimular e ao mesmo tempo deixar claro o discurso¹²⁶.

O terceiro é a enargéia ou evidência. O equivalente latino da enargéia é a *demonstratio*, a capacidade de exprimir (seja literal ou oralmente) “um acontecimento com palavras tais que as ações parecem estar transcorrendo e as coisas parecem saltar diante dos olhos” (*Retórica a Herênio, IV, 68*)¹²⁷. Dessa forma, o orador se apropriava de figuras e ornamentos que davam vida ao seu discurso,

¹²⁶ Cf. Aristóteles, “Retórica”, 3, 1404b e 3, 1405a

¹²⁷ Essa mesma aplicação da evidentia como exposição da matéria tratada com muita clareza também é defendida por Quintilano em sua “Institutio Oratoria” VIII, 3, 61-65.

como uma forma de gravar na memória da audiência os exemplos que desejava demonstrar.

O quarto procedimento é através da Écfrase (*ékphrasis*) ou descrição. Tal como a enargéia, a descrição tinha a função de colocar diante dos olhos gerando um efeito de “visibilidade” de qualquer objeto descrito (inanimado ou não). Um dos procedimentos da Écfrase, por exemplo, é a descrição de pessoas. Essa prática é muito importante para os discursos epidícticos, tendo em vista que auxilia na descrição do *éthos* dos personagens encomiados ou vituperados. Em Tácito, podemos observar esse procedimento na descrição dos vícios e das virtudes dos personagens da narrativa. Como também, são essenciais para o critério de avaliação, por parte do público, do caráter de uma determinada autoridade, já que essa associação é feita geralmente calcada pela descrição das pessoas que os cercam¹²⁸.

Assim, diferentemente da proposta historiográfica que predominou durante o século XIX, calcada em proposições de sua institucionalização como uma disciplina autônoma dependente da “verdade científica” e das provas documentais (evidência, *evidence*), a historiografia antiga assumiu essa relação entre prova e evidência como compreendida na afinidade entre a história e a retórica. Sendo esta última a responsável por fornecer as ferramentas necessárias para atingir a *fides* dos ouvintes. Dessa maneira, calcada na evidência (*evidentia*), o equivalente latino para *enargeia* (Quint. *Inst.* IV, 6, 63), a historiografia antiga se apropriava de elementos retóricos que auxiliavam na criação do efeito de verdade. Tal como a *enargeia* (ou *evidentia*), a *ékphrasis* também tinha a função de colocar diante dos olhos - ([Cic.] *Rhet.* IV, 59) - gerando um efeito de “visibilidade” das palavras proferidas pelo orador. Dessa maneira, a *ékphrasis* aparecia então com uma dupla condição: como o objetivo das narrativas historiográficas e como geradora da *enargeia*, ou seja, do “efeito de verdade”. Somado a isso, o entendimento de que a maior preocupação dos discursos historiográficos estava intimamente ligada com as finalidades da retórica para com o ouvinte/ juiz (*docere, mouere, delectare*), nos faz atentar para a utilização dos elementos persuasivos pelo historiador. Como

¹²⁸ Essa é a mesma discussão sobre a tradição de se pensar o governo de Nero como bom governante, quando este estava associado a Sêneca, e como um governante ruim, quando associado a Tigelino Cf. BELCHIOR, Ygor Klain, 2009, pp. 20 – 35. Para um estudo sobre a caracterização dos personagens na narrativa taciteana, principalmente as caracterizações das mulheres Cf. AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino, 2011.

também daqueles que também eram utilizados para gerar uma maior aceitação das palavras do orador.

Como podemos perceber através da análise de autores antigos que se debruçaram sobre essas questões, a poesia e a história estavam inseridas em um amplo sistema retórico e oratório e, portanto, sujeitas a algumas das mesmas regras de composição de discursos que encontramos em tratados compostos na antiguidade. Como exemplo, podemos citar a *Retórica* e a *Poética* de Aristóteles e em algumas reflexões lançadas nos proêmios de alguns historiadores, como Heródoto e Políbio. Todavia, não devemos deixar de destacar que isso não significava que esses dois gêneros pudessem ser identificados como similares. Eles possuíam as suas próprias regras e divisões internas: basta atentarmos para os diferentes tipos de poesia apontados por Aristóteles (Aris. *Poi.* 1447a) e os diferentes tipos de história indicados por Políbio (Pol. *Hist.* IX, 1).

De fato, podemos encontrar elementos que confirmem as ideias de Woodman através de uma análise da obra *Diálogo dos Oradores*, onde o *auctor*, na voz de Marcos Apro, defende uma oratória mais próxima das práticas poéticas. Em uma passagem (Tácito, *Dial.*, XX), Apro destaca que os Juízes e os ouvintes estão cansados da dureza e da lucidez dos oradores austeros, que produzem discursos que não são dignos de memória. Ao contrário, o que chama a atenção do ouvinte e que coloca as palavras diante da visão e dos olhos dos ouvintes (Tácito, *Dial.*, XXII) é o colorido, a animação e a beleza do discurso, que não soam “manchado pelas velharias de Ácio ou de Pacúvio” (Tácito, *Dial.*, XX), mas chegam “ao ouvido de juízes com seu apaziguamento” (Tácito, *Dial.*, XX). Dessa maneira, tornam-se dignos de memória (Tácito, *Dial.*, XX).

No entanto, apesar de possuímos dúvidas a respeito da autoria da obra *Diálogo dos oradores*, também não devemos deixar de atentar que, posteriormente, em *Dial.*, XXII, o *auctor* refere-se ao gênero “Anais” como composto por frases de “tardia e deselegante estrutura”, completamente desvinculado da vividez que é proporcionada pelas ornamentações e licenças poéticas. A culpa disso, segundo o historiador latino, recairia nos ouvidos exigentes da plateia que ansiavam por composições que fossem retiradas “do santuário de Horácio, de Virgílio e de Lucano” (*Dial.*, XX). Para tanto, era necessário que os oradores de seu tempo dialogassem com os poetas no intuito de que seus discursos pudessem ser mais visíveis e, portanto, que fossem dignos aos ouvidos da plateia.

Como sabemos, Tácito compôs uma obra em formato de Anais, já que seu conteúdo está organizado pelos anos em que governaram determinados cônsules romanos. Podemos encontrar em muitas passagens de sua obra a narração descritiva de acontecimentos importantes do Principado, características do gênero discursivo “Anais”¹²⁹. Dessa maneira, mesmo se o historiador latino de nome Públio Cornélio Tácito não tiver sido o mesmo autor do *Diálogo dos oradores* não devemos deixar de atentar para a ideia de que aquilo que observamos na leitura dos *Anais* de Tácito é uma amplificação do gênero discursivo. Esses exemplos nos oferecem bases importantes para direcionarmos a nossa reflexão acerca das figuras retóricas que eram utilizadas pelos historiadores para que o discurso pudesse ser construído, sempre tendo em vista a maior aceitação do ouvinte. Essa “vividez” do discurso, que tanto era perseguida pelos oradores, se constituía também como uma ferramenta essencial para a afirmação do “efeito de verdade” do discurso historiográfico, propiciando uma reflexão muito importante para compreendermos a proposta historiográfica de Públio Cornélio Tácito. Afinal, na leitura dos *Anais*, a construção de um clima que remetia às mesmas tensões das guerras civis vencidas por Augusto, e que constantemente pairavam e justificavam os conflitos entre a aristocracia imperial romana e o imperador se constituíam como importantes elementos retóricos que facilitavam a aceitação das palavras do orador. Além disso, podemos afirmar que elas também serviam para afirmar a posição de sua versão histórica como verdadeira e que os fatos se deram daquela maneira.

Dessa maneira, recorreremos novamente às ideias de Aristóteles para entendermos a íntima relação entre o efeito de visibilidade do discurso e a criação de um “efeito de verdade”. Em suas palavras:

Se o temor é isto, forçoso é admitir que as coisas temíveis são as que parecem ter um enorme poder de destruir ou de provocar danos que levem a grandes tristezas. É por isso que os sinais dessas eventualidades inspiram medo, pois mostram que o que tememos está próximo. O perigo consiste nisso mesmo: na proximidade do que é temível (*Aris. Reth. 2, 1382a*).¹³⁰

¹²⁹ Além disso, podemos encontrar referências em passagens extraídas dos Anais que confirmam referências ao gênero discursivo proposto pelo historiador latino: Anais II, 65; IV, 32,1; XIII, 31,1.

¹³⁰ Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena Cf. JÚNIOR, ALBERTO e PENA, In: ARISTÓTELES, 2005.

Assim,

quando for vantajoso para um orador que os ouvintes sintam temor, convém adverti-los no sentido de que pode acontecer-lhes mesmo alguma coisa de mal (sabendo que até outros mais poderosos que eles também sofreram); convém ainda demonstrar-lhes como é que gente da mesma condição sofre ou já sofreu, tanto por parte de pessoas de quem não se esperaria, como por coisas e em circunstâncias de que não se estava à espera (*Aris. Reth. 2, 1383a*).¹³¹

A comparação da atividade historiográfica taciteana com as ideias expostas anteriormente nos parece interessante na medida em que nos auxilia a compreender a maneira que Tácito se apropria dos adornos para criar uma sensação de “visibilidade” dos acontecimentos e das ações relatadas. Contudo, como ressaltamos anteriormente, não podemos desvincular esse caráter literário e oratório (uma história para *delectare*) da função que prescindia a escolha de se fazer uma obra dentro do gênero historiográfico¹³². Essa escolha empreendia muito mais que o deleite, pois a história possuía a função de instruir através de exemplos (caráter pedagógico) e de relatar as coisas passadas através da verossimilhança. Em Tácito também podemos observar a forte presença da construção de um conjunto de *éthoi* que são atribuídos aos personagens de sua narrativa. Dessa maneira poderíamos pensar que esse artifício retórico seria muito próximo ao que Sarah Fernandes Lino de Azevedo denomina como a construção de *retracti*¹³³. Essa *evidentia in narratione* estaria muito próxima à concepção de *historia magistra vitae*, tendo em vista que dentro dessa construção epidíctica o orador iluminava exemplos a serem vituperados ou encomiados.

Nesse mesmo caminho, poderíamos atribuir essa construção de *retracti* que englobassem características de determinados quadros metafóricos/temporais para reforçar a argumentação do historiador. Dessa forma, é muito sintomática a descrição que Tácito faz de um tempo que apresentava características do que ele define como “tempo das guerras civis”. Em suas palavras:

¹³¹ Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena Cf. JÚNIOR, ALBERTO e PENA, In: ARISTÓTELES, 2005.

¹³² No *De Oratore* 69–71, Cícero insere a história no campo do epidíctico. Esse gênero oratório, por sua vez, é definido pelo autor, como aquele que possui a maior utilidade para o Estado. Cícero adiciona ainda outras características importantes desse campo do discurso, onde o orador epidíctico se ocupa muito em descrever os vícios e as virtudes, seja através do encômio ou do vitupério.

¹³³ “Palavra que deriva de *retraho*, “retirar”, pois o autor ‘retira’ os argumentos, se baseando em características de pessoas ou acontecimentos e que lhe são úteis para a construção da representação da personagem ou situação” Cf. AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino de, 2011.

instabat quippe Seianus incusabatque diductam civitatem ut civili bello: esse qui se partium Agrippinae vocent, ac ni resistatur, fore pluris; neque aliud gliscentis discordiae remedium quam si unus alterve maxime prompti subverterentur.

A isso dava todo motivo Sejano, que lhe afirmava estar já Roma dividida em partidos como nos tempos das guerras civis; e que mesmo havia já indivíduos que se intitulavam do partido de Agripina: ao que se não se desse logo um pronto remédio, podia muito bem ter consequências funestas. Que não havia, pois outro meio para abafar na sua origem estas discórdias senão castigar fortemente um outro chefe dos mais atrevidos (Tac. *Ann.* 17, 3).¹³⁴

Esse clima de tensão aparece em diversas passagens dos *Anais* e resume basicamente os caminhos pelos quais o *retractus* dos traumáticos conflitos pudessem servir de “efeito de visibilidade” para as palavras do orador. Esta proposta está intrinsecamente ligada com a noção de *ékphrasis* ou descrição: condição essencial para gerar a *enargeia*. Essa amplificação do sentimento de instabilidade ocasionado pelas disputas entre os membros da elite romana gerava um quadro que sempre remetia às guerras civis vencidas por Augusto. As “ordens cruéis, acusações contínuas, amizades enganosas, ruína inocentes” (Tac. *Ann.* IV, 33, 3)¹³⁵ funcionarão, então, como “provas inartísticas” construídas por Tácito para que sua história possa “deleitar os olhos”. A história, contudo, só teria aceitação por parte do ouvinte se fosse construída através da observância dos preceitos da verossimilhança.

Podemos afirmar que essas estratégias se associavam com outras técnicas retóricas, aquelas ligadas à *ékphrasis*/ descrição, que permitem ao ouvinte um sentimento de “visibilidade” das ações descritas através das palavras proferidas pelo orador. Dessa maneira, a *ékphrasis* também assume a sua dupla condição, o objetivo das narrativas historiográficas e a geradora da *enargeia*, ou seja, do “efeito de verdade”. Assim, já que toda matéria retórica estava disponível para o uso pelos oradores na composição de seus discursos, podemos atentar para o estudo das técnicas que eram utilizadas através da relação entre a história e a oratória, pois cabia ao orador o papel de excitar as emoções no ouvinte.

No entanto, como destacamos anteriormente, as obras historiográficas de Tácito lidam com períodos que se abrem com guerras civis. Além disso, não devemos deixar de atentar para o fato de que as *Histórias* são iniciadas através da

¹³⁴ Tradução de José Liberato Freire de Carvalho Cf. TÁCITO, 1952.

¹³⁵ nos saeva iussa, continuas accusationes, fallaces amicitias, perniciem innocentium et easdem exitii causas coniungimus, obvia rerum similitudine et satietate. Tradução de Fábio Duarte Joly Cf. JOLY, Fábio, 2001, p. 25-50.

exposição das “causas e dos efeitos” dos acontecimentos anteriores (os *Anais*) para com o ano em que os romanos puderam presenciar uma guerra que englobou grande parte das províncias e dos exércitos romanos. Nesse sentido, também podemos lidar com o sentimento de instabilidade construído por Tácito em duas maneiras distintas, mas que são essenciais para nossa leitura das obras historiográficas produzidas pelo historiador latino: a primeira através de um nível literário e metafórico. Já, a segunda, corroborando com o próêmio das *Histórias*, pode ser vista através da noção de “causa e efeito”, ou seja, por meio da hipótese de que o clima e a amplitude de guerras civis, que fora dada aos conflitos internos na cidade de Roma, também serviam para o “efeito de verdade” de que as coisas ocorriam daquela maneira. Além disso, serviam para o deleite da audiência¹³⁶.

Assim, ao aceitarmos a hipótese de que o objetivo de Tácito era o de tentar explicar os acontecimentos que desencadearam as drásticas mudanças sociais durante os anos de 68 e 69, podemos inferir que o historiador privilegiou em sua narrativa a escolha de uma documentação composta por acontecimentos relativos às decisões dos imperadores, as atas do senado e os processos de delações e de conspirações. Mesclando esses acontecimentos com elementos retóricos e poéticos o historiador conseguiu evidenciar ao leitor a importância do tema tratado, além de propiciar a sua elocução uma história mais agradável ao ouvinte, já que esta era composta através da exposição de um vasto rol de intrigas, bajulações e acusações. Tudo isso deve ser destacado sem, contudo, nos esquecermos de que esses elementos que eram trazidos por Tácito não poderiam transitar fora da verossimilhança.

Os personagens de sua narrativa, então, participavam de um jogo pelo poder que era do total conhecimento do senador romano Tácito. As artimanhas, as alianças, as delações, as premiações e todo o processo que envolvia a composição de grupos sociais de apoio e de oposição aos imperadores eram elementos do cotidiano do próprio historiador, bem como daqueles que consumiam as leituras das obras historiográficas. Somado a isso, observamos que as guerras civis vencidas por Augusto e os conflitos que se originaram após a queda de Nero podem se constituir como uma alternativa interessante para entendermos como o historiador latino tenta explicar os acontecimentos de seu tempo.

¹³⁶ *causaeque noscantur* (Conhecer as causas)

Tácito, portanto, constrói em sua obra um clima de instabilidade calcado na adulação, em governantes viciosos, no medo e em muitos excessos que foram cometidos durante a dinastia Julio-Cláudia, deixando a impressão de que o ambiente era hostil e os costumes decadentes. Essa proposta persuasiva é semelhante à apresentada pelos manuais de retórica disponíveis. Nesse mesmo caminho é importante destacar que o historiador latino utiliza o *exemplum* como ornamento retórico, tendo como objetivo descrever os eventos e os personagens de uma maneira tão viva que possa colocar diante dos olhos dos seus ouvintes¹³⁷.

Essa demonstração também é um princípio que discorremos nesta sessão sobre retórica e que poderíamos atribuir à prática da *enargeia/evidentia*, como um elemento gerador de um efeito de verdade histórico. Nesse sentido, ainda poderíamos nos indagar a respeito de quanto essa “realidade” histórica descrita por Tácito pode representar bases importantes para nossa compreensão da política e da organização social das casas senatoriais, os exércitos, os escravos e os outros indivíduos que são nela representados, principalmente os membros da elite e os que cercavam o imperador.

Dessa maneira, demonstramos que a oposição entre os retratos de conflitos civis e de um período em que existe liberdade é muito evidente na narrativa taciteana e deve ser entendida através da ótica que privilegia Tácito como literário, historiador e político. Em suma, pudemos perceber que o principado de Nero, pelo menos do ponto de vista das obras de Tácito, se encontra em um momento de transição entre uma antiga ordenação, a dos Júlio-Cláudios, para um momento em que é visível a *stasis* política e social, os conflitos civis. Além disso, como se já não bastasse à defesa dessa proposta através da organização das obras de Tácito, vimos também que os temas destacados e amplificados pelo historiador, quando somados com a *captatio benevolentiae*, tal como foi observado no segundo prêmio dos *Anais* (IV, 32), destacam a importância de pensarmos o ano de 69 como produto desse sistema descrito pelo historiador.

Com efeito, a constante comparação entre os conflitos da elite imperial para com as guerras civis entre facções pode ser entendida dentro de uma percepção maior do sentido que Tácito dá para esses eventos. Além disso, a reflexão sobre o papel da guerra civil como um instrumento retórico também nos auxilia a

¹³⁷ Como demonstrado pelo auctor de Retórica a Herênio em IV, 60 – 62.

resolver essa hipótese, já que o emprego da metáfora da guerra não serviria apenas para amplificar os conflitos, mas para também descrevê-los¹³⁸. Essa proposta, também pode ser colocada em diálogo com a noção que desenvolvemos na primeira parte desse capítulo e que consiste em observamos a fronteira que une o principado e a república.

Capítulo III

Tácito e o principado de Nero

Em Tácito, o estabelecimento do Principado é representado como uma forma de governo fundada na concessão de benefícios entre os diversos grupos sociais como a plebe, o exército e a aristocracia. Isso pode ser evidenciado se analisarmos as preocupações expostas no próêmio dos *Anais*:

¹³⁸ Embora seja importante afirmar que as interpretações poderiam variar de autor para autor, muito provavelmente todas elas dialogariam com a tradição que havia sido firmada com a vitória de Augusto sobre as outras facções políticas, como a de Marco Antônio. Como exemplo das visões construídas sobre a vitória de Augusto, podemos citar a obra “*Res gestae Diui Augusti*”. Nesta obra, Augusto realiza, através da exposição feita em primeira pessoa, a apresentação dos feitos que induziram Otaviano a ser “senhor de tudo” (Augusto, *Feitos do Divino Augusto*, 34). Através da análise desta obra, podemos perceber que o próprio Augusto traça uma fronteira muito clara entre dois períodos: o período de paz, que fica estabelecido como sendo a “restauração” da República, e o período das guerras civis, construído em contraposição a liberdade e paz vigentes. Essas observações também são ilustradas através da análise de outras passagens de sua obra. Como exemplo, no início de sua exposição, Augusto profere as seguintes palavras: “aos dezenove anos, formei um exército por minha iniciativa e às minhas custas. Com ele restitui à liberdade a República oprimida pelo domínio de uma facção” (Augusto, *Feitos do Divino Augusto*, I). Desta mesma maneira, também podemos observar o resgate das origens do povo romano, advindas dos tempos da guerra de Tróia e a chegada de Enéias, e que foram representadas na Eneida. A própria incorporação de Enéias pela figura de Augusto, conforme apontada por Cecília Ames, auxiliou no processo de reconhecimento de uma “nova fundação” da cidade de Roma. Cf. AMES, Cecília, 2006, p.81 - 98.

Urbem Romam a principio reges habuere; libertatem et consulatum L. Brutus instituit. dictaturae ad tempus sumebantur; neque decemviralis potestas ultra biennium, neque tribunorum militum consulare ius diu valuit. non Cinnae, non Sullae longa dominatio; et Pompei Crassique potentia cito in Caesarem, Lepidi atque Antonii arma in Augustum cessere, qui cuncta discordiis civilibus fessa nomine principis sub imperium accepit.

A princípio foram reis os que governaram a cidade de Roma. L. Bruto instituiu o consulado e a liberdade. As ditaduras eram temporárias; e o poder dos decênviros não durou mais de dois anos, nem por muito tempo o dos tribunos militares. Foi curta a dominação de Cína, como também a de Sila; e o poder pessoal de Pompeu e Crasso passou logo para César, como também as armas de Lépido e Antônio foram suplantadas pelas de Augusto, quem aceitou o governo, sob o nome de príncipe, cansados que estavam todos das discórdias civis (Tac. *Ann.* I, 1).¹³⁹

No primeiro capítulo do proêmio da obra taciteana fica evidente a existência de uma aplicação historiográfica tipicamente “tucididiana”, e que alguns pesquisadores denominam como uma tentativa de realizar uma arqueologia do passado¹⁴⁰. Sobre essa ideia, A. J. Woodman, que traduziu os *Anais*, também identifica traços de Tucídides na arqueologia que é exposta em *Anais* I, 1. Nesse sentido, o autor afirma que, ao fazer uma arqueologia do Principado, Tácito estaria interessado em explicar que o entendimento do Principado somente é possível se atentarmos para como o historiador latino observa os acontecimentos anteriores a ele, ou seja, as guerras civis.

No início da narrativa dos *Anais* Tácito afirma que as comoções que principiaram no século I a.C, mostraram que a única maneira através da qual a *respublica* “dilacerada pelos diferentes partidos” (Tac. *Ann.* I, 9, 4) poderia recuperar sua antiga dignidade e suas forças era “senão a autoridade e o governo de um só” (Tac. *Ann.* I, 9, 5). Este homem, investido com o título de Augusto, passou a chefiar a *respublica* através da casa reinante e de seu patronato¹⁴¹. Assim, podemos perceber que, para Tácito, junto ao surgimento da figura do *princeps* consolidada no topo da hierarquia social foram estabelecidos novos tipos de relações sociais entre o imperador e os outros grupos sociais que habitavam o império. Essas relações de patronato estabelecidas em torno da figura de Augusto foram essenciais para a pacificação das facções que dilaceravam a *respublica* em sangrentos conflitos civis. Com o surgimento da *domus Caesaris*, esses grupos continuaram a com-

¹³⁹ Tradução de Fábio Duarte Joly Cf. JOLY, Fábio Duarte, 2005.

¹⁴⁰ Fábio Joly denomina essa ação como “arqueologia do Principado” Cf. JOLY, Fábio Duarte, 2001, p. 26.

¹⁴¹ “domus regnatricis” (Tac. *Ann.* I, 4, 4)

petir uns com os outros. Contudo, eles tinham que estabelecer estratégias de aproximação para com a *domus* mais proeminente da *respublica*.

Assim, podemos perceber que é possível adotar o modelo apresentado por Wallace-Hadrill e Syme para a leitura de Tácito. E, para fazer isso, devemos ter em mente a importância do patronato como elemento ordenador dessa sociedade. O imperador como a fonte superior de benefícios distribuiria favores e prestígio social aos agentes mais próximos do centro de sua zona de influência, que nesse caso era a corte. Como a principal via de promoção e ascensão social passava a ser a “*domus regnatricis*” (Tac. Ann. I, 4, 4), cujo cerne era Augusto, os outros indivíduos que compunham essa sociedade teriam que elaborar estratégias para se aproximar desse núcleo de poder. Isso também é muito perceptível em Tácito quando, no início de sua obra, diz:

*Igitur verso civitatis statu nihil usquam
prisci et integri moris: omnes exuta
aequalitate iussa principis aspectare,
nulla in praesens formidine, dum
Augustus aetate validus seque et domum
in pacem sustentavit.*

Com o transtorno do governo de Roma desapareceram todas as virtudes e os costumes antigos. Perdia-se a igualdade, já não se atendia senão para as vontades do príncipe: e apesar disso, todos viviam satisfeitos com o presente, enquanto Augusto estava vigoroso, e conservava sua autoridade, sua família, e a paz (Tac. Ann. I, 4, 1)¹⁴².

Dessa maneira, podemos perceber que para Tácito o estabelecimento do principado também pode ser representado por um sistema de governo onde as *domus* senatoriais passavam a disputar entre si por uma maior aproximação com a casa reinante. Essa disputa se tornava cada vez mais acirrada e controlada pelo *princeps* e os súditos imperiais passaram a disputar a atenção do imperador através das bajulações. Sobre essas estratégias, Fábio Joly, em seu livro intitulado “A metáfora da escravidão em Tácito”, destaca que as adulações desenfreadas à figura do Imperador são o principal motivo da subserviência do poder do Senado em relação ao poder do Imperador¹⁴³. O autor, valendo-se da “metáfora da escravidão”, realiza a análise da obra taciteana tendo em vista a ambivalência entre a *libertas* e *seruitus* no âmbito do Principado. Segundo ele:

Essa ambivalência pode ser observada no emprego que faz da metáfora da escravidão, que tanto serve para caracterizar a re-

¹⁴² Tradução de José Liberato Freire de Carvalho Cf. TÁCITO, 1952.

¹⁴³ JOLY, Fábio Duarte, 2005, p. 115.

núncia, como para criticar o monopólio do poder pelo imperador, como no trecho que se segue, em que Tácito equipara o regime instaurado por Augusto a uma escravidão: “já sem encontrar oposição, porque os mais altivos tinham morrido nos combates e proscições, e o resto da nobreza, na proporção em que era disposta à escravidão, se acrescentava, com a nova ordem das coisas, em honras e riquezas e preferiam a segurança do presente aos perigos do passado (Tac. *Ann.* 1, II).¹⁴⁴

Com efeito, para Tácito, o monopólio do poder por parte do Imperador levou à supressão da liberdade (*libertas*) dentro do Principado. Contudo, sua repressão também veio acompanhada pela supressão do *ambitus* (conflito) e, como consequência, o estabelecimento da “ordem” e das novas relações que foram produzidas pela consolidação da *domus Caesaris*. Nesse sentido, podemos observar que até esse ponto tanto na historiografia como em Tácito fica evidente que a “ordem imperial” se dava através da presença de uma casa reinante que arbitraria as disputas entre as *domus*, ordenando, assim, as relações sociais. Assim, também podemos concluir que a casa imperial e o seu patronato, portanto, assumem na historiografia taciteana um papel preponderante na organização social do principado. Mas, em Tácito, se a casa imperial deveria ser a mais proeminente, é possível observar como fazer uma casa forte?

Para responder a essa pergunta podemos citar uma passagem em que Tácito relata que Augusto ordenou ao seu sucessor, Tibério, que adotasse Germânico, filho de Druso e avô de Nero, “não porque esse não tivesse ainda um filho mancebo em sua casa (*domo Tiberii*), mas para multiplicar as possibilidades de preservar-lá e salvaguardá-la” (Tac. *Ann.* I, 3, 4)¹⁴⁵. Deste modo, podemos destacar que a inclusão de outros membros de famílias romanas também era essencial para que a *domus Caesaris* se tornasse mais forte e, assim, multiplicasse o número de *domus* que apoiavam a casa reinante. Nesse sentido, também podemos interpretar a casa imperial como um espaço aberto para entrada de novas bases de apoio e que também serviam para aumentar a proeminência desta em relação a outras. Afinal, como vimos, para Tácito era necessário que a *domus* de Augusto fosse a mais proeminente. Mas, quais pessoas compunham tal casa?

Sobre essa reflexão das *domus* na Roma imperial podemos destacar a contribuição de Richard Saller. Em um capítulo intitulado “Familia and Domus:

¹⁴⁴ Idem, p. 116.

¹⁴⁵ *quamquam esset in domo Tiberii filius iuvenis, sed quo pluribus munimentis insisteret.* [Grifo nosso]

defining and representing the Roman family and household”, Saller analisa a *familia* através da análise do vocabulário básico latino e demonstra como essa unidade social fundamental, que foi representada em importantes contextos legados pela literatura e pelo direito romano, poderia receber diversos significados. Para tanto, Saller recorre ao renomado Oxford Latin Dictionary e define *familia* como:

Todas as pessoas sujeitas ao controle de um homem sejam estas, escravos ou libertos, ou um agregado familiar. b. PATER, MATER, Filius, Filia [-familias]. 2, os escravos de uma família. 3. Um grupo de agentes domiciliados em um lugar. 4. Um organismo de pessoas estreitamente ligadas por sangue ou afinidade, de família. 5. Uma escola (da filosofia, etc.) 6. (Leg.) Estado (constituída pelo agregado doméstico e propriedade).¹⁴⁶

Para Saller, portanto, o conceito de *familia* é muito mais amplo do que somente os membros que compartilham a consanguinidade. A *familia* romana abrangia um extenso número de pessoas que estavam ligadas por um elo de fidelidade para com o *paterfamilias*, quer pela sua natureza ou pela lei, incluindo a *materfamilias*, filhos, filhos adotivos, filhas adotivas, netos e etc. Portanto, na concepção do autor, a *familia* romana deve ser entendida como um grupo de interesses que busca a proteção e o prestígio do *paterfamilias*. Um indivíduo por si só não é ninguém dentro dessa sociedade, mas pertencer a uma *familia* cria um reconhecimento de uma unidade muito maior do que a do indivíduo, já que este pertencia a determinada *domus*, e seria destacado pela proeminência desta. Ou seja, dentro desse esquema, um liberto pertencente à casa do imperador certamente teria acesso a maiores riquezas e honrarias do que outros libertos do império, inclusive do que aqueles que antes haviam estado sobre a proteção de poderosos patronos, como senadores e até mesmo cônsules.

Nesse mesmo caminho, Saller argumenta que o sentido atribuído à palavra *familia* poderia ser incorporado ao da *domus* romana. Dentro das relações que ocorriam na casa imperial, o *princeps* deveria exercer a condição de principal patrono e, portanto, o de ordenador das posições hierárquicas de seus filhos, escravos, libertos. Além disso, como este também era investido do título de *pater pa-*

¹⁴⁶ “All persons subject to the control of a man, whether relations, freedman or slaves, a household. b. PATER, MATER, FILIUS, FILIA [-familias]. 2, The slaves of a household. 3. A group of servants domiciled in one place. 4. A body of persons closely associated by blood or affinity, family. 5. A school (of philosophy, etc.). 6. (leg.) Estate (consisting of the household and household property).” Cf. SALLER, Richard, 1995, p. 75.

triae, este deveria lidar com a ordenação das demais *domus* que compunham a *respublica* ¹⁴⁷. Com efeito, também podemos afirmar que em Tácito a casa imperial não era somente compreendida pelos parentes do imperador. A *domus Caesaris* era, na verdade, uma casa composta por diversas *domus* ou *familias*. Assim, como exemplo, Germânico, que era parte da família imperial, foi representado por Tácito como *pater* de sua própria *domus*, composta por Agripina, seus filhos, e seus descendentes (Tac. *Ann.* II, 84; IV, 40; IV, 48; VI, 24).

No principado Neroniano essa concepção também pode ser facilmente identificada. Nascido sob o nome Lúcio Domício Ahenobarbo em 15 de Dezembro de 37 d.C, o futuro *princeps* Nero, filho de Cneu Domício Ahenobarbo e Agripina, a jovem (irmã do Imperador Calígula) foi adotado pelo Imperador Cláudio, quando este realizou o segundo casamento, desta vez com sua mãe. Nero, portanto, era descendente de Germânico, que por sua vez tinha Augusto como ascendente. Além disso, com o casamento deste imperador com Otávia e com sua adoção por Cláudio, Nero passou a sustentar uma dupla condição: era da *familia* Júlia e da *familia* Cláudia. Ou seja, a sua casa passava a compreender duas famílias proeminentes.

Dessa maneira, ao levarmos em conta o modelo estabelecido por Wallace-Hadrill em conjunto com a definição de *domus*, tal como exposta por Saller, podemos entender que o Sol, como o imperador, estaria cercado, em um primeiro plano, de todas as pessoas que compunham a sua *domus*, inclusive libertos e escravos. Já, por outra via, esse mesmo núcleo de poder deveria arbitrar e ordenar os benefícios distribuídos através do seu patronato, destinando as maiores honrarias aos *patres* de outras *domus* que se colocavam como mais próximas a ele. Dentro desse modelo, a ordenação se dava através de uma via única, oriunda do *princeps*, mas que se direcionavam aos mais longínquos lugares da cidade, e também do

¹⁴⁷ Outro exemplo para nossa discussão pode ser extraído da obra de Suzanne Dixon, intitulada “The Roman Family”, onde a autora demonstra que esta unidade (a família) poderia assumir dois papéis distintos: um para o Estado e outro para seus membros. Em uma relação que englobasse esses dois papéis, a autora ressalta a importância da família, principalmente em uma sociedade onde as relações ditadas pelo patronato e a presença de escravos, como uma constante indiscutível para ditar certas normas e comportamentos sociais. Assim, podemos destacar que, segundo as ideias de Dixon, a família passa a possuir um papel preponderante na “ordem imperial”. Como indicamos anteriormente, é perceptível que esta unidade poderia ensinar hierarquia, patronato, competição, alianças e civilidade (para os escravos). Somado a isso, também podemos apontar que a competição entre essas famílias poderia modificar a ordem vigente Cf. DIXON, Suzanne, 1992.

império, através de extensas redes de patronato promovidas por outras *domus* lideradas pelos seus respectivos *patres*.

Ainda dentro desse esquema, poderíamos nos indagar a respeito do papel do patronato nas relações entre imperadores e súditos. Como vimos, essas relações pautadas no binômio patrono X clientes, ao mesmo tempo em que designava certa igualdade entre os envolvidos (*pars*), também limitava uma diferença hierárquica entre eles. Afinal, temos um patrono provedor de benefícios, como o imperador, e seus clientes que, por sua vez, estavam em débito com o seu protetor. Além disso, também é necessário lembrar que dentro desse esquema um possível protegido necessitava da apresentação de um patrono para que este fosse inserido nos círculos mais elevados da sociedade. Pensando no ambiente da *domus*, poderíamos pensar que a casa imperial, como superior hierarquicamente a todas, também não deixava de ser governada pelo imperador, seu *paterfamilias*. Já, os outros membros de sua *familia* estariam em torno do maior centro de distribuição de benefício e, assim, poderiam ser muito bem recompensados, como também poderiam servir de ponte para que outros membros da sociedade como senadores e equestres também pudessem ser incluídos sob o favor do imperador, inclusive facilitando a aceitação de um *pater* de outra *familia* na *familia Caesaris*.

As análises contemporâneas sobre o Principado neroniano tendem a observar as disputas por honra, prestígio e benefícios através de uma lógica semelhante àquela indicada por Wallace-Hadrill. Nesse sentido, podemos destacar a contribuição de H. H. Scullard, autor que visa a entender as posições hierárquicas durante o Principado neroniano através de uma lógica semelhante à apresentada anteriormente. Para o autor, os indivíduos mais próximos ao imperador, principalmente aqueles que compunham o *consilium principis*, como Sêneca, Agripina, Burrus e Tigelino, possuíam um campo de atuação política e social superior à de grande parte de outros membros que compunham a *respublica*. Na perspectiva defendida por H. H. Scullard, Nero foi elevado ao poder aos dezesseis anos de idade graças às artimanhas inescrupulosas de sua mãe Agripina *minor*, ou seja, através de uma pessoa que possuía grande influência dentro do *consilium principis* de Cláudio e, portanto, conseguiria articular uma extensa rede de clientes, como o filósofo Sêneca, em favor da promoção social e política

de seu filho¹⁴⁸. Sobre a carreira política de Nero, para Scullard, ela foi marcada por disputas entre seus conselheiros, Burrus e Sêneca e sua mãe, que se enfrentavam na tentativa de controlar os ânimos do jovem príncipe. Com o assassinato de sua mãe, a morte de Burrus e o afastamento de Sêneca, Nero passou a incorporar atitudes tirânicas, influenciadas e fomentadas por Tigelino, exercendo um governo cruel até a sua morte.

É interessante notar como em Tácito a proximidade com o imperador também se coloca como essencial para a promoção pessoal. No principado neroniano nos deparamos dentro da narrativa taciteana com a influência de Sêneca, Burrus, Agripina e Tigelino sobre o *princeps* e o conseqüente poder exercido por esses personagens. Como exemplo, em *Anais* XIII, 6, Tácito relata o episódio da invasão dos Partos na Armênia e, como o jovem *princeps* possuía apenas 17 anos, o historiador nos mostra a preocupação que era sussurrada (rumores) nas casas:

igitur in urbe sermonum avida, quem ad modum princeps vix septem decem annos egressus suscipere eam molem aut propulsare posset, quod subsidium in eo, qui a femina regetur, num proelia quoque et obpugnationes urbium et cetera belli per magistratos administrari possent, anquirebant.

como seria possível que um príncipe, que apenas contava dezessete anos de idade, se pudesse haver com tão graves negócios, ou pudesse desviá-los de si? Que confiança podia haver um jovem mancebo governado por uma mulher? Ou como era de esperar que os seus dois mestres pudessem dirigir as batalhas, os cercos das cidades, e todas as demais operações militares? (Tac. *Ann.* XIII, 6, 2)¹⁴⁹.

Nesta passagem podemos perceber que os rumores que circulavam eram dirigidos como crítica à posição subalterna do *princeps*, que era governado por uma mulher, Agripina *minor*, e por seus tutores (*magistri*). Nessa crítica transparece o conflito interno à *domus Caesaris*, onde havia diversos *patroni* que agiam no lugar do *princeps*, e como consequência, governavam o império gerando inclusive conflitos internos. Essa aproximação com o imperador legava Agripina *minor* e Sêneca a controlar enormes quantidades de benefícios e a capacidade de fazer com que seus protegidos ascendessem socialmente. Segundo Theresa K. Roper,

O que resulta nesse tipo de análise do patronato sobre Nero é como era pequeno o controle que o *princeps* havia experimentado nas nomeações para os cargos imperiais. Exceto em alguns casos isolados ele parece ter deixado o trabalho de preencher os

¹⁴⁸ SCULLARD. H.H, 2001, p. 305.

¹⁴⁹ Tradução de José Liberato Freire de Carvalho. Cf. TÁCITO, 1952.

postos necessários a cargo de sua mãe e de seu tutor. Esse fator, se tomado de forma articulada com as disputas políticas anteriores entre de Tigelino com Agripina e, dela com Sêneca, faz parecer mais provável que a responsabilidade pela ascensão de Tigelino ao cargo de *praefectus vigilum* se deu graças a Agripina ou Sêneca, mais do que a Nero.¹⁵⁰

Como foi exposto na introdução desse trabalho, Tigelino é o personagem que marca a mudança de qualidade do governo neroniano, sendo desenhado como principal influência para os vícios e maldades do *princeps* e o antagonista do estóico e virtuoso Sêneca. Theresa K. Roper nos mostra que a ascensão de Tigelino se deu graças ao seu relacionamento com Sêneca e Agripina *minor*, personagens importantes que compunham o *consilium princeps*. Diz a autora, referindo-se aos anos em que Nero se encontrava sobre a influência de sua mãe e de seu tutor, “durante esse período foi Agripina e Sêneca, não Nero, que controlaram a maioria das indicações imperiais”¹⁵¹.

Sobre essa perspectiva, Momigliano, afirma que “não existe nenhuma dúvida que Agripina em um primeiro momento usufruiu de um tipo de co-regência”¹⁵². Para confirmar essa idéia, o autor demonstra, através da cunhagem das moedas e de inscrições, que Agripina possuía uma posição muito proeminente dentro da *respublica*. Nas moedas, Agripina aparece em posição de perfeita igualdade com seu filho e, em muitos casos, acompanhada da legenda “*Augusta Mater Augusti*”. A evidência epigráfica apresentada por Momigliano é uma inscrição descoberta em Achaea: “*procurator Caesaris et Augustae Agrippinae*”, que se referia, portanto, a Agripina como Augusta¹⁵³.

Como podemos observar na narrativa dos *Anais*, as mulheres da casa dos Júlio-Cláudio eram abertamente envolvidas no patronato, muitas vezes sendo os principais agentes das relações da *domus Caesaris*. Contudo, mulheres envolvidas nas relações de patronato não eram simplesmente, por um lado, produtos do

¹⁵⁰ "It is apparent from this analysis of patronage under Nero how little control the Princeps himself experienced over appointments to imperial positions. Apart from a few isolated occasions he seems to have left the job of felling the necessary posts to his mother and his advisor. This factor, taken in conjunction with Tigellinus previous record of political afflictions with Agrippina and through her with Seneca, makes it much more plausible that the responsibility for Tigellinus' elevation to praefectus vigilum belongs to Agrippina or to Seneca rather than Nero" Cf. ROPER, Theresa K, 1979, p. 349.

¹⁵¹ "during this period it was Agrippina and Seneca, not Nero, who controlled the majority of imperial appointments" Cf. Idem, 1979, p. 348.

¹⁵² "there is no doubt that Agrippina at first enjoyed a kind of co-regency" Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo, 2006, p. 708.

¹⁵³ Idem, p. 708.

sistema. De Augusto a Nero, a corte Imperial é caracterizada pelas violentas intrigas que periodicamente emergiam com a erupção de conflitos maiores entre grupos em competição. Em quase todos esses conflitos as mulheres tinham um papel central¹⁵⁴. Como não reconhecer os papéis de Messalina, Agripina *minor* e Popéia para citar algumas mulheres que tiveram participação de destaque em grupos que apoiaram ou se opuseram aos Imperadores¹⁵⁵.

Em suma, podemos destacar que nas interpretações contemporâneas sobre o Principado neroniano o modelo predominante é aquele que tende a analisar a aproximação para com o *princeps* através da noção de que ela seria a principal via de ascensão e de ordenação social, e que esta era somente destinada aos membros que transitavam nos ambientes mais íntimos do imperador. Portanto, como já afirmamos, nesses modelos a busca pela absorção de uma parcela maior energia proveniente do sol (o imperador) era refletida em uma disputa entre as casas senatoriais por uma maior aproximação da casa com a maior luminosidade: a casa imperial. Além disso, em sua argumentação, Wallace-Hadrill demonstra que o patronato não é somente uma estrutura de poder, mas também um sistema para a reprodução deste.

Nesse sentido, o que também nos importa destacar a partir do argumento de Wallace-Hadrill e de Saller para a leitura de Tácito é que as diversas casas tinham um certo poder que *poderia* ser associado ao poder imperial, já que necessitavam de mediadores (planetas) que se colocavam mais próximos do sol. Essa intermediação, como a feita por Sêneca ou Agripina, limitariam o acesso a esse centro de poder, já que para os satélites secundários se fazia necessário realizar uma aproximação primária aos planetas com maior índice de absorção da energia solar. Assim, teríamos uma via de mão única de ordenação das relações sociais pelo patronato, com o imperador sendo sua fonte e a sua conduta como patrono seria o critério pelo qual seu governo poderia, ou não, ser questionado.

No entanto, como vimos no relato de Tácito, fica evidente que simplesmente favorecer a outros não era, contudo, garantia de fidelidade. Afinal, nas diversas conspirações, as *domus* que receberam a atenção imperial conspiraram para a sua substituição. Além disso, também não podemos nos esquecer de que derru-

¹⁵⁴ WALLACE-HADRILL, Andrew, 1996, p. 306.

¹⁵⁵ Sobre o papel das mulheres da dinastia Júlio- Cláudia Cf. AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino de, 2011.

bar o imperador não era uma das tarefas mais fáceis de serem completadas. Afinal, como afirma David Shotter, durante o Alto Império, havia três fontes principais pelas quais a oposição política e pessoal ao imperador poderia vir à tona: a própria *familia* do *princeps*, a ordem senatorial e a Guarda Pretoriana¹⁵⁶. Era, portanto, necessário estar próximo ao imperador. E isso poderia ser feito visando o acúmulo de benefícios, como magistraturas ou riquezas, possibilidade que poderia colocar determinada *domus* na condição de casa reinante. Somado a esse fator, também é importante lembrar que

Os imperadores eram cercados por uma variedade de seguranças. Os mais proeminentes eram a guarda pretoriana, formada pelos seguranças que os grandes generais do período republicano tinham organizado [...] As outras unidades eram a cavalaria germânica, as cortes urbanas e a vigília noturna que dobrou de contingente como a brigada de fogo. Sob Augusto, existiam talvez de 7.000 a 8.000 soldados em Roma. E o número cresceu rapidamente, chegando perto dos 30.000 ao final do segundo século.¹⁵⁷

Assim, como foi afirmado anteriormente, nossa proposta neste trabalho não é a de pensar na “estabilidade” proporcionada por uma nova “ordem”, a imperial, mas pretendemos atentar para o período do Alto Império Romano, pelo menos do ponto de vista das relações políticas e sociais durante o governo de Nero, não como um período estático, mas caracterizado por tensões políticas e sociais de diferentes graus no que concerne à situação do imperador, da elite senatorial, da elite equestre, dos libertos, dos escravos e das mulheres.

Dessa maneira, para estudarmos o principado de Nero (54 - 68), convém afirmarmos que adotaremos em nossa pesquisa marcos distintos de análise que não aqueles que foram anteriormente citados. Ou seja, a solução que adotaremos, ao contrário dessas perspectivas apoiadas em moldes cronológicos das etapas em que Nero foi de um “bom” a um “mau” governante, será a de apresentar em nosso capítulo final alguns episódios narrados por Tácito onde podemos observar elementos importantes para nosso modelo interpretativo. Este, que consiste em ob-

¹⁵⁶ SHOTTER, David A. C, 1997, p. 58.

¹⁵⁷ “The emperors surrounded themselves with a variety of bodyguards. Most prominent were the Praetorian Guard, formed from the bodyguards that all great republican generals had organized [...] Other units include German cavalrymen, urban cohorts and nightwatchmen who doubled as a fire brigade of sorts. Under Augustus there were maybe 7-8000 troops in Rome. The number rose rapidly, reaching around 30.000 by the end of the second century”. Cf. WOOLF, Greg, 2006, p. 116.

servar o principado neroniano por meio das diversas relações interpessoais para com o imperador através de uma dupla via, ou seja, através da noção que cabia ao imperador a busca por uma “ordem imperial” que ordenaria as diversas *domus*, orientando-as à casa imperial e ao imperador, que era o seu centro. Por outra via, também devemos estudar como essas *domus* ordenadas pelo patronato do imperador poderiam se articular dentro desse sistema visando uma alternativa para substituir o núcleo de poder.

Essas hipóteses nos revelaram que na função de político e orador o historiador latino também atribuiu um sentido bem relevante para a sua exposição do principado neroniano. Para ele, este principado demarcaria um limite entre o governo dos Júlio-Cláudios e outra guerra civil, que já não era marcada por uma contestação do regime e era sustentada por personalidades que adquiriram muito prestígio ao longo do governo de Nero. Essa transição, para Tácito, revelou, “o segredo do império”, demonstrando que seu governo já não era destinado a uma só *família*, mas que era possível fazer um imperador que não estivesse na capital do império (Tac. *Hist.* I, 4, 1)¹⁵⁸.

Além disso, como também foi apontado por esse estudo, é possível atentar para o fato de que as disputas entre os diversos grupos sociais que compunham a *respublica* e o imperador possuem um papel preponderante no entendimento dos fatos narrados por Tácito. Dessa maneira, também é possível trilhar esse mesmo caminho percorrido pelo historiador latino e observarmos o principado neroniano, tal como é descrito em suas obras, como um governo marcado por disputas dentro dos círculos mais íntimos do imperador, mas que poderiam se estender aos outros cantos do império, como os exércitos e as províncias.

Assim, o que fica claro em Tácito é que para que essas conspirações vissem à tona uma série de cálculos, de estratégias e de alianças interpessoais precisavam ter lugar, tudo isso visando o sucesso da empreitada. Por exemplo, era necessário decidir quem seria o próximo imperador para que os indivíduos pudessem medir quais ganhos que receberiam com a realização dessa empresa. Quem fizesse um novo imperador certamente, assim como fez Agripina, poderia arbitrar em importantes assuntos do Império e gozar de uma posição social muito privile-

¹⁵⁸ evulgato imperii arcano posse principem alibi quam Romae fieri.

giada. Ou, ainda, era imprescindível calcular bem, pois uma conspiração sem sucesso significaria a perseguição e a morte de todos os envolvidos.

Nesse sentido, é importante destacar que para uma oposição ter sucesso era necessário a aliança com muitos indivíduos, inclusive aqueles que estavam no senado, ou eram equestres, ou até mesmo no comando de tropas nas regiões de fronteira. Assim, podemos afirmar que para suplantar um imperador era necessário que os indivíduos que a ele fossem contrários unissem suas *domus* com outras. Mas, como vimos, estas unidades também poderiam não ser coesas, pois dentro delas havia competição por hierarquia. Isso também valia para o senado. Por isso, podemos pensar que as alianças eram através de grandes grupos políticos e sociais que compreendiam uma dimensão que iria para além do limite das *domus*. Estas poderiam compreender o império.

Esta visão, portanto, não dialoga com a tradição de pensarmos os governos dos imperadores através dos critérios de julgamento morais direcionados a pessoa do governante. Pois, como vimos, a análise da nossa fonte em conjunto com a historiografia sobre o Alto Império Romano nos revelam questões importantes para pensarmos o governo de Nero, a exemplo da noção de que o imperador deveria arbitrar diversos conflitos dentro da própria elite, inclusive através de uma política que visasse a manutenção de seu próprio lugar na hierarquia política e social. Assim voltamos às análises de Mommsen e Syme, onde podemos perceber que apesar de em muitas passagens ser possível observar uma atuação quase monárquica por parte do imperador, através de suas redes privadas de clientela, ainda era necessário que este se posicionasse como o primeiro entre os iguais em relação a outros membros do senado. Já, que era através dessa instituição republicana que o imperador iria acumular titulaturas e magistraturas que iriam definir a sua posição como superior às demais. Sendo assim, não podemos pensar o principado neroniano como uma autarquia, mas como um governo que deve ser lido através das relações entre o imperador e os outros grupos que tinham poder no império, principalmente tendo como base a análise de Tácito, que foi um autor que compôs as suas obras em um período bem posterior ao da “restauração” augustana, é que em seu tempo já se tornava perceptível que o *senatus populusque romanus* (S.P.Q.R) não possuía o mesmo papel e nem a mesma liberdade de atuação que fora conhecida no tempo republicano. No entanto, algumas observações, traduzidas em metáforas, ambiguidades, críticas

quanto à liberdade de expressão e até mesmo através da exposição da bajulação que alguns senadores tinham para com o imperador, nos indicam que para o historiador Tácito os sintomas de que a *respublica* era uma coisa passada já podiam ser sentidos¹⁵⁹.

Portanto, iremos propor a investigação de um quadro muito mais complexo se comparado com aquele que visava entender o ordenamento da sociedade romana de forma unilateral, sendo entendida apenas pela necessidade imposta ao *princeps* de agrupar e ordenar todas as *domus* senatoriais. Assim, na continuação desta dissertação de mestrado pretendemos dar continuidade ao estudo sobre as relações sociais entre o *princeps* Nero e as *domus* senatoriais só que incluiremos também os libertos, a plebe de Roma e os exércitos. Estes setores não estavam necessariamente articulados às *domus*, mas também participavam desse jogo político em busca de *beneficia* originários do *princeps* e que poderiam alternativamente se aliar e formar grupos de oposição ao poder imperial.

Essas novas perspectivas nos indicam que devemos levar em consideração em nosso modelo interpretativo à atuação de uma diversa gama de indivíduos que se articulavam, muitas vezes independentemente do *princeps*, e que também poderiam se unir em grupos políticos e sociais, seja de apoio ou de oposição a determinados imperadores, mas que poderiam alterar o núcleo do poder sem inverter a ordem vigente. Dentre esses indivíduos atuantes no cenário político destacamos os Senadores, equestres, libertos imperiais, escravos imperiais e as mulheres. No entanto, isso não significava que esses grupos também fossem coesos em

¹⁵⁹ Como exemplo, podemos citar o próêmio dos Anais: “Começarei a minha obra com o segundo consulado de Sêrvio Galba, quando Tito Vínio foi seu colega. Muitos historiadores narraram o período anterior, de oitocentos e vinte anos desde a fundação de Roma, e, enquanto trataram da República, escreveram com iguais eloquência e liberdade. Mas, depois da batalha de Ácio, quando os interesses da paz demandaram que todo o poder fosse dado a um só, grandes autores como aqueles desapareceram, e da mesma forma a verdade foi deturpada por muitas razões: primeiro, por ignorância e falta de envolvimento nos negócios do Estado; depois, pela apaixonada adulação, ou mesmo pelo ódio à tirania. Então, entre a hostilidade de uns e a sujeição de outros, a posteridade foi negligenciada. Mas enquanto todos se opõem aos escritores que louvam, todos ouvem os que atacam e caluniam, pois a lisonja reflete a marca da servidão e a censura tem uma falsa impressão de independência” (Tácito, Histórias I, 1) - *Initium mihi operis Servius Galba iterum Titus Vinius consules erunt. nam post conditam urbem octingentos et viginti prioris aevi annos multi auctores rettulerunt, dum res populi Romani memorabantur pari eloquentia ac libertate: postquam bellatum apud Actium atque omnem potentiam ad unum conferri pacis interfuit, magna illa ingenia cessere; simul veritas pluribus modis infracta, primum inscitia rei publicae ut alienae, mox libidine adsentandi aut rursus odio adversus dominantis: ita neutris cura posteritatis inter infensos vel obnoxios. sed ambitionem scriptoris facile averseris, obrectatio et livor pronis auribus accipiuntur; quippe adulationi foedum crimen servitutis, malignitati falsa species libertatis inest* - Tradução de Juliana Bastos Marques Cf. MARQUES, 2002, p. 69. [Grifos nossos]

seu interior e que os senadores lutavam contra seus inferiores na tentativa de defender os interesses de seu grupo.

Como fazer um imperador: a ascensão de Nero ao poder

Nos *Anais*, a primeira aparição de Nero ocorre no ano de 47 durante os jogos realizados em comemoração aos 800 anos de Roma (*ludi saeculares*), quando o jovem Lúcio Domício Ahenobarbo, com apenas nove anos, e sua mãe Agripina *minor* são apresentados publicamente ao povo de Roma. Tácito narra que durante esse ato, Nero e sua mãe são muito aplaudidos pela plebe que os saudava pela memória de seu avô materno Germânico (Nero Cláudio Drusus), filho adotivo do imperador Tibério, assassinado no ano 19 (Tac. *Ann.* II, 71). Durante esses acontecimentos, o historiador latino nos apresenta o clima de euforia que tomava o ânimo daqueles que saudavam o filho adotivo do imperador com o nome de Nero, o príncipe da juventude. Além disso, também é possível observar que estas comoções deixavam pistas de que a plebe estava se inclinando em favor de Agripina, fato que é muito significativo, pois a mãe do futuro imperador nos é apresentada em contraposição à desvirtuada mulher de Cláudio: Messalina. Segundo o relato de Tácito:

sedente Claudio circensibus ludis, cum pueri nobiles equis ludicrum Troiae inirent interque eos Britannicus imperatore genitus et L. Domitius adoptione mox in imperium et cognomentum Neronis adscitus, favor plebis acrior in Domitium loco praesagii acceptus est. vulgabaturque adfuisse infantiae eius dracones in modum custodum, fabulosa et externis miraculis adsimilata: nam ipse, haudquaquam sui detractor, unam omnino anguem in cubiculo visam narrare solitus est. [12] Verum inclinatio populi supererat ex memoria Germanici, cuius illa reliqua suboles virilis; et matri Agrippinae miseratio augebatur ob saevitiam Messalinae, quae semper infesta et tunc commotior quo minus strueret crimina et accusatores novo et furori proximo amore distinebatur.

Estando Cláudio vendo os jogos de Circo, e fazendo alguns mancebos a cavalo aquele nobre torneio, chamado Troiano, entre os quais se achavam Britânico, filho do Imperador, e L. Domício, que por adoção entrou na posse do império, e tomou o sobrenome Nero, os muitos aplausos com que o povo então distinguiu a este último tomaram-se por um agouro favorável de sua felicidade. Corria um boato que em sua infância lhe haviam assistido alguns dragões como destinados para guardá-lo. Prodígio fabuloso, e em tudo semelhante a outras maravilhas que os estrangeiros nos referem; porque ele mesmo, que nunca perdia ocasião de elogiar-se, só costumava dizer, que no seu quarto se vira uma serpente. Mas toda essa afeição do povo nascia da saudosa memória que ainda conservava de Germânico, de quem só restava esse ramo varonil; assim como do interesse e piedade que a sua mãe Agripina lhe inspirava, comparando-a com a

bárbara Messalina, que, dentro do coração sua inimiga, e agora indisposta contra ela, só deixava de lhe suscitar então acusações e acusadores, porque andava ocupada com uma nova paixão em que ardia, e quase a tinha feito enlouquecer (Tac. *Ann.* XI, 11-12)¹⁶⁰.

Após a narrativa desses prodigiosos acontecimentos, podemos observar na narrativa taciteana a omissão do nome de Nero por um período de um ano. O jovem Lúcio Domício somente retorna ao foco dos *Anais* a partir da narrativa que envolve os planos de casamento de Agripina com seu tio Cláudio (Tac. *Ann.* XII, 7). Nesse contexto, Tácito dá grande ênfase às estratégias utilizadas pela mãe do futuro imperador para facilitar o casamento de seu filho com a filha de Cláudio. Assim, além de legitimar Nero como um sucessor em potencial ao trono, também o colocava em uma posição muito proeminente, pois unia por ascendência as famílias Júlia e Cláudia.

No entanto, apesar das grandes expectativas que cercavam a mãe do futuro imperador, o grande problema era que Otávia estava noiva de L. Silano, um Pretor que se colocava como um entrave aos planos de Agripina. Portanto, ela teria que mostrar que possuía grande valimento para com o Imperador, desfazer o noivado e unir seu filho à família Cláudia (Tac. *Ann.* XII, 3)¹⁶¹. Mas, para isso, era necessário que Agripina ganhasse o favor do imperador a tal ponto que pudesse fazer com que o atual noivo de Otávia fosse banido ou até mesmo morto.

Em Tácito, podemos afirmar que esse caminho de Agripina foi amplamente facilitado pelas libertinagens sem rumo que eram cometidas por Messalina. Como exemplo, podemos observar na narrativa dos *Anais* um caso bem ilustrativo a respeito dessa condenação: Messalina, aproveitando a ausência de Cláudio, que estava em Óstia, se casou com outro homem. Fez isto “no meio de uma cidade que tudo via, e nada calava” (Tac. *Ann.* XI, 27)¹⁶². Tácito destaca que a notícia desse adultério não demorou a atingir os ouvidos do príncipe. Como relata o historiador, as concubinas, que esperavam aumentar o seu valimento perante Cláudio, foram as primeiras a relatar o adultério cometido por Messalina. Mas foi somente

¹⁶⁰ Tradução de José Liberato Freire de Carvalho Cf. TÁCITO, 1952.

¹⁶¹ Sobre o jovem L. Silano, podemos tecer algumas considerações: Em 48, Silano contava apenas 22 anos e era um dos nomes mais fortes para a sucessão de Cláudio, por isso, passou a ser perseguido por Agripina, até que L. Vitélio, pai do futuro imperador, o acusa de incesto com sua irmã Júnia Calvina Cf. Tac. *Ann.* XII, 3; XII, 4 XII, 8; XIII, 1.

¹⁶² “in civitate omnium gnara et nihil reticente”.

após a conversa que Cláudio teve com seu libertos Narciso, através da qual este afirmava que o novo pretendente poderia se tornar senhor de Roma, que o imperador se mobiliza e manda assassinar a sua esposa (Tac. *Ann.* XI, 36 a 38).

Nesse cenário podemos observar pontos sintomáticos para nossa discussão. O primeiro consiste no fato de que Tácito demonstra a atitude das concubinas de se utilizarem da delação para aumentarem seu valimento para com o imperador. O segundo ponto que podemos destacar é a influência que Narciso, um libertos, possuía sobre Cláudio. Sendo apontado como um dos conselheiros mais próximos ao imperador, recebeu das mãos do soberano, no caso do desfecho desse episódio envolvendo Messalina, muitas honrarias, como as insígnias de Questor¹⁶³. Por último, o terceiro ponto reside na avaliação de que esse casamento poderia significar a consolidação de um concorrente direto ao poder. Assim, a morte da imperatriz e de seu novo marido era uma questão de segurança pública contra uma possível disputa entre grupos sociais de apoio e de oposição ao poder vigente.

A morte de Messalina é o último acontecimento relatado por Tácito em seu décimo primeiro livro. No entanto, no livro seguinte, o historiador latino demonstra que esse acontecimento seria somente o prelúdio de novos tempos, e que a morte da ex-mulher de Cláudio também demarcava uma fissura (*convulsa*) na casa imperial:

Caede Messalinae convulsa principis domus, orto apud libertos certamine, quis deligeret uxorem Claudio, caelibis vitae intoleranti et coniugum imperiis obnoxio

O assassinato de Messalina provocou uma fissura na casa do príncipe, e com isso rapidamente cresceu a competição entre os libertos, que disputavam quem iria dar uma esposa a Cláudio, que era intolerante com a vida celibatária e submisso ao comando de suas esposas (Tac. *Ann.* XI, 11- 12)¹⁶⁴.

Dessa maneira, com um imperador sem esposa, e que ansiava por deixar a vida celibatária, os libertos da corte começaram a se mobilizar no sentido de angariar candidatas que pudessem se tornar a próxima pretendente. Dentro desse processo de escolha, o historiador latino nos apresenta três mulheres da elite romana que foram colocadas como candidatas às núpcias imperiais: Lólia Paulina, filha do consular M. Lólio e antiga esposa de Calígula (apoiada pelo libertos Calis-

¹⁶³ “decreta Narcisso quaestoria insígnia”.

¹⁶⁴ Tradução nossa.

to), Élia Petina, que fora casada com Cláudio (patrocinada por Calisto), e Agripina na *minor*, aquela que contraiu o matrimônio com Cláudio (promovida pelo liberta Palas)¹⁶⁵.

As primeiras atitudes de Agripina no sentido de ganhar a posição de mulher do imperador são narradas através da exposição de visitas íntimas que a mãe de Nero costumava realizar à casa de seu tio (Tac. *Ann.* XII, 3). Usando de sedução, além de conseguir seu matrimônio, a nova imperatriz convenceu Cláudio a romper o noivado de sua filha Otávia com o jovem pretor L. Silano, fazendo com que esta fosse prometida a Nero¹⁶⁶. Esse processo também é interessante para confirmarmos nossas hipóteses, já que, como relata o historiador latino, Agripina considerava o antigo noivo de Otávia como uma ameaça às possibilidades de ascensão de seu filho ao poder. Agripina foi movida pelas palavras de L. Vitélio, que a convenceu de que o casamento da filha de Cláudio com um jovem proeminente excluiria Nero da condição de se tornar um *princeps*¹⁶⁷.

Assim, em *Anais* XII, 4, Tácito desenvolve a narrativa das estratégias referentes ao casamento de Nero com Otávia e relata as acusações que foram realizadas por L. Vitélio contra o jovem L. Silano na tentativa de banir de vez um forte concorrente de Nero. O réu é acusado de um caso de incesto, cometido com sua irmã adotiva Júnia Calvina. Além disso, para ilustrar melhor a tensão dessa cena narrada, o historiador relembra ao ouvinte de que o casamento de Agripina com o imperador Cláudio (Tac. *Ann.* XII, 7) e a proteção que a imperatriz dava ao acusa-

¹⁶⁵ Elia Petina foi a segunda mulher de Cláudio. Não podemos saber muito a respeito de Petina, pois a narrativa deste casamento e dos acontecimentos decorrentes dele não está contida nos livros que temos dos Anais. No entanto, podemos afirmar que ela havia tido uma filha com Cláudio, chamada de Antônia (Tac. *Ann.* XII, 2; XII, 68; XV, 53), e que somente retornará à narrativa dos Anais no contexto da conspiração de Pisão. Segundo Tácito, ela possuiria a tarefa de conduzir os soldados em um golpe contra Nero. A justificativa para esse ato, segundo o historiador latino, era a de que a sua presença iria dar legitimidade aos insurgentes contra o imperador (Tac. *Ann.* XV, 53). Esse caso específico de Antônia é bem ilustrativo para nossas hipóteses: a escolha por parte dos insurgentes que tramavam contra Nero, de optar por uma filha legítima de Cláudio para legitimar a oposição demonstra que mesmo um familiar do imperador poderia se aliar a grupos sociais de oposição. Ou seja, Tácito mais uma vez dá ênfase nas divisões internas à *domus Caesaris*, e que nesse momento ainda era preciso recorrer a um membro da família imperial para que um golpe político pudesse ser concretizado.

¹⁶⁶ O casamento se deu em *Anais*, XII, 8.

¹⁶⁷ L. Vitélio foi Cônsul em 34 e em 43, governador da Síria e encarregado de toda a administração das províncias do Oriente durante o governo de Tibério (em 35). Durante o governo de Cláudio, mostrou-se um dos mais influentes conselheiros do imperador e também participa do julgamento de Popéia Sabina. Cf. Tac. *Ann.* VI, 28; VI, 32; VI, 36; VI, 37; XIV, 56; VI, 41; VI, 44; XI, 2; XI, 3; XI, 4; XI, 33; XI, 34; XII, 4; XII, 5; XII, 9; XII, 42.

Seu filho, também de nome Vitélio, descrito por Tácito como um vil adulator que atuaria na corte neroniana é o mesmo que foi aclamado imperador de Roma em 69 Cf. *Anais*, XI, 23; XIV, 49.

dor se constituíam como elementos que não forneciam qualquer chance de defesa ao acusado, que preferiu encontrar a morte através do suicídio¹⁶⁸.

Assim, podemos perceber que, para Tácito, Agripina passava não só a concretizar seu lugar de influência na *domus Caesaris*, mas também demonstrava todo o seu poder e a sua posição destacada nas relações sociais e políticas estabelecidas na *respublica*. A mãe de Nero, portanto, passava a se colocar como uma patrona muito importante para que senadores, libertos e até outras mulheres pudessem se aproximar da posição mais proeminente da hierarquia política e social, a mesma que, em alguns casos, é descrita por Tácito como sendo a da própria esposa do imperador.

O próximo passo de Agripina também é muito marcante na narrativa de Tácito para demonstrar a força que algumas mulheres, principalmente as da família Júlio-Cláudia, poderiam ter para com os imperadores e dentro da corte. Na tentativa de designar um tutor para seu filho, a nova esposa de Cláudio iria desfazer algumas das atitudes que foram tomadas por Messalina, além de começar a preencher importantes lugares da casa e do governo imperial com pessoas que foram favorecidas por ela¹⁶⁹. O nome do escolhido para guiar o jovem Nero não poderia ser mais sintomático para demonstrar o poder que a Agripina passava a ostentar: Lúcio Aneu Sêneca (Tac. *Ann.* XII, 8). Nossa justificativa ao afirmarmos que entendemos como sintomática essa atitude de Agripina é que, como sabemos, Sêneca foi exilado em 41, a mando do próprio imperador Cláudio, quando condenado em um caso de adultério com Júlia Livilla, filha de Germânico¹⁷⁰. Infelizmente não podemos tecer muitos comentários sobre esse caso contra Sêneca, já que ele se encontrava na parte que não foi conservada dos *Anais*¹⁷¹. No entanto, alguns autores como David Shotter e B. H Warmington, afirmam que essas acusações foram fomentadas por Messalina, que era motivada por intrigas pessoais contra Agripina *maior*, mulher de Germânico. Isto, segundo Shotter, justificaria a

¹⁶⁸ Posteriormente, a irmã de L. Silano foi exilada da Itália.

¹⁶⁹ Para mais exemplos sobre o patronato de Agripina Cf. GRIFFIN, Miriam, 1992, p. 78 e SCULLARD, H.H, 2001, p. 305.

¹⁷⁰ Sêneca ficou exilado em Córsega por cerca de oito anos.

¹⁷¹ Também é interessante apontar que, em Dião Cássio, podemos perceber que Sêneca é acusado de adultério com a irmã de Calígula, Júlia Livilla, graças às artimanhas de Messalina, adversária da irmã do imperador (LX, 8, 5 e LXI, 10, 1). Nesse episódio podemos atentar para o fato de que a corte senatorial se demonstra a favor da morte de Sêneca, mas, por intervenção de Cláudio, que se posicionou a favor do filósofo (ad Pol., 13,2), o acusado somente foi banido para Córsega.

ação contra a filha de Agripina e irmã de Calígula, a condenada Júlia Livilla¹⁷². Além disso, podemos encontrar dados em outras fontes para afirmarmos que antes desses acontecimentos já era possível percebermos a movimentação, por parte de Sêneca, para que pudesse retornar a Roma. Contudo, ele não pode ver seu exílio suspenso, mesmo com a bajulação apresentada por ele a um liberto da corte de Cláudio. Em *Consolação a Políbio*, escrita enquanto o filósofo estava exilado na ilha de Córsega, podemos observar que Sêneca se propõe a consolar um liberto muito importante na corte de Cláudio, de nome Políbio, e que exercia um importante cargo administrativo: o de *a libellis*, o responsável pelas petições imperiais¹⁷³.

Após um longo relato sobre os assuntos no Oriente, que culminaram na derrota de Mitridates (Tac. *Ann.* XII, 10 – 21), Agripina retorna à narrativa de Tácito através do relato das ações contra outras mulheres da corte¹⁷⁴. A partir desse ponto, podemos perceber que Tácito se volta à narrativa dos atos que levaram a esposa do imperador a perseguir as mulheres mais virtuosas da corte e que se colocavam como possíveis candidatas para a posição que Agripina por ora ocupava: a de mulher de Cláudio. Assim, podemos destacar brevemente que a própria condição de cônjuge do imperador também poderia ser uma posição altamente desejável para outras mulheres, que eram patrocinadas por outros membros de *familiae* proeminentes, graças aos ganhos políticos e sociais que este vínculo que consolidava uma aliança não só entre os nubentes, mas também entre os conjuntos das famílias envolvidas, poderia acarretar. Assim, também cabia a esposa de Cláudio a criação de estratégias para que visassem à manutenção de sua posição proeminente, e isso foi feito.

Deste modo, passamos a observar que a mulher do imperador se indispôs com Lólia, que também havia sido pretendente de Cláudio, era de uma família muito distinta e já havia sido casada com Calígula¹⁷⁵. Além disso, a mãe de Nero

¹⁷² SHOTTER, David A. C, 1997, p. 8.

¹⁷³ Seu nome não aparece nos Anais.

¹⁷⁴ Mitridates I era rei dos Partas e irmão de Cótis, rei da Armênia menor. Sobre Mitridates Cf. Tac. *Ann.* IV, 14; VI, 32; XI,8; XII, 44; VI, 32; XI, 8; XI, 9; XII, 15; XII, 17; XII, 18; XII, 19; XII, 20; XII, 21; XII; 44; XII; 45; XII; 46; XII; 47; XII; 48 e sobre Cótis Cf. II, 64; II, 65; II, 66; II, 67; XI, 9; XII, 15; XII, 18.

¹⁷⁵ Lólia Paulina era sobrinha de L. Volúcio (Cônsul no ano 3) e sobrinha de Cota Messalino (Cônsul no ano 20). Seu primeiro casamento foi com Mêmio Régulo (Cônsul suplente em 31) e o seu segundo matrimônio foi com o imperador Calígula. Sobre Lólia Cf. Tac. *Ann.* XII, 1; XII, 2; XII, 22; XIV, 12.

também se envolveu em conflitos com Calpúrnia, uma mulher ilustre, e que, por isso, foi constrangida por um tribuno ao suicídio (Tac. *Ann.* XII, 22).

No entanto, o que nos interessa nessa etapa da narrativa taciteana é que, a partir desse momento, podemos observar que Tácito se centra mais nas atitudes relativas à ascensão de Nero. Dessa maneira, o historiador latino indica ao seu público que o futuro imperador passava a ser altamente favorecido por Cláudio, seja através de diversas demonstrações públicas, como o título de “príncipe da juventude”, além receber a toga viril antes da idade mínima e de receber os poderes consulares, que iriam se concretizar quando Nero completasse vinte anos (fato que somente poderia ocorrer a partir dos 43 anos).

Com efeito, podemos apontar que, através dessas ações empreendidas pelo imperador, o futuro *princeps* começava a adquirir proeminência e se constituía cada vez mais como uma alternativa viável à sucessão imperial. O que faltava agora era suplantando os seus concorrentes, e esta tarefa começava ser realizada por Agripina. Assim, em *Anais* XII, 42, Tácito apresenta uma imperatriz que estava focada nas suas estratégias concernentes à sucessão imperial. A primeira atitude da esposa de Cláudio foi a de substituir os prefeitos da guarda pretoriana por alguém de sua confiança. Para tanto, direcionou toda a sua fúria contra dois personagens que são descritas por Tácito como fiéis a Messalina, e que, portanto, estavam a favor de Britânico: o filho legítimo de Cláudio. Eram eles Lúcio Geta, um amigo íntimo de Cláudio, e Rúfrio Crispino, o primeiro marido de Popéia Sabina¹⁷⁶.

A justificativa para a substituição do comando das guardas pretorianas era a de que esse cargo seria mais bem administrado por Afrânio Burrus, “um homem com uma excepcional reputação militar” (Tac. *Ann.* XII, 42), e que estava bem ciente de que a sua posição era uma dádiva das artimanhas de Agripina¹⁷⁷. Nessa mesma passagem, Tácito demonstra preocupação com o poder que estava concentrado nas mãos de Agripina. Esse poder fica bem ilustrado com as acusa-

¹⁷⁶ Sobre Lúcio Geta podemos afirmar que também foi prefeito do Egito Cf. Tac. *Ann.* XI, 31; XI, 33; XII, 42. Já, Rúfrio Crispino foi exilado em 65 através de sua condenação como participante da conspiração de Pisão. No entanto, a versão de Tácito é que esse homem aborrecia Nero por ter sido casado com Popéia Sabina Cf. Tac. *Ann.* XI, 1; XII, 42; XVI, 17; XI, 4; XII, 42; XIII, 45; XV, 71; XVI, 17.

¹⁷⁷ O mesmo que nos anos do governo de Nero será representado como um dos homens mais influentes da corte.

ções de lesa-majestade que foram feitas à L. Vitélio¹⁷⁸, descrito pelo historiador latino como um dos protegidos e amigo íntimo da mãe de Nero, e que foram proferidas por um senador romano de nome Júnio Lupo¹⁷⁹. Com a intervenção de Agripina, o resultado desse impasse foi previsível: Vitélio foi absolvido e Lupo, que era o acusador, foi desterrado. Ou seja, como podemos perceber, a proteção de Agripina além de ser muito importante para aqueles que desejassem ascender socialmente também era uma garantia de que seus protegidos levariam certa vantagem até em julgamentos de crimes contra o imperador.

A autoridade de Agripina passava a ser tão evidente que Tácito descreve as ações do imperador Cláudio, a partir do ano de 53, como influenciadas pelas atitudes inescrupulosas de sua esposa. Nesse mesmo caminho, o historiador latino passa a narrar as acusações realizadas pelos protegidos de Agripina, como a desempenhada por Tarquínio Prisco¹⁸⁰, que acusou o procônsul da África, Estatílio Tauro¹⁸¹, de praticar magias supersticiosas. Sobre a acusação, Tácito nos diz que sua motivação foi banal. O delator estava apenas interessado em possuir os jardins de Estatílio Tauro, que, segundo Tácito, não apresentou defesa, preferindo cortar seus pulsos e antecipar o seu destino. Com efeito, a essência dessas estratégias estava bem demarcada: era muito importante usufruir do patronato exercido por Agripina e, para aqueles que já eram beneficiados com essas dádivas, os resultados eram claros e muito positivos.

Essa preocupação com o poder de Agripina também é expressa através do medo que dominavam as pessoas que apoiavam Britânico, ou aquelas que simplesmente não estavam sob a proteção de Agripina. Essa atitude demonstrava que o apoio que a mulher do imperador dava ao seu filho já era sentido como uma divisão dentro do partido de Cláudio, e que inevitavelmente levaria a formação de um grupo social conflitante com aquele formado pelos apoiadores de Britânico (Tac. *Ann.* XII, 65).

No entanto, como podemos perceber através da leitura dos *Anais*, esses esforços que visavam combater o poder de Agripina foram todos em vão. Assim, no ano de 54, após o imperador Cláudio adoecer e deixar a cidade, a mãe de Nero

¹⁷⁸ O mesmo que auxiliou Agripina ao acusar L. Silano, o noivo de Otávia.

¹⁷⁹ Esse senador aparece somente nesta passagem.

¹⁸⁰ Legado do próprio Estatílio Tauro na África e, posteriormente, foi acusado do crime de concussão contra os Bitínios, no ano 61 Cf. Tac. *Ann.* XII, 59; XIV, 46.

¹⁸¹ Descrito por Tácito como um homem muito rico Cf. Tac. *Ann.* XII, 59

começa os preparativos para que seu filho se torne o próximo imperador ¹⁸². E com a morte deste, o caminho estava livre para que ela pudesse avançar (Tac. *Ann.* XII, 67). Fato que se consolidou no ano de 54. Assim, na continuação da narrativa Agripina corre ao encontro de Britânico no intuito de distraí-lo, enquanto Burrus, o prefeito da guarda pretoriana e um dos protegidos de Agripina, tratava de apresentar Nero às cortes pretorianas, que, apesar de se perguntarem por Britânico, saudaram o jovem mancebo como o novo imperador (Tac. *Ann.* XII, 69)¹⁸³.

Essa passagem também deixa transparecer a ideia de que não existia um consenso universal sobre quem seria proclamado o novo imperador. Como se vê existem dois candidatos possíveis à sucessão de Cláudio. A escolha de Nero, portanto, mais do que feita através de critérios de honra, riqueza, e *status*, era, pelo menos no relato de Tácito, realizada através de uma artimanha de Agripina e de seu protegido, o prefeito das cortes pretorianas. No entanto, essa proeminência de Agripina também era apoiada por membros de *domus* importantes da *respublica*, inclusive de senadores, como a de L. Vitélio, além de ser imprescindível o apoio dos libertos e da guarda pretoriana. A partir desse ponto, o que podemos observar são as atitudes de Nero frente a outros concorrentes ao poder imperial.

No entanto, antes de adentrarmos na análise do governo de Nero iremos resumir alguns pontos essenciais de nossa leitura das fontes. Pudemos perceber que a atuação das mulheres e dos libertos era muito comum e que possuía grande influência na política do Império, principalmente se levarmos em consideração a atuação desses agentes dentro da *domus Caesaris*. Assim, como também foi apontado por nossa análise, os libertos Palas e Narciso participaram ativamente da vida política da corte e, em muitos casos, passaram a sustentar grandes redes clientelares, inclusive indicando amigos e parentes para o exercício de cargos muito importantes na *respublica*. Além disso, como também foi demonstrado através da exposição da bajulação de alguns senadores a estes libertos, eles se constituíam como alternativas para outros agentes se aproximarem do imperador, como também eram apoios essenciais para que outros membros da elite não fossem acusados de maneira injusta, principalmente no contexto de disputas pelos lugares supe-

¹⁸² Tácito ainda indica a versão de que Agripina teria aproveitado a doença do imperador para administrar um veneno, preparado por Locusta, no intuito de assassinar Cláudio.

¹⁸³ Nero foi aclamado imperador no dia 13 de outubro de 54.

riores na hierarquia política e social de Roma. Ou, se caso o forem, eram amplamente favorecidos pela proteção de seu patrono.

Somado a esse ponto, não podemos negar a importância de Agripina para que seu filho fosse proclamado imperador. Ou seja, como observamos, o poder da mãe de Nero era essencial para que seus protegidos passassem a ocupar posições importantes na administração do império, como também foi essencial para que o seu projeto de fazer um novo imperador se tornasse uma realidade. E, para fazer isso, Agripina começou a substituir pessoas que eram fiéis a Cláudio, a Britânico e todos aqueles que foram importantes para o poder de Messalina. Tudo isso visando à estratégia de ocupar os lugares mais privilegiados da *domus Caesaris* com pessoas que responderiam ao seu patronato, como o filósofo Sêneca e o prefeito da guarda pretoriana Afrânio Burrus.

Todavia, mesmo com esses esforços, podemos afirmar que eles seriam em vão se o jovem Nero não possuísse a proeminência necessária para ser um imperador. Nesse sentido, o esforço de fazer com que Nero fosse adotado por Cláudio e que também se casasse com Otávia se constitui como um indicador sobre as estratégias empregadas para que o jovem príncipe fosse colocado em uma posição de destaque dentre os demais concorrentes ao poder imperial. Mas tudo isso era suficiente?

Afirmção e manutenção do poder de Nero: o extermínio dos concorrentes

Prima novo principatu mors Iunii Silani proconsulis Asiae ignaro Nerone per dolum Agrippinae paratur, non quia ingenii violentia exitium inritaverat, segnis et dominationibus aliis fastiditus, adeo ut C. Caesar pecudem auream eum appellare solitus sit: verum Agrippina fratri eius L. Silano necem molita ultorem metuebat, crebra vulgi fama anteponendum esse vixdum pueritiam egresso Neroni et imperium per scelus adepto virum aetate composita insontem, nobilem et, quod tunc spectaretur, e Caesarum posteris: quippe et Silanus divi Augusti abnepos erat. haec causa necis. ministri fuere P. Celer eques Romanus et Helius libertus.

A primeira morte do novo principado foi a de Júnio Silano, procônsul da Ásia, sem o conhecimento de Nero, mas por dolo Agripina, não porque quaisquer motivos de violência ou de temperamento tinham estimulado o seu extermínio (afinal, ele era preguiçoso e tinha sido desprezado em governos anteriores, de modo que C. César estava acostumado a chamar-lhe de "a ovelha de ouro"), mas Agripina, tendo projetado a execução de seu irmão L. Silano, temendo um vingador, e ainda dada à fama dos frequentes sussurros do público que, em detrimento de Nero, que tinha ainda mal saído da infância e tinha adquirido o seu comando através de um crime, preferia alguém mais experiente, sem culpa, nobre e, algo para o qual havia respeito na época, que fosse pertencente à posteri-

dade dos Césares: Silano era bisneto do Divino Augusto. Este foi o motivo de sua execução. Seus agentes foram P. Céler, equestre romano, e Hélio, liberto (Tac. *Ann.* XIII, 1, 1-2)¹⁸⁴.

Em um livro destinado às primeiras palavras da narrativa sobre o novo principado, e que se inicia com uma frase muito marcante (*Prima novo principatu mors*), não poderíamos esperar nada mais do que nossa apreensão a respeito do clima de violência e execuções que o historiador latino estava tentando evidenciar aos seus ouvintes. Chamamos a atenção para o fato de que Tácito deixa bem claro que o extermínio dos possíveis concorrentes ao poder imperial era uma política necessária para o estabelecimento e para a manutenção do novo principado. A referência de que Silano era um descendente de Augusto é importante. Deixa claro que a casa do primeiro imperador ainda possuía grande proeminência em relação às demais, servindo como fonte de novos líderes para a *respublica*.

Como vimos anteriormente, Tácito optou por terminar a narrativa do décimo segundo livro dos seus Anais através de uma ambiguidade quanto ao “consenso” estabelecido em torno da proclamação de Nero como novo *princeps*. Agora, com o início do governo deste imperador, podemos perceber que a sua autoridade como novo imperador não era incontestável, e que, apesar de ter conquistado a posição mais proeminente da *respublica*, ainda teria que lutar para se manter no poder.

Nesse sentido, também podemos perceber que o jovem imperador ainda necessitava, e muito, do auxílio de sua mãe. E Agripina, criada na *familia Caesaris*, sabia muito bem que deveria se mostrar forte para manter o seu filho no poder e assegurar a sua posição. Assim, sua primeira estratégia foi a de eliminar um candidato muito proeminente e que havia exercido importantes magistraturas que lhe deram muito prestígio e poder: M. Júnio Silano, proconsul da Ásia¹⁸⁵. Contudo, apesar de todas suas qualidades, Tácito é enfático ao dizer que a principal característica que estaria relacionada com o fato de que Silano poderia ser considerado um concorrente ao poder era que ele, ao contrário do jovem Nero, era um homem mais maduro, mais experiente e era, como Nero, descendente de Augusto. Estas características poderiam ser preferíveis àquelas que encontravam em Nero,

¹⁸⁴ Tradução nossa.

¹⁸⁵ Segundo B. H. Warmington, M. Júnio Silano era irmão de L. Júnio Silano, que fora noivo de Otávia e um dos perseguidos por Agripina Cf. WARMINGTON, B. H., 1969, p. 16.

um menino que era controlado por sua mãe e por seus tutores. Os encarregados de tal crime, Públio Céler, um equestre, e o liberto Hélio, eram legados do próprio imperador na província da Ásia e, através do mando de Agripina, ministraram um veneno nocivo ao experiente Silano, que veio a falecer.

Após a morte do primeiro concorrente ao poder imperial, Agripina passa a perseguir as antigas bases de sustentação do poder de Cláudio que poderiam se articular em um grupo político e social que apoiasse Britânico. Assim, podemos perceber que ela volta sua atenção para as antigas desavenças que possuía com o liberto de Cláudio, Narciso, que sabendo do risco que corria decidiu se suicidar. Nessa passagem (*Anais*, XIII, 1, 3) ainda podemos encontrar uma referência muito interessante que Tácito faz a respeito da índole do liberto, só que a relacionando com a das pessoas com que Nero conviveria durante o seu governo¹⁸⁶. Nesse sentido, Tácito afirma que Narciso poderia ser uma pessoa muito influente sob Nero não fossem as suas desavenças com a mãe do imperador. Ou seja, através dessas ideias podemos pensar que as pessoas que serviam como base de sustentação do novo poder eram escolhidas através da proteção de Agripina, assim como os que sucumbiam deviam sua perda a ela.

Sobre essa temática das bases de sustentação do novo principado, Tácito se debruça, em um primeiro momento, no relacionamento entre Sêneca, Burrus e Agripina (*Tac. Ann.* XIII, 2). A exposição feita pelo historiador latino pode ser facilmente resumida através da ferocidade de Agripina e a contraposição das atitudes *hostis*, através do refreamento do ânimo da mãe do imperador, por Burrus e Sêneca. No entanto, o mais sintomático para nossa discussão reside na descrição, feita por Tácito, sobre o relacionamento entre os tutores do jovem *princeps*.

hi rectores imperatoriae iuventae et, rarum in societate potentiae, concordēs, diversa arte ex aequo pollebant, Burrus militaribus curis et severitate morum, Seneca praeceptis eloquentiae et comitate honesta, iuvantes in vicem, quo facilius lubricam principis aetatem, si virtutem aspernaretur, voluptatibus concessis retinerent.

Esses mentores da juventude do *princeps* eram mutuamente harmoniosos, uma raridade em uma aliança de poder entre homens igualmente fortes por diversos meios, Burrus em assuntos militares e na gravidade de seu comportamento, Sêneca em seus preceitos para a eloquência e uma cortesia digna, cada um ajudando o outro para que eles pudessem mais facilmente permitissem-lhe que rejeitasse a virtude,

¹⁸⁶ Em *Anais* XII, 57, Agripina acusa Narciso de desviar dinheiro da construção de um canal que estava sendo construído sob a sua supervisão. Como o canal apresentou defeito, a mulher do imperador tratou de relatar todos os problemas para Cláudio, que preferiu apoiar o liberto.

mas dentro das indulgências que a idade lhe permitia (Tac. *Ann.* XIII, 2, 1)¹⁸⁷.

Tácito deixa transparecer que o apoio mútuo que esses homens, Burrus e de Sêneca, encontravam em seu relacionamento se constituía como um caso raro nas relações entre os homens de igual poder. Dessa maneira, podemos ainda interpretar essa pequena asserção como a tentativa de demonstrar que todas as outras relações, que serão descritas pelo historiador latino, passassem a ser decodificadas como o oposto da boa convivência entre dois importantes e proeminentes homens da elite romana. Ou seja, as pessoas que possuíam um importante *status* dentro da sociedade também queriam mais proeminência e, visando esse objetivo, se aliavam e se enfrentavam de acordo com as suas expectativas de ganho.

Todavia, apesar desse clima ameno entre os dois tutores de Nero, Tácito é enfático ao dizer que o maior trabalho deles era o de frear a ferocidade da mãe do imperador (Tac. *Ann.* XIII, 2, 3). Nesse sentido, podemos atentar para o fato de que Agripina continua sendo representada como uma figura muito atuante nos negócios do Império. Segundo o historiador latino, a mãe do imperador passava a escutar as reuniões do Senado, como também teria chegado a cogitar a ideia de se sentar no mesmo lugar que era destinado ao imperador (Tac. *Ann.* XIII, 5). No entanto, o que mais nos interessa nesse contexto é que, após a invasão dos partos da região da Armênia, em 54, Tácito demonstra a preocupação que sondava a elite romana, e que compreendia os anseios de que o jovem príncipe não teria capacidade e nem a experiência para resolver essas grandes questões militares. Além disso, o historiador latino deixa evidente que essas dúvidas quanto à capacidade de ação do novo governo também eram aplicadas aos tutores do jovem imperador, como Sêneca e Burrus, e também ao próprio sistema que Nero utilizaria para designar alguém capaz de lidar com guerras e com o cerco de cidades (Tac. *Ann.* XIII, 7).

Essa passagem nos remete a outra, quando historiador latino relata os acontecimentos decorrentes do velório de Cláudio, principalmente através das palavras proferidas pelo discurso, anteriormente citado, e que havia sido proclamado por Nero. Neste discurso, o imperador afirmava que era o seu intuito o de dividir o comando da *respublica* com o senado e que também iria evitar atitudes tirânicas. Ou seja, nas palavras de Nero, proferidas por Tácito

¹⁸⁷ Tradução nossa.

non enim se negotiorum omnium iudicem fore, ut clausis unam intra domum accusatoribus et reis paucorum potentia grassaretur; nihil in penetibus suis venale aut ambitioni pervium; discretam domum et rem publicam. teneret antiqua munia senatus,

Nunca se constituiria juiz de todas as coisas, porque não podendo ouvir-se fora do recinto do palácio as vozes dos acusadores e dos réus, a sorte desses últimos viria então só a depender dos caprichos de alguns válidos. Que da sua corte desterraria a venalidade e as intrigas; e que os interesses da República haviam de ser independentes dos negócios da sua casa. Que o senado gozaria de toda a sua antiga jurisdição (Tac. Ann. XIII, 4, 3- 4).¹⁸⁸

Neste ponto, podemos apontar que o jovem imperador continuou a sua política conforme havia declarado no discurso inicial de seu governo, acatando a autoridade do Senado, que negou algumas exigências do imperador, e o mesmo preferiu acatar as decisões dos *patres*. Além disso, há uma evidente preocupação em repudiar as ações vergonhosas e os abusos cometidos durante o Principado de Cláudio, especialmente no que se refere à participação dos libertos nos negócios do Império e à crítica aos julgamentos *intra cubiculum*¹⁸⁹. Além disso, Nero prometeu seguir o modelo construído por Augusto, respeitando a divisão de poderes entre o Senado e o *princeps*¹⁹⁰. No entanto, apesar dessa proposta, a explicação dada por Momigliano para o excelente governo nos primeiros anos do Principado neroniano é que de fato não foram observados os preceitos da restituição das liberdades republicanas. Para o autor, Nero geriu seu governo como uma forte corrente de tendências absolutistas, concentrando todas as fontes de *beneficia* nas mãos do soberano, os quais seriam distribuídos por meio da sua benevolência¹⁹¹. Aliado a esse fator, Momigliano também nos oferece a interpretação de que nos anos iniciais do governo de Nero, o jovem *princeps* teria favorecido certas medidas conservadoras da aristocracia, como as questões envolvendo os libertos e os escravos.

Nesse sentido, o primeiro a receber o perdão de Nero foi o senador Pláucio Laterano, antigo adúltero de Messalina que fora expulso do Senado por Cláudio (Tac. Ann. XIII, 11)¹⁹². Apesar desta atitude ser relacionada com a influência de Sêneca, o que podemos perceber nesta etapa da narrativa de Tácito é que o

¹⁸⁸ Tradução de José Liberato Freire de Carvalho Cf. TÁCITO, 1952. [Grifos nossos]

¹⁸⁹ SHOTTER, David A. C, 1997, p. 17.

¹⁹⁰ WIEDEMANN, T. E. J, 2006, p. 242.

¹⁹¹ Idem, p. 706.

¹⁹² O mesmo Laterano que, posteriormente, irá participar da conspiração de Pisão Cf. Tac. Ann. XI, 36; XIII, 11; XV, 49; XV, 60; XIII, 11; XIII, 32; XV, 49; XV, 53; XV, 60

jovem imperador começa a se distanciar da proteção de sua mãe e a combater alguns de seus aliados mais poderosos, como Palas¹⁹³. O relacionamento entre Nero e sua mãe, portanto, começava a ruir. Para que Agripina perdesse a sua posição de destaque era necessário atacar as bases de sustentação de seu poder pessoal.

Até esse momento podemos perceber que a liderança da *domus Caesaris* estava nas mãos do *princeps* Nero graças, principalmente, aos esforços de sua mãe. Apesar da preocupação expressa pelo historiador latino de que o jovem Nero não teria forças para se manter no governo, o imperador, como membro das famílias Júlia e Cláudia, tinha o apoio do Senado e nenhuma manifestação dos exércitos e da plebe havia surgido como uma possível contestação de seu regime. Além disso, as disputas para liderar a *domus Caesaris* estavam cerradas dentro desse núcleo de poder, ou seja, elas somente são trazidas à luz pelo historiador latino através da demonstração de que outro possível imperador poderia ser retirado da *familia* Júlia ou da Cláudia, como os casos de Britânico, filho de Cláudio, e de M. Júnio Silano, bisneto de Augusto.

Para proteger a liderança do poder, Nero ainda não havia atacado diretamente nenhum concorrente ao trono. Pelo contrário, o que podemos perceber até o momento é que grande parte das ações que garantiram a sua ascensão e a sua permanência no poder foram feitas por sua mãe e por seus aliados. Estes, a exemplo de Burrus e Sêneca, cada vez mais auxiliavam a mãe do imperador em seus planos de eliminar bases importantes de sustentação da candidatura de outro possível imperador dentro da *domus Caesaris*, como os poderosos libertos de Cláudio e os protegidos de Messalina, como alguns senadores (*patres*).

Em suma, essa leitura até o presente momento corrobora com a nossa proposta de pensarmos o principado romano através da noção de que estamos lidando com um período onde é possível observar certa fluidez nas relações sociais próximas ao centro. Esse local era onde os indivíduos possuíam maior limite de atuação graças ao patronato do imperador. Além disso, como também foi possível perceber, o imperador até o momento não se coloca como uma figura importante para a defesa e a manutenção de seu governo. Essas estratégias eram, portanto, feitas por outras pessoas. Esta atitude, apesar de não se constituir como uma justificativa para a substituição, também nos mostra que é necessário criticar o modelo

¹⁹³ Como exposto em Anais, XIII, 2.

que visa a estudar o principado como uma sociedade ordenada unilateralmente pelos poderes do *princeps*. Como vimos, existiam pessoas interessadas na manutenção desse poder, mesmo que este não fosse gerido por elas.

Afirmção e manutenção do poder de Nero: a morte de Britânico e a política de Nero com os senadores.

Ceterum infracta paulatim potentia matris delapso Nerone in amorem libertae, cui vocabulum Acte fuit, simul adsumptis in conscientiam [M.] Otone et Claudio Senecione, adulescentulis decoris, quorum Oto familia consulari, Senecio liberti Caesaris patre genitus.

A influência de sua mãe foi gradualmente enfraquecida, como Nero tinha se apaixonado por uma liberta, de nome Acte, e ao mesmo tempo tinha alistado como cúmplices M. Oto e Claudio Senecião, jovens gloriosos, já que Oto era descendente de uma família consular e Senecião, filho de um pai que havia sido um liberto de César (Tac. *Ann.* XIII, 12, 1) ¹⁹⁴.

Nero, a partir desse ponto da narrativa, começa a se interessar pelos amores de uma liberta. Sua mãe, por sua vez, tenta lembrar ao jovem imperador que isso poderia lhe trazer problemas, pois, através desse relacionamento Nero estaria contraindo adultério com uma descendente de escravos enquanto era casado com a virtuosa matrona Otávia, uma descendente da família Cláudia. Como forma de combater os amores pueris, a atitude tomada por Agripina foi a de canalizar todo o apetite sexual de seu jovem filho para uma relação incestuosa, passando a oferecer o seu quarto e o seu colo como uma alternativa ao adultério com uma escrava (Tac. *Ann.* XIII, 13).

Tácito deixa claro que os planos da mãe do imperador teriam funcionado se não fosse à intervenção de Sêneca e de outros membros da elite que acobertavam o relacionamento entre Nero e Acte e evitavam que o imperador cometesse atos incestuosos com sua mãe. Dentre esses amigos de Nero, podemos observar na passagem citada a presença de M. Sálvio Oto, o futuro imperador e aquele que também irá compartilhar o amor de Popéia Sabina. Além desse homem, Tácito narra que um amigo de Sêneca, chamado Anneu Sereno ¹⁹⁵, que também era utili-

¹⁹⁴ Tradução nossa.

¹⁹⁵ Não temos muitas informações a respeito de Anneu Sereno. No entanto, alguns autores afirmam que ele assumiu a magistratura de prefeito da vigia de Roma (*praefectus vigiliam*), sucedendo Tigelino, quando este foi designado para o pretório. Tudo isso sob o patrocínio de Sêneca Cf. GRIFFIN, Mirian, 1992, p. 88; WARMINGTON, B. H., 1969, p. 19.

zado para despistar as suspeitas do romance do imperador com a liberta, já que fingia ter um relacionamento com Acte.

Agripina, por sua vez, percebendo que seu filho não mais obedecia a seus comandos, passou a ameaçar o jovem mancebo dizendo que “seu filho estava dividindo as posses que eram derivadas de seus esforços” (Tac. *Ann.* XIII, 13, 4), como a própria ascensão de Nero ao poder. Assustado com as ameaças de sua mãe e sabedor daquilo que ela era capaz, Nero começou a projetar um plano para afastar o perigo que era representado pelo seu jovem irmão. As primeiras atitudes do imperador foram relacionadas às tentativas de fazer com que Britânico perdesse prestígio através da humilhação pública, como também através da acusação de algum crime que poderia ser atribuído a ele. No entanto, nada disso funcionou (Tac. *Ann.* XIII, 15).

A alternativa que restou foi a de assassinar seu irmão e eliminar de vez um forte concorrente ao império. Para tanto, Nero recorreu a Júlio Polião, um tribuno da corte pretoriana, que, através do auxílio da famosa preparadora de venenos Locusta, fez com que um fosse ministrado ao jovem Britânico¹⁹⁶. No entanto, como a dose do veneno era fraca, o irmão de Nero não sucumbiu a tal atrocidade. O próximo passo foi o de misturar o veneno em uma vasilha que continha água fria e que seria utilizada por Britânico para esfriar uma bebida muito quente. Realizado esse ato, o jovem irmão de Nero sucumbiu ao veneno (Tac. *Ann.* XIII,16).

Como relata Tácito, apesar desse assassinato ter ocorrido em meio a um banquete não houve nenhuma manifestação por parte dos presentes que evidenciasse o crime, inclusive podemos perceber que é muito marcante o silêncio de Otávia que continuou seu jantar como se nada tivesse acontecido. A única manifestação que é narrada pelo historiador consiste em algo que não podemos comprovar a veracidade, mas, como sabemos, o fato de Tácito narrar os temores internos ao ânimo de Agripina já indicava que a mãe de Nero não poderia fazer mais nada frente ao poder de seu filho, já que não poderia ameaçar a posição de Nero através do apoio a outro concorrente. Além disso, o golpe derradeiro contra o seu poder também era aplicado: Agripina foi afastada do palácio (Tac. *Ann.* XIII,18).

As palavras proferidas pelo imperador durante o funeral de seu irmão também são muito importantes para nossa interpretação, já que evidenciam a pre-

¹⁹⁶ Locusta é a mesma personagem que foi chamada por Agripina para preparar o veneno que matou Cláudio.

ocupação que Nero possuía quanto aos possíveis concorrentes ao trono. Ou seja, segundo Tácito, o imperador afirma

ceterum et sibi amisso fratris auxilio reliquas spes in re publica sitas, et tanto magis fovendum patribus populoque principem, qui unus superesset e familia summum ad fastigium genita.

Que tendo uma vez perdido o auxílio de seu irmão, toda a sua confiança estava agora na República; e por isto com toda a razão se persuadia de que os padres e o povo seriam cada vez mais constantes em amar o seu príncipe, o único que restava da família destinada para o Império (Tac. *Ann.* XIII, 17, 3)¹⁹⁷.

Apesar de Nero indicar que após a morte de Britânico só restaria a todos apoiá-lo, poderemos observar que diversos personagens, como Corbulão, começam a adquirir proeminência e também passam a ser representados como alternativas ao poder de Nero. Nesse sentido, para proteger a *domus Caesaris* de uma possível perda de prestígio, já que havia eliminado alguns membros proeminentes que a compunham, Nero percebeu que se fazia necessário buscar ampliar as bases de sustentação de sua posição política e social. E isto poderia ser feito através da inclusão de outras *domus* sob o seu patrocínio. Assim, com a morte de seu irmão e com o afastamento de sua mãe, o próximo passo do jovem imperador foi o de comprar a lealdade de alguns *patres* proeminentes. Nesse sentido, Nero ofereceu donativos a alguns senadores que passaram a relevar todos os crimes que eram cometidos pelo imperador (Tac. *Ann.* XIII, 18, 1). Contudo, por outra via, o historiador latino relata que Agripina recebia visita de diversos senadores que buscavam agradá-la com o intuito de encontrar em sua pessoa um líder que pudesse aglutinar um grupo social de oposição a Nero (*quasi quaereret ducem et partes*)¹⁹⁸.

Tácito introduz a queda de Agripina em *Anais*, XIII, 19, através de uma frase muito marcante, e que já foi mencionada anteriormente nesse trabalho, mas que resume a necessidade de agrupar em torno de seu patronato importantes personalidades e diversas *domus* proeminentes para que o sucesso de determinado patrono viesse a se consolidar¹⁹⁹. A mãe do imperador agora passava a receber visitas apenas de poucas mulheres ilustres e, mesmo assim, segundo Tácito, não era possível saber se estas o faziam por amor ou por ódio. A partir desse ponto a

¹⁹⁷ Tradução de José Liberato Freire de Carvalho Cf. TÁCITO, 1952.

¹⁹⁸ Tac. *Ann.* XIII, 18, 3.

¹⁹⁹ Tradução de José Liberato Freire de Carvalho Cf. TÁCITO, 1952.

clara contrariedade que seu filho havia dirigido para ela se constituía como uma condição primordial para que perdesse o apoio dos homens proeminentes. Do mesmo modo, podemos perceber que essa divisão que estava acontecendo no interior do núcleo de poder de Nero também seria nociva para seu grupo social dominante.

Com a conseqüente perda do seu prestígio pessoal e sem possuir mais a influência que possuía nos tempos em que Cláudio era o imperador, Agripina passa a enfrentar acusações sobre a sua participação em uma possível conspiração contra o imperador. A sua acusadora, Júnia Silana, era uma antiga amiga de Agripina e que fora casada com Caio Sílio, cônsul em 47 e um dos antigos amantes de Messalina²⁰⁰. Segundo Tácito, o motivo da tal acusação era o fato de que Agripina teria convencido um jovem proeminente, Sexto Africano, a não se casar com a viúva Silana, acusando-a de imoral e de muito velha. De qualquer maneira, o motivo da acusação pareceu convencer o imperador. A ideia era que Agripina estava almejando retornar ao supremo poder de Roma. Como não podia mais contar com seu filho e nem com Britânico, o plano era o de se casar com um homem proeminente, de nome Rubélio Plauto, que também era descendente de Augusto, com o intuito de se tornar novamente a mulher de um imperador²⁰¹.

Delatada a conspiração por um histrião chamado Páris, Nero prontamente se atemorizou com a possível conjuração e ordenou que sua mãe e Burrus, que ainda era considerado pelo imperador como uma das criaturas de Agripina, viessem em sua presença para que ele pudesse condená-los à morte. No entanto, através da intermediação de Sêneca, que acalmou o ânimo do jovem príncipe, Burrus e Agripina puderam se defender das acusações e foram perdoados (Tac. *Ann.* XIII, 20, 2- 3). Os acusadores, por sua vez, foram condenados por proferirem falsas acusações e, além disso, a mãe do imperador conseguiu que alguns dos seus amigos mais próximos fossem recompensados por Nero. Dentre os protegidos de Agripina que foram recompensados por Nero podemos observar Fênio Rufus, que assumiu a prefeitura da *anona*, e Tibério Cláudio Balbílio, que recebeu a prefeitura

²⁰⁰ Caio Sílio foi Cônsul em 47 e amante de Messalina Cf. Tac. *Ann.* XI, 5; XI, 6; XI, 12; XI, 26; XI, 29; XI, 30; XI, 31; XI, 32; XI, 34; XI, 35

²⁰¹ Sua mãe era neta de Tibério, filho adotivo de Augusto e seu pai foi um homem muito proeminente na corte de Tibério (Tac. *Ann.* III, 23; III, 51; III, 29; VI, 27; VI, 45). Sobre Rubélio Plauto Cf. Tac. *Ann.* XIII, 19; XIII, 20; XIII, 21; XIII, 22; XIV, 22; XIV, 57; XIV, 58; XIV, 59. Além das informações que encontramos nos Anais podemos retirar algumas informações sobre esse personagem em SHOTTER, David A. C. Nero, 1969.

ra do Egito em 55 ²⁰². Já, dentre os acusados, Júlia Silana foi desterrada, seus libertos Calvício e Itúrio foram relegados, Antímeto foi condenado à morte e Páris, que era um dos ministros dos prazeres do príncipe, escapou ileso de todas essas condenações. Quanto a Plauto, nenhuma acusação ou condenação foi derogada (Tac. *Ann.* XIII, 22).

Posteriormente, em *Anais*, XIII, 23, podemos observar que as acusações concernentes à formação de grupos de oposição que visavam substituir Nero no poder imperial romano voltam a assombrar a vida do jovem imperador. Peto, um acusador muito famoso pelas arrematações que fazia dos bens dos condenados, foi à presença do imperador e delatou o envolvimento de Palas e Burrus em uma empreitada que visava transmitir o império a Cornélio Sula, que havia sido cônsul em 52 e era marido de outra filha de Cláudio, Élia Petina. Burrus, que apesar de ser um dos indiciados, também participou do julgamento deste caso na condição de júri, deixando bem claro que os poderes daqueles homens mais válidos ao imperador eram maiores do que até mesmo as acusações de conspiração. Dessa maneira, o resultado não poderia ser diferente e, assim, acusador foi desterrado.

Após essas acusações, no ano de 57 a narrativa de Tácito passa a privilegiar as relações entre Nero e os senadores (Tac. *Ann.* XIII, 30-34). Nesse contexto, podemos observar as denúncias contra Vipsano Lenas, governador da Sardenha, que foi acusado de extorsão; contra Céstio Próculo, que foi absolvido do crime de peculato (Tac. *Ann.* XIII, 30); relativas ainda a Públio Céler, que foi a júri por crimes de peculato, mas acabou absolvido por ter participado como cúmplice de Nero na condenação de M. Júnio Silano (Tac. *Ann.* XIII, 33), e também o caso do senador Éprio Marcelo, acusado pelos Lícios de crime de concussão e perdoado por Nero (Tac. *Ann.* XIII, 33)²⁰³. Somado a isso, Nero reintegrou na ordem senatorial Lúcio Varo, que havia sido condenado por peculato (Tac. *Ann.* XIII, 32). Através dessas ações empreendidas pelo imperador, podemos perceber cla-

²⁰² Fênio Rufo posteriormente irá assumir o cargo de Burrus no pretório (em 62) e também irá participar da conspiração de Pisão Cf. Tac. *Ann.* XIII, 22; XIV, 51; XIV, 57; XV, 50; XV, 53; XV, 58; XV, 61; XV, 66; XV, 68. Já, sobre Tibério Cláudio Balbílio não podemos obter maiores informações em outras passagens dos Anais, no entanto, B. H. Warmington afirma que este indivíduo assumiu a prefeitura do Egito (55-59) graças ao patrocínio de Agripina Cf. WARMINGTON, B. H, 1969.

²⁰³ Públio Céler foi um equestre e procurador de Nero na Ásia Cf. Tac. *Ann.* XIII, 1; XIII, 33. Éprio Marcelo é reconhecido por Tácito como um acusador notório, participa dos processos contra Júlio Silano, de quem acabaria por herdar seu cargo. Participa também dos processos contra Tra-séia Peto Cf. Tac. *Ann.* XII, 4; XIII, 33; XVI, 22; XVI, 26; XVI, 28; XVI, 29; XVI, 33.

ramente o favorecimento dado aos senadores que advinham de famílias tradicionais da *respublica* ou àqueles que eram intimamente relacionados com a casa de Nero. Em alguns casos, como o de Éprio Marcelo, o favorecido retorna à narrativa de Tácito para ajudar a causa daquele que o havia favorecido, e que agora estava empenhado em derrubar a oposição que encontrava em Traséia Peto.

O resultado desse grande auxílio dado por Nero aos senadores foi retribuído nas comemorações da vitória dos romanos sobre os Partas. Tácito relata, em tom bastante indignado, que os *patres* decretaram inúmeras ações de graça e contínuos consulados ao *princeps*, oferecendo tantas comemorações à vitória de Nero, que chegaram a ser consideradas por C. Cássio como excessivas e que atrapalhavam os negócios da cidade (Tac. *Ann.* XIII, 41)²⁰⁴.

Em *Anais* XIII, 42, podemos observar que Tácito relata um caso muito sintomático para nossa discussão. O contexto em questão pode ser resumido em uma desavença entre Sêneca, o tutor de Nero, e um orador, de nome P. Suílio. Este fora muito influente na corte de Cláudio, inclusive participando de muitas acusações contra os inimigos de Messalina. Agora, estava sendo julgado de advogar por dinheiro²⁰⁵. No entanto, a justificativa que o acusado dava para as desavenças com Sêneca era a de que o filósofo sempre havia se manifestado contrário aos amigos de Cláudio, o que inclusive explicava as causas que levaram ao seu exílio. Sob Nero, Sêneca era um homem mais influente do que Suílio, e como tal o considerava um inimigo político que deveria ser derrubado.

Tácito, referindo-se a esse contexto diz:

is fuit Publius Suillius, imperitante Claudio terribilis ac venalis et mutatione temporum non quantum inimici cuperent de- Ele era Públio Suílio, terrível e venal durante o reinado de Cláudio, mas que com a mudança dos tempos se encontrava abati-

²⁰⁴ Sobre C. Cássio podemos afirmar que a sua primeira aparição nos *Anais* é como Governador da Síria durante o governo de Cláudio. Exerceu também cargos importantes como o de designado para reconstruir o Puteoli, que havia sido destruída por um terremoto, também participou das discussões sobre o assassinato de Pedânio Secundo, inclusive defendendo a proposta mais rigorosa que seria aplicada aos escravos condenados. Além disso, também foi proibido por Nero de assistir o funeral de Popéia Sabina, já que sempre se manifestava contrário aos atos do imperador, que, por fim, ordenou o seu desterro para a ilha de Sardenha, onde permaneceu até ser restituído por Vespasiano. Sobre a sua ascendência familiar podemos afirmar que era descendente de C. Cássio, um dos assassinos de Júlio César Cf. Tac. *Ann.* XII, 11; XII, 12; XIII, 41; XIII, 48; XIV, 41; XIV, 45; XV, 52; XVI, 7; XVI, 9.

²⁰⁵ P. Suílio Rufo foi um homem muito influente na corte de Tibério por possuir amizade com Germânico. Posteriormente participa como instrumento de Messalina na acusação contra Valério Asiático e Popeia Maior. A sua participação em muitas acusações renderam-lhe a fama de orador eminentemente terrível e venal Cf. Tac. *Ann.* IV, 31; XI, 1; XI, 2; XI, 4; XI, 5; XI, 6; XIII, 42; XIII, 43.

missus quique se nocentem videri quam supplicem mallet. do, não como seus inimigos desejavam, preferindo ser visto como um culpado a suplicante (Tac. *Ann.* XIII, 42, 1)²⁰⁶.

Nesse sentido, podemos observar um senador que possuía grandes poderes que foram adquiridos em governos passados, só que agora se manifestava como contrário ao grupo que possuía influência política dentro da corte neroniana. Com efeito, muitos membros da elite romana participaram do julgamento contra Suílio, mas na condição de apoiadores de Sêneca, inclusive acusando o réu de outros crimes, como o de utilizar o dinheiro público de maneira indevida. Assim, Suílio também foi acusado de crimes que aconteceram em outros governos, e que foram cometidos contra os familiares e amigos das pessoas que, na atual conjuntura, tinham a influência necessária para banir esse político da vida pública.

De qualquer forma, podemos perceber que o réu também foi acusado de forçar Q. Pompônio a tentar realizar outra guerra civil, além de causar as mortes de Júlia Livilla, filha de Germânico, como também as de Sabina Popéia, Valério Asiático, Lúcio Saturnino e de Cornélio Lupo. Além do pedido, por parte de alguns senadores, de que todas as crueldades cometidas durante o governo de Cláudio fossem atribuídas a ele²⁰⁷. O resultado não poderia ser outro, Suílio foi exilado, enquanto um dos seus familiares, seu filho M. Suílio Nerulino, foi acusado de crimes de concussão. Ele, porém, foi perdoado por Nero que considerava suficiente a vingança que havia sido imposta ao seu pai (Tac. *Ann.* XIII, 43)²⁰⁸.

“Não menos notória neste ano foi a lascívia que marcou o início de grandes calamidades para o Estado” (Tac. *Ann.* XIII, 45, 1)²⁰⁹. É assim que Tácito introduz a primeira aparição da futura mulher de Nero, Popéia Sabina. A partir desse momento, fica evidente na narrativa taciteana o emprego de um exercício retórico que ilustra a relação que outros membros da *domus Caesaris* poderiam possuir para a construção da imagem do governante. Nero, como um imperador voltado aos vícios, começava a se envolver com as principais influências negativas (em

²⁰⁶ Tradução nossa.

²⁰⁷ Júlia Livilla é a mesma que foi acusada de adultério com Sêneca. Sobre Sabina Popéia podemos mencionar que era a mãe da futura esposa de Nero Cf. Tac. *Ann.* XI, 1; XI, 2; XI, 4. Valério Asiático foi cônsul suplente em 35, e cônsul romano em 46. Possível amante de Popéia Maior, Asiático também participa da conspiração de derrubou Calígula Cf. Tac. *Ann.* XI, 1; XI, 2; XI, 3; XI, 4.

²⁰⁸ M. Suílio Nerulino foi Cônsul em 50 e era irmão de Suílio Cesoniano Cf. Tac. *Ann.* XII, 25; XIII, 43

²⁰⁹ “Non minus insignis eo Anno impudicitia magnorum rei publicae malorum initium fecit”. Tradução de José Liberato Freire de Carvalho Cf. TÁCITO, 1952.

uma acepção moral) que ocupariam cargos e funções importantes dentro de seu governo.

No entanto, nosso interesse nessa personagem, Popéia Sabina, reside no processo pelo qual ela se aproximou dos círculos mais íntimos do imperador, a tal ponto de se tornar a próxima esposa de Nero, em detrimento de Otávia, a filha legítima da *gens* Cláudia. No relato do historiador latino, o processo de aproximação entre Popéia Sabina e o imperador Nero se inicia em *Anais*, XIII, 45, através do seu casamento com Oto, o futuro imperador. A explicação para esse fato é que Oto desejava possuir uma maior aproximação com os círculos mais íntimos do imperador. Como era sabedor dos vícios e da tendência lasciva que guiava a vida Nero, o futuro imperador decidiu casar-se com Popéia Sabina, uma mulher muito lasciva, com o intuito de que o imperador pudesse um dia se interessar por sua esposa e, através de uma sociedade de cunho sexual, compartilhasse do patronato e da proteção de *princeps*. Segundo Tácito

Oto sive amore incautus laudare formam elegantiamque uxoris apud principem, sive ut accenderet ac, si eadem femina potirentur, id quoque vinculum potentiam ei adiceret. saepe auditus est consurgens e convivio Caesaris seque ire ad illam, sibi concessam dictitans nobilitatem pulchritudinem, vota omnium et gaudia felicitum

Oto louvava a boa aparência e elegância de sua esposa na presença do *princeps*, ou porque estava sendo imprudente através do amor ou para que ele pudesse inflamar os desejos do príncipe e, se ambos possuíam a mesma mulher, isso também poderia acrescentar a ele um vínculo de poder. Muitas vezes, em jantares promovidos pelo César, foi ouvido dizendo que iria a ela, que para ele tinham sido concedidas a nobreza e beleza, desejo de todos e a alegria dos afortunados (Tac. *Ann.* XIII, 46, 1)²¹⁰.

Todavia, o plano de Oto não funcionou da maneira que ele esperava. Nero realmente se apaixonou por Popéia e começou a planejar um meio de se livrar do atual marido e de se casar com a lasciva mulher. O imperador, então, incumbiu Oto do cargo de governador da Lusitânia, um lugar bem distante da capital. No entanto, apesar das frustrações da parte de Oto, podemos perceber que Tácito indica que também era desejo de Popéia se aproximar de Nero. O historiador narra que ela se aproximou de Oto com o intuito de fazer parte dos círculos mais íntimos de Nero e, assim, atrair para si os desejos do imperador.

Neste mesmo ano, podemos observar uma passagem muito interessante dos *Anais* em que dois generais de nomes L. Antístio Vetus e A. Paulino Pompei-

²¹⁰ Tradução nossa.

o, que cuidavam da região da Germânia, percebendo que seus soldados estavam ociosos devido à falta de batalhas, decidiram ocupar seus afazeres com a realização de um projeto bem ambicioso. Eles tramavam terminar a construção de um canal que havia sido começada por Druso e que daria muitas glórias aos seus arquitetos, pois os exércitos romanos poderiam economizar dias de viagem e muita fadiga, isso se os exércitos atravessassem parte do território europeu através de embarcações e não através de longas marchas. No entanto, apesar dessa excelente ideia, estes dois generais foram dissuadidos com um entendimento muito singular que foi apresentado por Élio Gracilis, um legado romano na Bélgica (Tac. *Ann.* XIII, 53).

O entendimento de Gracilis era que a realização dessa obra seria um feito tão grande que o próprio imperador passaria a olhar com desconfiança aqueles merecedores de tão grande mérito, que poderiam até ser considerados como possíveis concorrentes ao poder imperial e, portanto, seriam considerados como alvos da mesma política de extermínio que estava sendo aplicada aos dissidentes. As grandes ações, nesse sentido, poderiam se constituir como uma forma de adquirir proeminência dentro de determinado grupo político, como também poderiam fomentar a formação de alternativas ao poder vigente. Ou seja, o fato de promover grandes realizações também poderia ser nocivo e indicar que o autor de tais ações se colocaria em uma posição de liderança em um possível grupo de oposição.

O ano de 59 é marcado pelo início da narrativa do décimo quarto livro dos *Anais*. Este livro começa a narrar um imperador que se afasta das pessoas virtuosas, que compreendiam a base de seu governo, e passa a se voltar para as pessoas viciosas, como a sua futura esposa Popéia Sabina. No entanto, como afirma Tácito, esse processo que estava sendo almejado por Nero não era uma tarefa simples a ser cumprida. O já não tão jovem imperador, que havia adquirido alguma experiência de governo, começava a ser construído como um *princeps* independente das ações de sua mãe e que procurava se distanciar das antigas bases de sustentação de seu governo. Agripina, por sua vez, é descrita por Tácito como uma mulher que tenta reconquistar a sua vasta autoridade sobre os demais membros da *respublica*, só que o faz através das mesmas estratégias que envolviam sexo e carícias, e que sempre foram utilizadas por ela, seja com seu tio, com o liberto Palas e até mesmo com seu próprio filho. No entanto, podemos perceber através da narrativa taciteana que o incesto só não aconteceu por causa dos cuida-

dos de Sêneca que, vendo o estado que se encontrava o excitado imperador e a sua lasciva mãe, coibiu que esses atos continuassem a ser praticados (Tac. *Ann.* XIV, 2).

A partir desse momento, Nero passa a evitar encontros com a mãe e também, como se encontrava temeroso com o poder de Agripina, começa a planejar uma maneira eficaz para que pudesse cometer o matricídio. Nesse processo, segundo Tácito, a única dúvida que restava na mente do imperador era se deveria assassinar a sua mãe através do uso de veneno ou de ferro. Todavia, como Nero também temia a recepção da notícia do matricídio por parte do povo e dos senadores, e sabendo que esse crime poderia colocar em risco o seu governo e a sua vida, decidiu eliminar sua mãe através de uma artimanha que não poderia ser entendida como um assassinato. A solução encontrada foi a de construir um barco que seria facilmente destruído por um estratagema enquanto sua mãe se encontrava a bordo para um passeio (Tac. *Ann.* XIV, 3- 6). Para tanto, Nero deixou a realização desses planos audaciosos a cargo de um liberto, Aniceto, que era o comandante da esquadra de Miseno²¹¹.

Deflagrada a artimanha, o navio sucumbiu conforme o planejado e seus tripulantes se precipitaram em um perigoso naufrágio. Contudo, apesar dos perigos encontrados na região de Baías, Agripina conseguiu se salvar e nadou até encontrar terra firme. Ao perceber que estava salva, Agripina correu até a sua casa e mandou avisar seu filho que estava bem, e que havia sobrevivido ao ocorrido. Nero, temendo que sua mãe já estivesse planejando vingança, e aconselhado por Sêneca e por Burrus, que afirmavam que o imperador ou sua mãe deveriam perecer, decide chamar Aniceto e ordena que o comandante da esquadra termine o serviço que havia prometido. O liberto então se dirige à casa de Agripina com dois soldados e assassina a mãe do imperador.

No entanto, o grande problema da morte de Agripina poderia aparecer após a notícia ter chegado aos ouvidos dos senadores. Nesse sentido, Burrus, que estava ciente dos anseios de Nero, decidiu enviar bajuladores que louvavam o imperador e vituperavam as atitudes de sua mãe, afirmando que ela era um mal que havia sido extraído da *respublica*. Com efeito, o imperador, aproveitando-se

²¹¹ Aniceto também foi o assassino de Agripina e também ajudou Nero no processo e divórcio com Octávia através da sua declaração que havia cometido adultério com a mulher do imperador Cf. Tac. *Ann.* XIV, 3; XIV, 7; XIV, 8; XIV, 62.

da comoção geral, decidiu atribuir outros crimes a sua mãe para justificar o seu assassinato (Tac. *Ann.* XIV, 11, 1).

Além disso, o imperador também procurou restaurar todos aqueles que haviam sido perseguidos ou que haviam sofrido com as artimanhas de Agripina. Para tanto, restituiu Júnia Calvina e Calpúrnia às suas casas, e ordenou o fim do exílio de dois antigos pretores, Valério Cápiton e Licínio Gábolos, que foram banidos por Agripina²¹². Além disso, perdoou os libertos Itúrio e Calvício, que foram acusados de conspirar contra Nero, e ordenou que as cinzas de Lólia Paulina, que havia falecido no exterior, fossem depositadas em Roma (Tac. *Ann.* XIV, 12)²¹³.

O assassinato de Pedânio Secundo e o divórcio de Nero: como integrar os setores subalternos à ordem?

Para além do fato de nos parecer importante atentar para as disputas no interior das elites, interrogando-se sobre o alcance de uma ordem unipolar centrada no imperador como suficiente para explicar esta sociedade romana alto imperial, cremos que cumpre destacar também que nas últimas décadas o campo da historiografia vem observando o grande crescimento dos estudos derivados de uma nova concepção de História Social, que estaria interessada na “história dos marginais”²¹⁴. Grande parte dessas contribuições, derivadas dos movimentos populares pós-década de 1970, apoiaram-se no estudo dos “setores subalternos” que podem ser observados através de uma intensa atuação social e política, mesmo sendo pouco aparente nas fontes, principalmente se falarmos em termos de Alto Império Romano.

Com efeito, nos últimos anos a historiografia brasileira sobre o mundo antigo vem contribuindo para essa releitura, principalmente sobre o entendimento da sociedade em termos da relação entre o *princeps* e os membros da aristocracia senatorial e equestre romana. Dessa maneira, um dos desafios foi o de tecer alternativas de análise que visam a incluir o estudo de outras políticas de organização

²¹² Júnia Calvina foi irmã de Júnio Silano e exilada através da acusação de incesto Cf. Tac. *Ann.* XII, 8. Calpúrnia foi perseguida por Agripina por ter tido a sua formosura elogiada por Nero Cf. Tac. *Ann.* XII, 22. Sobre Valério Cápiton e Licínio Gábolos, não temos outras informações que podemos extrair dos “Anais”.

²¹³ Uma das pretendentes ao casamento com o imperador Cláudio Cf. Tac. *Ann.* XII, 1; XII, 2; XII, 22; XIV, 12.

²¹⁴ SILVA, Gilvan Ventura da, 2009, p. 16.

social que também devem privilegiar o estudo da atuação dos setores subalternos no corpo social²¹⁵. Segundo Gilvan Ventura da Silva,

À medida em que a sociedade é composta por hierarquias fundamentadas numa distribuição desigual de recursos econômicos, jurídico-coercitivos e/ou simbólicos, disso resulta que sempre haverá, no âmbito de qualquer instituição, grupo ou comunidade, separações, distinções e clivagens entre os indivíduos. Em face disso, a exclusão se torna uma importante ferramenta da assim denominada categorização, ou seja, de classificação do corpo social em categorias, inclusive com referência a critérios de ordem biológica.²¹⁶

Assim, podemos atentar para uma passagem dos *Anais*, de Tácito, em que Nero é chamado à presença do Senado para discutir as medidas punitivas que seriam aplicadas após o assassinato do prefeito de Roma Pedânio Secundo por um dos seus escravos (Tac. *Ann.* XIV, 52). Apesar de não ser o intuito principal de Tácito descrever os setores subalternos, o autor deixa transparecer a atuação desses setores quando oferece ao leitor a manifestação da população contra a decisão do *princeps* Nero de matar os quatrocentos escravos da residência de Pedânio Secundo. Mas, talvez, a preocupação mais interessante é manifestada pelos senadores no âmbito do debate. Essa preocupação é dada como medo, um medo que somente poderia ser mitigado através da coerção - “como poderemos reprimir esta numerosa mistura de gentes, se não for por estímulos do medo?” (Tac. *Ann.* XIV, 44)²¹⁷.

O contexto do assassinato de Pedânio Secundo, prefeito de Roma, é muito ilustrativo para nossa discussão tendo em vista que apresenta de uma maneira muito intensa a necessidade de incorporar políticas de ordenação dos escravos em Roma. No entanto, para entendermos esse contexto, retornaremos alguns capítulos dos *Anais*. Em *Anais* XIII, 32, 1 podemos perceber que Nero aprova a decisão do Senado, que visava à segurança das *familiae* aristocráticas de Roma, através da aplicação da pena capital para todos os escravos que coabitassem com um senhor (*dominus*) que fosse assassinado. Ou seja, a lógica era simples, todos os escravos deveriam vigiar uns aos outros constantemente para evitar a perda do seu senhor. Caso isso acontecesse, todos enfrentariam o martírio. Dessa maneira, esse fato gerou grande interesse na população romana, visto que a aplicação da lei para tal

²¹⁵ OMENA, Luciana Munhoz de, 2009, p. 25.

²¹⁶ SILVA, Gilvan Ventura da, 2009, p. 22.

²¹⁷ Tradução de José Liberato Freire de Carvalho Cf. TÁCITO, 1952.

crime levaria ao suplício todos os escravos da casa do falecido prefeito da cidade de Roma que, neste caso, compreendia um total de 400 escravos. No entanto, os acontecimentos decorrentes da morte de Pedânio não foram facilmente resolvidos com a aplicação da lei, e o debate entre os Senadores ilustra muito bem essa dificuldade²¹⁸.

Tácito descreve que dentro do senado existiam diferentes pareceres a respeito daquilo que estava sendo deliberado pelos *patres*: uns que se opunham à aplicação de uma lei tão severa e, em maior número, aqueles que defendiam a aplicação total da pena. Ao analisarmos as discussões entre os senadores podemos observar que o historiador latino expõe, basicamente, dois argumentos distintos: um manifestado pelo Senador C. Cássio, que defendia a aplicação da lei, e por Cigônio Varro, que propôs a extensão da lei para ser aplicada aos libertos de Secundo²¹⁹. Segundo Tácito, C. Cássio manifestou a seguinte preocupação:

suspecta maioribus nostris fuerunt ingenia servorum, etiam cum in agris aut domibus i[s]dem nascerentur caritatemque dominorum statim acciperent. postquam vero nationes in familiis habemus, quibus diversi ritus, externa sacra aut nulla sunt, conluviem istam non nisi metu coercueris. at quidam insontes peribunt. nam et ex fuso exercitu cum decimus quisque fusti feritur, etiam strenui sortiuntur. habet aliquid ex iniquo omne magnum exemplum, quod contra singulos utilitate publica rependitur.

Nossos ancestrais eram suspeitos dos instintos dos escravos, mesmo quando os mesmos nasceram nas propriedades ou nas suas casas e imediatamente conceberam uma afeição por seus donos. Mas, agora que temos em nossas famílias nações inteiras cujos ritos são diferentes, ou estranhos, ou até mesmo inexistentes, somente o medo poderá servir de coerção para esse entulho. "Mas alguns inocentes morrerão"? Sim, mas quando um exército é derrotado e um décimo é castigado, os valorosos também o são por sorteio. Cada grande exemplo tem algum elemento de injustiça, contra os indivíduos, que é equilibrada pela utilidade pública (Tac. *Ann.* XLIV, 4)

²²⁰

Nesse sentido, o senador demonstra que um dos modelos de controle dessa população escrava dentro das *domus* aristocráticas romanas deveria ser através da coersão e do medo. Quando esse modelo sofria algum tipo de afronta, como o assassinato do *dominus*, esse medo passava a assolar o espírito dos

²¹⁸ Segundo Fábio Duarte Joly, refletindo sobre esse episódio, "a conclusão que se impõe é que há uma comparação implícita entre uma conspiração política e a morte de um magistrado por seu escravo, com Tácito sugerindo que um atentado à vida do prefeito de Roma, de quem dependia o controle da população escrava (Cf. Tac. *Ann.* VI, II), significava a possibilidade de promoção de um estado de instabilidade pública" Cf. JOLY, Fábio Duarte, 2004, p. 90.

²¹⁹ C. Cássio foi o mesmo que em Anais, XIII, 41 se manifesta contrário a bajulação dos Senadores a Nero. Já Cigônio Varro somente aparece nesta passagem.

²²⁰ Tradução nossa.

aristocratas, já que eles possuíam em suas *domus* uma quantidade expressiva de escravos. Uma revolta, portanto, poderia fomentar novas sedições e tentativas de sublevar a ordem vigente. Assim, um problema privado, que era o assassinato de um senhor por seu escravo, passava a ser uma questão de utilidade pública (*utilitas publica*). Ou seja, a necessidade de preservação da ordem era superior a qualquer interesse particular, inclusive justificando a intervenção do Estado em uma *domus* particular. No entanto, Tácito também menciona que enquanto os senadores deliberavam essas questões, a população se revoltou contra a aplicação de qualquer sentença aos escravos de Pedânio, apelando para a justificativa de que muitos dos possíveis condenados, além de não possuírem nenhuma participação no assassinato, eram ligados através de laços familiares ou sociais com muitas pessoas que habitavam fora da *domus* do prefeito assassinado. A preocupação com a mobilização popular foi tão grande que o próprio imperador proclamou um edito para garantir a aplicação da lei, mobilizando muitos dos soldados disponíveis para garantir o cumprimento da ordem²²¹.

Neste momento, um senador, Cingônio Varrão, propõe que os libertos de Secundo, cuja função deveria ser a de proteger seu *patronus*, também deveriam ser punidos pelo crime que foi cometido, só que pagando através do exílio. Imediatamente o imperador Nero se opõe a esta proposta, determinando que nada se retirasse ou acrescentasse da pena. Dessa maneira podemos observar duas atitudes distintas de Nero. Se por um lado a ação do imperador ocorre no sentido de legitimar e fazer aplicar a decisão tomada pelos senadores, nota-se, uma vez mais, que a preocupação decorrente das manifestações da população fazia com que o imperador limitasse as decisões.

Com efeito, podemos perceber que Nero preferiu cumprir aquilo que era dado como lei e não provocar maiores manifestações populares (Tac. *Ann.* XIV, 45, 2). Ainda sobre a influência dos setores subalternos na “ordem imperial” não podemos deixar de citar uma passagem no contexto do divórcio do imperador Nero e de sua primeira esposa Otávia. Nessa trama, a população saiu às ruas em direção ao capitólio carregando as estátuas da antiga esposa e destruindo as de Popéia, a nova pretendente. Segundo Tácito, o imperador e Popéia estavam temerosos devido ao “grande risco que estivera por causa dos clientes e escravos de

²²¹ SCHIAVONNE, Aldo, 2005, p 161.

Otávia, que debaixo do nome do povo cometeram em plena paz atentados, apenas praticáveis em guerras civis. E também contra ele príncipe, aquelas mesmas armas se tinham dirigido, e só faltava um chefe, que facilmente aparece logo que tais comoções principiam” (Tac. *Ann.* XIV, 61, 4) ²²². É essa preocupação que Tácito demonstra de que se fazia necessário uma política para incluir e controlar os setores subalternos, pois eles faziam parte desse jogo social e poderiam ser utilizados para modificar a ordem. Portanto, podemos perceber que em Tácito é possível destacar uma visão muito mais complexa dos setores subalternos do que aquela visão, calcada na submissão, pacificação e diversão, assumida por boa parte da historiografia tradicional ²²³.

Nesse contexto, também fica clara a disputa interna à *domus Caesaris*. Nero, ao repudiar Otávia e expor a públicas desgraças uma mulher muito digna, sofreu com as ameaças que poderiam levar a uma coalizão das diversas *domus* aliadas à causa de Otávia. Isto representaria uma séria ameaça ao poder imperial, uma vez que como lembra Tácito, para que tal divisão interna a sua casa se transformasse em conspiração, bastava que surgisse um novo imperador. Portanto, Tácito nos mostra nessa passagem que existia uma rede de relações que partia de dentro da *domus Caesaris* e que já visava à substituição desse poder imperial. Porém, carecia do surgimento de um chefe que, segundo o historiador, “facilmente aparece logo que tais comoções principiam” (Tac. *Ann.* XIV, 61, 4).

O jogo político nessa passagem é o seguinte: as atitudes do imperador e a bajulação desenfreada do Senado faziam com que Nero confiasse na obtenção de um novo consenso mesmo repudiando sua esposa sem qualquer razão digna. No entanto, há uma reação que leva à contestação do consenso que seria a base do poder imperial. Mas, para a constituição de um novo consenso era necessária a articulação das *domus* contrárias ao poder imperial (*factio*) na busca de modificar essa “ordem imperial” e constituir uma “nova ordem”. Os conflitos internos à *do-*

²²² sed vitam ipsam in extremum adductam a clientelis et servitiis Octaviae, quae plebis sibi nomen indiderint, ea in pace ausi, quae vix bello evenirent. arma illa adversus principem sumpta; ducem tantum defuisse, qui motis rebus facile reperiretur: Tradução de José Liberato Freire de Carvalho Cf. TÁCITO, 1952.

²²³ A historiadora Luciana Munhoz de Omena resume esse debate em um capítulo intitulado “A construção dos agentes subalternos pela historiografia contemporânea”, onde critica uma perspectiva historiográfica influente, representada por Paul Veyne (*Le pain et le cirque: sociologie historique d’un pluralisme politique*), segundo a qual os setores subalternos seriam manipulados pelo panis et circensis (pão e circo), marcados pela passividade, a não intervenção nas relações políticas e preocupada com as doações e os divertimentos Cf. OMENA, Luciana Munhoz de, 2009, p. 23.

mus Caesaris e a presença de uma *domus* senatorial com um brilho semelhante à do Imperador poderia conturbar a ordem vigente e colocar em risco o próprio poder do imperador. Isto pode ocorrer tanto pela elevação de uma casa senatorial quanto pelo enfraquecimento da casa imperial. O episódio de Otávia é esclarecedor neste sentido ao mostrar que a crise da casa imperial não necessariamente leva à sua queda. É necessário que outra casa se apresente para suplantá-la.

A conspiração de Pisão e a queda de Nero

“*Ergo dum scelera principis, et finem adesse imperio diligendumque, qui fessis rebus succurreret*” (Tac. *Ann.* XV, 50, 1). É assim que Tácito, em uma passagem dos *Anais*, situada no contexto da conspiração pisoniana, introduz a discussão entre os conspiradores que apoiavam a causa do Senador Caio Pisão. Essa asserção de Tácito, traduzida para o português como um debate acerca “das maldades do príncipe, sobre a total decadência do Império, e o quanto se fazia preciso eleger outro chefe que salvasse o Estado”, relata o momento de tensão que as elites senatorial e equestre perpassavam e as estratégias que pretendiam adotar, através da elevação da *domus* de um dos conspiradores à condição de *domus Caesaris*.

Delatada essa conspiração ocorrida no ano de 65, inúmeras sentenças foram proclamadas, dentre elas, por exemplo, as de Pláucio Laterano e Súbrio Flávio (Tac. *Ann.* XV, 47), que foram decapitados; e a de Sêneca (Tac. *Ann.* XV, 60 – 65), constrangido ao suicídio. Morreram ainda Sulpício Ásper e Fênio Rufo (Tácito, *Anais* XV, 48); Vestino (Tac. *Ann.* XV, 49); Aneu Lucano, Senecião, Quinciano, Cevino (Tac. *Ann.* XV, 70), Petrônio (Tac. *Ann.* XVI, 19); além de muitos centuriões (Tac. *Ann.* XV, 48) e de Aniceto, o comandante da esquadra de Miseno e o mesmo que havia se encarregado do assassinato de Agripina. Quanto a Pisão, este senador abriu as veias antes mesmo de ter sido constrangido por Nero (Tac. *Ann.* XV, 59). Houve um total de dezenove mortos e treze exilados²²⁴.

Durante a conspiração pisoniana, podemos atentar para a aliança de determinadas casas senatoriais para com a casa de Pisão, no intuito de substituir a

²²⁴ Dentre os conjurados podemos dar atenção especial ao caso de L. Júnio Silano Torquato, um homem de família muito proeminente e que também era cotado para substituir Nero como imperador. Sobre esse personagem, podemos afirmar que fora filho de M. Silano, cônsul em 46, e também era sobrinho de D. Silano Torquato, descendente direto de Augusto Cf. *Anais*, XV, 52; XVI, 7; XVI, 8; XVI, 9.

domus Caesaris (sob a tutela de Nero) por outra casa com maior prestígio. Esse fato pode ser explicado pela decorrente perda de apoio e prestígio do imperador, graças ao afastamento de Agripina *minor* do poder, a decorrente eliminação de importantes clientes que compunham a sua *domus*, à morte de Burrus e o afastamento de Sêneca do poder. A casa imperial havia perdido bases importantes de sua sustentação.

Para evitar que toda a *domus* de Pisão e de outros importantes senadores que foram mortos na conspiração fossem destruídas pela fúria do imperador, seus membros enfeitavam suas casas com louros e davam graças ao imperador que não havia sucumbido a tal atrocidade (Tácio, *Anais*, XV, 71) Contudo, cabe ressaltar a hipocrisia e a ironia de tal ato, visto que eles louvavam a vida de imperador para não sofrerem dos mesmos castigos que seus familiares e assim garantirem a sobrevivência de seus familiares.

Como podemos perceber, as *domus* que compunham o Império poderiam possuir um grande poder político, quando aliadas a outras *domus*. Contudo, é importante frisar que, segundo observamos na narrativa taciteana, essas *domus* podiam se articular independente do poder imperial, muitas vezes podendo enfrentar esse poder no intuito de substituí-lo. Essa articulação independente do poder imperial gerava um sistema de competição entre as *domus* que compunham a *respublica*, incluindo a *domus Caesaris*. Essa competição por honrarias e prestígio criava a necessidade de a *domus* mais importante do Império (*domus Caesaris*) criar estratégias de manutenção desse núcleo de poder, ou seja, a constante necessidade de afirmar seu poder frente aos outros núcleos de poder que se formavam.

Assim, como pudemos perceber, a necessidade de reafirmar o poder da *domus Caesaris* frente às outras *domus*, como a de Pisão, era uma estratégia indispensável à manutenção do poder imperial, visto que as acusações e as tentativas de substituição do núcleo de poder eram constantes. No entanto, como estamos indicando ao longo dessa reflexão, apesar da necessidade de agrupar nas políticas de oposição importantes personalidades da vida pública e que possuíam uma maior proximidade com o imperador se constitui apenas na ponta de um imenso *iceberg*, já que também era imprescindível conquistar o apoio de libertos, senadores, exércitos e até mesmo de mulheres. Ou seja, indivíduos que também teciam

suas estratégias relacionais e que, portanto, devem ser levados em consideração pelos historiadores do Principado romano.

No entanto, talvez um fato muito ilustrativo para demonstrar a instabilidade das conspirações que visavam derrubar o imperador possa ser resumido na atuação do prefeito da guarda pretoriana, Fênio Rufo²²⁵. Este personagem, como foi demonstrado anteriormente, havia sido investido por Nero do cargo de prefeito da guarda pretoriana para suprir a morte de Burrus. No entanto, durante o andamento das acusações e das delações sobre os envolvidos na empresa de Pisão, foi indicado por um equestre, de nome Cervário Próculo, como um dos conspiradores, apesar de participar do processo de punição aos dissidentes e de manutenção da ordem vigente²²⁶. Além disso, podemos indicar a delação feita pelo liberto Natalis que acusava Sêneca de ser uma das cabeças dessa conspiração. Nero, aceitando a ideia de seu tutor havia se voltado contra ele, decidiu eliminar Sêneca, que foi constrangido ao suicídio²²⁷.

Realizando um balanço geral dessa conspiração, percebemos que a maioria das condenações capitais é decorrente da culpabilidade dos indivíduos na conspiração pisoniana. Assim, decorre que Nero ministrou a justiça com certo grau de integridade, pois, como podemos perceber na narrativa taciteana, a maioria das mortes visava “à manutenção da ordem pública”, ou seja, era em decorrência da preservação do poder imperial a que Nero se expôs. Como vimos, segundo Tácito, a conspiração pisoniana foi um reflexo das “maldades do príncipe, sobre a total decadência do império, e o quanto se fazia preciso eleger outro chefe que salvasse o Estado” (Tácito, *Anais*, XV, 50, 1). Portanto, podemos verificar nesse processo que a ocorrência de muitas mortes e uma crescente contestação ao poder de Nero, sendo cada vez mais presente a possibilidade de seu assassinato importante a ser notado é que, considerando algumas conspirações contra o Imperador, podemos apontar alguns limites do patronato como uma explicação para o funcionamento do governo romano. O homem que esfa-

²²⁵ Fênio Rufo posteriormente foi preso por um soldado de nome Cássio (Tac. Ann. XV, 66) e foi substituído por Ninfídio Sabino, filho de uma das meretrizes de Calígula (Tac. Ann. XV, 72), e que nas Histórias é acusado de tentar ascender ao posto de princeps (Histórias, I, 5).

²²⁶ Sobre Cervário Próculo Cf. Tac. Ann. XV, 50; XV, 66; XV, 71.

²²⁷ Antônio Natalis era um liberto muito próximo a Pisão. Quando sua participação na conspiração foi delatada, esse homem tratou de entregar prontamente outros participantes visando o perdão do Imperador. Fato que ocorreu Cf. Tac. Ann. XV, 50; XV, 54; XV, 55; XV, 56; XV, 60; XV, 61; XV, 71.

queou Calígula e muito dos homens que formaram a conspiração Pisoniana contra Nero não deixaram de receber seus benefícios por parte do Imperador, mas mesmo assim conspiraram contra ele. Cabe lembrar que um dos conspiradores Pisonianos era um cônsul designado enquanto outros eram familiares do *princeps* (Tac. *Ann.*, XV, 48-51) e que um dos torturadores, o prefeito da guarda pretoriana, Faenius Rufus (Tac. *Ann.* XV, 50), foi descoberto como um dos conspiradores.

No entanto, apesar da não eficácia da empreitada liderada por Pisão, o governo de Nero passou a conviver com intensas lutas contra a sua posição e os membros que apoiavam o seu governo. Assim, além dessa conspiração descrita anteriormente, podemos citar algumas referências que autores contemporâneos, como David Shotter, que trabalham com a proposta de que os anos finais do governo de Nero foram marcados por muitas contestações de diferentes níveis, inclusive podendo servir para identificar grupos sociais de oposição aos imperadores da dinastia Júlio-Cláudia que eram atuantes desde o governo de Calígula, passando os governos de Cláudio e de Nero. Um exemplo dessa afirmação é a revolta de Caio Júlio Vindex, na Gália, e a conspiração Vinicianiana, liderada pelo genro de Corbulão, Ânio Viniciano. Assim, iremos tecer alguns comentários sobre essas duas dissidências, ainda que elas não sejam relatadas por Tácito nas passagens que foram preservadas de suas obras.

No ano de 66, uma conspiração foi descoberta em Beneventum. O líder dessa conspiração era Ânio Viniciano que tinha como objetivo substituir Nero pelo general Corbulão²²⁸. Segundo Wiedemann, existe uma ligação entre o acusado e Ânio Pólio, envolvido na conspiração pisoniana, já que para o autor, esses dois envolvidos em conspirações contra Nero seriam irmãos²²⁹. Esse fato serve para ilustrar nossa hipótese de que as *domus* se articulavam independentes do poder imperial, formando em muitos casos grupos sociais de oposição aos imperadores. Como os dois envolvidos nessas tentativas de substituição do núcleo de poder comandado por Nero pertenciam à mesma *domus*, podemos inferir que esta *domus* fazia parte de algum núcleo de resistência contra Nero. Assim, cabe ressaltar que essa conspiração que proveio de Beneventum teve como um dos principais conspiradores o general Corbulão, investido por Nero e que havia feito uma ótima

²²⁸ Ânio Viniciano (Tac. *Ann.* XV, 28; XV, 56) era genro de Corbulão e filho de L. Ânio Viniciano, um dos conspiradores contra o imperador Calígula e também participou da revolta de Camilo Escriboniano contra Cláudio em 42.

²²⁹ WIEDEMANN, T. E. J., 2006. p. 254

campanha contra os Armênios e, segundo Wiedemann, era patrono e sogro de Ânio Pólio²³⁰.

Durante a primavera de 68, Caio Júlio Vindex, descendente de reis na Aquitânia e filho de um Senador romano (que provavelmente ascendeu durante o governo de Cláudio) e um legado de César na província, reuniu algumas tropas na região da Gália com o intuito de substituir o *princeps*²³¹. Segundo Wiedemann, durante a revolta capitaneada por Vindex, o conspirador articulou uma extensa rede de correspondências referindo-se a Nero como Ahenobarbus, ou seja, como alguém que não pertence à *domus Caesaris* e, portanto, um usurpador. Cabe também ressaltar que Vindex era legado do imperador na Gália e, portanto, era favorecido por esse poder que contestava.

Apesar dessas indicações sobre algumas das revoltas contra o governo de Nero, não podemos tecer nenhum comentário sobre essas novas dissidências através dos *Anais*. Como sabemos, nas *Histórias* já é possível observar outra realidade, que já não era a dos anos da dinastia Júlio-Cláudia, mas, como demonstramos se coloca como um sintoma direto das disputas entre grupos sociais de apoio e de oposição aos governantes. Assim, iremos terminar nossa análise com algumas considerações sobre os momentos finais do governo de Nero através da exposição de alguns membros que apoiavam o seu regime e que posteriormente foram essenciais em sua queda, atuando até mesmo na substituição do imperador seguinte, Galba.

O fim do principado neroniano é marcado pela aclamação de Galba como *Caesar* por suas tropas em Nova Cartago, entre os dias dois e três do mês de abril de 68. Galba imediatamente recusou o título, contudo aceitou o título de “Legado do Senado e do Povo Romano”. No início desse levante, Galba sofreu forte oposição dos governadores aliados ao partido de Nero, que foram sumariamente executados. Contudo, recebendo o apoio do questor Cecina Alieno (que ganhou o governo da Bética), de Marcus Sálvio Oto, governador da Lusitânia, e de mais três

²³⁰ Foi acusado por Tácito como um dos maiores participantes da conspiração de Pisão. Filho de L. Ânio Viniciano e irmão de Ânio Viniciano (família de conspiradores) foi exilado após os acontecimentos da dissidência Viniciano (Tac. Ann. XV, 56; XV, 71). “Ele foi “legatus” da quinta legião na campanha de Corbulão na Armênia e foi casado com a filha desse comandante” Cf. WIEDEMANN, T. E. J., 2006, p. 254.

²³¹ HORNBLLOWER, Simon & SPAWFORT, Antony (eds.), 1996 e WIEDEMANN, T. E. J., 2006, p. 257.

outros governadores que controlavam províncias produtoras de metais preciosos, Galba conseguiu reunir um poderoso partido para enfrentar o de Nero²³².

Para Tácito, a morte de Nero marcou profundamente a nova configuração política que era o principado inaugurado por Augusto. Um imperador que já não era um descendente da família de Otaviano era o governante de Roma e, além disso, podemos perceber que as atitudes relativas ao investimento deste novo governante já não foram realizadas na cidade de Roma, mas, agora, poderia ser feitas nas províncias através da aclamação dos exércitos (e logicamente pelo consentimento do Senado) e iria privilegiar personalidades que já não eram as mesmas oriundas das grandes e proeminentes famílias republicanas, pois eram de origem provincial ou viviam em ambiente provincial quando se movimentam para produzir alterações na casa governante em Roma.

Nesse sentido, podemos apontar que os membros indicados por Tácito como essenciais na sublevação de Nero são respectivamente, Júlio Vindex (governador da província da Gália), Sérvio Galba (governador da Hispania Terraconenses), Marco Sálvio Oto (governador da Lusitânia), Tito Vínio (comandante das legiões na Hispania Terraconenses), Fábio Valens (comandante das legiões no Reno), Cecina Alieno (comandante das legiões no Reno), Lúcio Clódio Macer (Encarregado da província da África), A. Vitélio (o futuro Imperador), Ninfídio Sabino (Prefeito da Guarda Pretoriana), Liciano Pisão (descendente de Galba), Clúvio Rufo (governador da Hispania), a guarda pretoriana e o Senado.

Já nos processos que auxiliaram na queda de Galba, podemos apontar a participação dos seguintes membros, Tito Vínio (comandante das legiões na Hispania Terraconenses), Fábio Valens (comandante das legiões no Reno), que se revoltaram por não receber os donativos prometidos pelo imperador, Marco Sálvio Oto (governador da Lusitânia), Clúvio Rufo (governador da Hispania), Mario Celso, Suetônio Paulino, as Legiões da Germânia inferior, como também as que se encontravam na região do Danúbio e das províncias do Leste, além da guarda pretoriana e o Senado.

Sobre o grupo de apoio ao candidato Vitélio, podemos mencionar a participação das Legiões do Reno, através do apoio de Cecina Alieno (comandante das

²³² Sobre os membros que constituíam o grupo de apoio a Nero podemos mencionar a participação de Lúcio Virgínio Rufo, Cônsul em 63 (Tac. Ann. XV, 23) e comandante das tropas na Germânia superior, e Fonteio Cápton, Cônsul em 59 (Tac. Ann. XIV, 1), comandante das tropas na Germânia inferior e morto a mando de Galba (Histórias, I, 7).

legiões no Reno), Fábio Valens (comandante das legiões no Reno), Clúvio Rufo (governador da Hispania) que auxiliaram na derrota de Oto e na ascensão de seu líder ao poder. Após o curto governo de Vitélio, podemos atentar para a fundação de uma nova dinastia fundada por Tito Flávio Vespasiano, que fora apoiado por Cecina Alieno (comandante das legiões no Reno), Clúvio Rufo (governador da Hispania), além das Legiões do Danúbio e das províncias do leste, como a Palestina, o Egito, e, principalmente de Antônio Primo, o general que derrotou as tropas de Vitélio²³³.

Em suma, juntando nossas análises desenvolvidas ao longo dessa dissertação podemos perceber que para Tácito a “ordem imperial” não se dava somente através da força, da autoridade ou do patronato exercido pelo *princeps*. Como foi demonstrado pelo historiador latino, estamos nos deparando com uma sociedade composta por inúmeras *domus* que competiam entre si e que também encerravam em seu interior disputas internas. Estas, que poderiam ser feitas visando à liderança de determinada *domus*, ou tendo como maior objetivo a aproximação para com a *domus Caesaris*, ou ainda a constituição de uma alternativa a ela, são elementos que aparecem constantemente na narrativa taciteana. E, como vimos, essas estratégias transparecem muitas vezes através de elementos de remetiam às guerras civis vencidas por Augusto e que podem ser entendidas através da noção de que existiam pelo menos dois grandes núcleos de poder que poderiam liderar a *respublica*. Esta situação somente poderia ser enfrentada através da perseguição, condenação e morte de muitos dos envolvidos.

Para que esses conflitos não desencadeassem uma guerra, eles teriam que ser arbitrados pelo imperador, que era, para Tácito, era o elemento de coesão e de consenso entre as inúmeras *domus*, a plebe, os escravos e os exércitos, ou seja, entre todos grupos que eram atuantes no seio da *respublica*. Assim, dentro desse esquema, percebemos que uma *domus Caesaris* enfraquecida, seja por disputas internas seja pela perda de apoiadores, era uma avenida aberta para a discórdia e para a sempre iminente guerra civil. Contrariamente, essa *domus* poderia através do patronato estabelecer vínculos de ligação moral e aumentar o seu poder, seja através da doação de riquezas, honrarias, magistraturas ou até mesmo através do perdão.

²³³ Vespasiano foi apontado por Nero como legado romano na Síria como substituo de Céstio Galo, falecido em 66 (Tac. Ann. XV, 25) Cf. WARMINGTON, B.H, 1969.

Assim, como vimos, Nero nos anos iniciais conseguiu administrar esse jogo político, seja pelo controle exercido por seus tutores, pelas concessões às elites mais tradicionais que compunham o império, ou, ainda, pela fraqueza demonstrada pelo Senado frente ao poder imperial. Contudo, apesar dessa demonstração de habilidade política, o imperador não conseguiu arbitrar os negócios no interior de sua própria *domus*. Esta estava imersa em disputas pessoais envolvendo o controle do imperador pela sua mãe e seus tutores. Deflagrado o conflito, Nero passou a eliminar importantes personalidades que eram essenciais para a proeminência de sua *domus*. A partir desse momento, temos em cena um *princeps* enfraquecido e que se torna alvo para contestações e conspirações. Porém, como foi demonstrado, o partido de Nero ainda se mostra forte perante os possíveis concorrentes que começam a aparecer, como o senador Pisão. Conseguindo, assim, em muitos casos, estabelecer políticas de manutenção do núcleo de poder e de extermínio de seus concorrentes e da *respublica*.

Outro elemento importante a ser destacado é que a oposição ao imperador Nero foi composta por membros que usufruíram do *beneficium* do *princeps*, inclusive tendo como conspiradores importantes personalidades da vida pública, como cônsules, cavaleiros e senadores. Esta presença maciça de indivíduos que ascenderam socialmente graças ao patronato exercido por Nero nos oferece uma pista a respeito do jogo político pela disputa de um lugar mais elevado socialmente. Portanto, os indivíduos constantemente elaboravam estratégias de ascensão social. E uma delas era se aliar a uma *domus* proeminente que visava substituir o núcleo de poder, pois era necessário que o próximo imperador tivesse um *cursus honorum* que fosse condizente com a sua posição. Mas, pelo menos no caso da guerra de 69, era necessário o apoio dos exércitos. Caso essa aliança seja concretizada, o que podemos observar é a formação de grupos sociais de oposição aos imperadores, compostos por senadores, equestres e libertos proeminentes, todos *patres* de suas *domus*, compostas por seus familiares, clientes e escravos.

Conclusão

Neste trabalho demonstramos que as visões construídas sobre Nero e que privilegiam a sua postura como um tirano ou monarca, inclusive nas fontes, deve ser lida com cuidado. Afinal, em Tácito, foi possível observar que o principado romano era um sistema de governo muito mais complexo do que uma noção próxima a um governo autoritário, apesar de ainda ser observável que o Imperador deveria posicionar a sua *domus* como a mais proeminente da *respublica*. O imperador, portanto, precisa arbitrar os conflitos políticos e sociais que englobavam diversos grupos que também eram atuantes na República, como o senado e os equestres. Além deles, também se fazia necessário que o *princeps* fornecesse uma política de ordenação dos libertos e dos escravos, grupos que não estavam neces-

sariamente articulados à sua *domus*, mas que também poderiam se articular no intuito de modificar a ordem vigente.

Ainda dentro dessa proposta, pudemos observar que uma nova leitura das fontes, principalmente nos calcando na formação dos oradores, nos permite debater questões que por muitos anos se colocaram como problemas na compreensão do principado inaugurado por Augusto. Assim, e nos focando na preocupação que Tácito demonstra com as guerras civis, pudemos construir um quadro diferente daquele que visa estudar os imperadores através da noção de que este deveria ordenar a sociedade romana exclusivamente através do seu patronato. Ou seja, através de uma visão de que todos os indivíduos inferiores ao *princeps* deveriam ter uma relação pautada no binômio patrono X cliente para com o imperador. Afinal, como vimos, personalidades como o Senador Traséia Peto demonstraram certa independência do imperador, inclusive afrontando sua opinião nos debates sobre assuntos imprescindíveis para a *respublica*.

O imperador, portanto, deveria participar da disputa de honrarias e magistraturas como se fosse um *par* dos senadores, os mesmo que poderiam fornecer um *corpus* de pessoas qualificadas para administrar e liderar os governos provinciais, os exércitos e outras magistraturas importantes para o funcionamento do Estado. Afinal, o imperador não poderia monopolizar todas as funções e titulações do Estado. Por outra via, como também é observável, esse sistema também criou uma peculiaridade que era a aproximação para com a *domus* imperial, afinal quanto mais próximos ao núcleo de poder, os indivíduos poderiam receber uma maior quantidade de benefícios e aumentar o seu *cursus honorum* através da dádiva imperial. Caso, esse se mostrasse como um possível concorrente, o Imperador deveria salvaguardar a *respublica* e a sua vida, aplicando uma política de extermínio desses possíveis concorrentes. Mas, apesar disso, ainda era preciso pensar que um possível Senador dissidente poderia ter laços com a casa imperial, com outros membros do Senado, da elite equestre e até nas províncias.

Além disso, como fica evidente em Tácito, essa nova realidade política fornecida pela *domus* imperial e pelo imperador, muitas vezes pode ser entendida como uma autarquia graças à própria submissão dos Senadores ao imperador, seja através da bajulação ou das acusações, mas que sempre estavam direcionadas a um único objetivo: adquirir proeminência, magistraturas e honrarias oriundas do *princeps*. Mas, apesar desse fato, o que podemos perceber é que o imperador não

poderia ultrapassar certos limites que compreendiam a atuação do Senado, a exemplo, novamente, da preocupação de Nero em afirmar no início do seu governo que os negócios do Estado não seriam confundidos com os seus interesses particulares. E a proposta, para isso, seria a de conservar a antiga autonomia do Senado.

Assim, como vimos, o imperador no início do seu governo procurou favorecer membros da elite que haviam sido perseguidos e acusado em intrigas ocorridas no governo de Cláudio. Além disso, o imperador procurou não interferir nas questões debatidas pelos senadores e também procurou indicar para importantes empreitadas, como a guerra contra os Partos, personalidades que, segundo Tácito, eram merecedores de tal missão: para tanto, o imperador indicou Corbulão.

No entanto, ao longo das narrativas historiográficas de Tácito, podemos encontrar uma preocupação a respeito de como lidar com os problemas que envolviam membros da própria *domus* imperial, como Britânico, Agripina e outras personalidades que poderia afrontar o imperador através da descendência: como o caso de Júlio Silano. Mas, apesar de encontrarmos relatos de assassinatos dos possíveis concorrentes, muitas vezes era necessário também recorrer ao Senado para acusar tais personalidades de conspirar contra a vida do imperador.

Assim, voltamos à balança formalista de Mommsen. O imperador, portanto, deveria articular a sua independência e a sua atuação em conjunto com o Senado. Caso essa balança pesasse para o lado do imperador, cabia aos senadores fornecer uma outra alternativa para a liderança desse poder, como o caso de Calígula. Mas, em Nero, isso só foi possível após a fuga do Imperador, com medo da revolta liderada por Galba e pelo abandono de sua guarda particular, a pretoriana. Com efeito, como podemos perceber, para compreender os principados dos imperadores se faz necessário voltar a ideia de “diarquia”, tal como exposta por Mommsen, e analisar a política dos imperadores não através de críticas às condutas individuais, mas através da noção de que o principado pode ser entendido como um sistema de governo onde todas as posições hierárquicas poderiam ser alcançáveis, principalmente pelos membros do Senado romano. Cabia, portanto, ao imperador equilibrar essa balança entre a sua autonomia e a sujeição às leis e as normas da *respublica*. Especialmente se recordarmos que o próximo imperador deveria ser reconhecido pelo Senado.

Além disso, pudemos indicar que a formação de grupos de apoio e de oposição era feita através de maneiras muito mais complexas do que aquelas cal-

cadadas em disputas pessoais ou contra determinadas atitudes dos imperadores. Ou seja, como pudemos perceber através da análise que fizemos dos episódios envolvendo Oto e suas relações com Nero e Galba, ele se coloca como uma figura interessante para compreendermos o principado neroniano, principalmente pelo apoio que recebe dos membros que compunham a antiga corte e a constante necessidade que esse imperador demonstra em continuar as antigas obras de Nero.

Assim, o que podemos perceber ao final do governo de Nero é que alguns grupos sociais que apoiaram o imperador ainda se encontravam atuantes, só que desta vez se na condição de sustentar a candidatura de Oto, que foi representado por Tácito como um concorrente viável para a sucessão imperial. Em suma, podemos perceber que estamos trabalhando com elementos que consistiam em uma nova realidade política e social que já não era igual à do período republicano, mas que, possuía muita afinidade com os tempos das guerras civis e com as disputas que envolviam as facções conflitantes. Ao mesmo tempo, podemos perceber que, diferente das concepções de um governo marcado por uma autocracia, os poderes do *princeps* poderiam ser (e foram) contestados por indivíduos que se aliavam em grupos de oposição que visavam suplantam o grupo dominante. Essas novas questões nos levam a complexificar o universo pelo qual o imperador se fazia superior aos outros indivíduos que compunham a sociedade romana, além de demonstrar que elementos, como a honra, prestígio, riqueza, patronato e até mesmo o culto imperial, quando analisados separadamente, não servem para explicar o funcionamento das disputas políticas e sociais, mas que com certeza se constituem como elementos importantes para a afirmação e a sublevação da ordem vigente.

Além disso, também pudemos constatar que os conflitos internos aos governos dos imperadores da dinastia Júlio-Cláudia são essenciais para entendermos como o historiador latino observa os acontecimentos dos anos do Principado inaugurado por Augusto e também se constituem como alternativas para pensarmos, na mesma relação de “causa e efeito”, que a queda de Nero, o último imperador dessa dinastia, pode ser pensada através dessa noção desenvolvida por Tácito, de que a queda de um imperador também fazia parte do sistema de disputa por espaço de atuação política durante o principado. No caso de Nero, podemos ainda afirmar que existiam muitas pessoas dispostas e com força para disputar esse po-

der. É este fato que, para Tácito, justificaria a guerra civil de 69 e os quatro imperadores que pereceram em um ano.

Referências bibliográficas

Edições das obras de Tácito

TACITE. *Annales*. Texte établi et traduit par Henri Goelzer. Paris: Société d'édition "Les Belles Lettres", 1953. 3vv.

TACITUS. *The Annals*. Translated by A.J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004.

TÁCITO. *Anais*. Tradução de J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1952 (Clássicos Jackson, Vol XXV).

TÁCITO. *Obras Menores*. Tradução de Agostinho da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

TÁCITO. *As Histórias*. Tradução de Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Athena Editora, 1937.

TACITUS. *The Histories*. Translated by Kenneth Wellesley. London: Penguin, 1995.

TÁCITO, Cornelio. *Agrícola, Germania, Diálogo sobre Los Oradores*. Traducción J.M. Requejo. Madrid: Editorial Gredos, 2008.

Autores antigos

A VIDA E OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO/ textos de Suetônio e Augusto; Tradução de Matheus Trevisam, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. (coleção Palimpsetos)

AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. (Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

AURELIUS VICTOR. *De Caesaribus*. Translated with an introduction and commentary by H. W. Bird. Liverpool: Liverpool University Press, 2004.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farnhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Biblioteca de autores clássicos, 2005.

CÍCERO. *De oratore*. In: SCATOLIN, Adriano. A invenção no Do Orador de Cícero: Um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

[CÍCERO] *Rethorica ad Herenium*. Translated by Harry Caplan. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999. (Col. The Loeb Classical Library)

[CÍCERO] *Retórica a Herênio*. Tradução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

HERÓDOTO. *História*: o relato clássico da Guerra entre gregos e persas. Tradução de J. Brito Broca e introdução de Vítor Azevedo. 2ª Edição. São Paulo: Ediouro, 2001.

JOSEFO. *Jewish Antiquities*. Translated by Ralph Marcus. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1965. (Col. The Loeb Classical Library)

JULIO CÉSAR. *Comentários sobre as guerras civis*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1999.

LONGINO. *Do Sublime*. Introdução Roberto de Oliveira Brandão; Tradução do grego e do latim de Jaime Bruna. 7ª edição. São Paulo: Cultrix, 1997.

LUCAN. *The civil war* (pharsália). Translated by J. D. Duff. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1928. (Col. The Loeb Classical Library).

LUCIANO, de Samósata. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

POLÍBIO. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

QUINTILIANO. “Educação oratória” (Livro X). In: RESENDE, Antônio Martinez de. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso em Quintiliano*. Tradução de Antônio Martinez de Resende. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

SÊNECA. *Tratado sobre a Clemência*. Tradução de Ingeborg Braren. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1990.

SUETONIO. *Vida dos Doze Césares*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. (Coleção Universidade de Bolso)

TITO LÍVIO. *História de Roma* (Ab urbe condita libri). Introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. Volume Primeiro. São Paulo: Editora Paumape, 1989.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Tradução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

Bibliografia

ABBOT, Frank Frost. *A history and description of roman political institutions*. Elibron Classics. Boston: Ginn & Company, 2006.

AGNOLON, Alexandre. *O catálogo das mulheres: Os epigramas misóginos de Marcial*. São Paulo: Humanitas, 2010 (Coleção Letras Clássicas).

ALFÖLDY, Géza. *Historia Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

AMES, Cecília. “Los lenguajes de la práctica política de Julio César: escritos, moneda y obra pública”. *Semanas de Estudios Romanos. Ediciones Universitarias de Valencia*, v.XIII, p. 81 – 98, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDERSON, J.C.C. "Trajan on the Quinquennium Neronis". *Historia*, Band XXVIII/3. Franz Steiner Verlag GmbH. Wiesbaden, 1989.

ANDO, Clifford. *Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman empire*. Berkeley: University of California Press, 2000.

ARAUJO, Valdei Lopes de. "A época das revoluções no contexto do tacitismo: notas sobre a primeira tradução portuguesa dos Anais". *Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS), v. 36, p. 343-365, 2010.

ARAUJO, Valdei Lopes de. "O tempo como problema". In: ARAUJO, Valdei Lopes de. *A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 57-99.

ARENDT, Hannah. "O conceito de história – antigo e moderno". In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida, São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 69-126.

AUGUET, Roland. CAZENAVE, Michel. *Os imperadores loucos*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1995.

BABLITZ, Leanne. *Actors and audience in roman courtroom*. London: Routledge, 2007.

BATSTONE, William W. "Postmodern historiographical theory and the Roman Historians". In: FELDHERR, Andrew (org.). *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 24 – 41.

BARBOZA, Jerônimo Soares. *Instituições Oratórias de M. Fábio Quintiliano, Escolhidas dos seus XII Livros, Traduzidas em linguagem e ilustradas com notas Críticas, Históricas e Retóricas, para Uso dos que Aprendem*. Tomo Segundo. Paris, Na Livraria Portuguesa de J.P. Aillaud, 1836.

BELCHIOR, Ygor Klain. *Patronato e Governo Imperial, sob Nero, nos Anais, de Tácito*. (Graduação em História). Mariana: UFOP. 2009.

BELCHIOR, Ygor Klain. Uma análise dos estudos críticos sobre Tácito em Portugal no século XIX. *Politéia* (UESB), v. 10, p. 187-202, 2011.

BELCHIOR, Ygor Klain. A história como um romance? Uma discussão da contribuição teórica da vertente pós-modernista para os estudos sobre a historiografia Taciteana. *Revista Ágora* (Vitória), v. 7, p. 1-22, 2011a.

BENTLEY, Michael. *Companion to Historiography*. London: Routledge, 1997.

BLOCH, March. *Apologia da História, ou, O Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOISSIER, Gaston. *Tácito*. São Paulo: Editora Difusão, 1934.

CARVALHO, José Liberato Freire de. “Advertência”. In: TACITO. *Annaes de Cornelio Tacito*. Londres: impresso por D. Thompson, Great St. Helens, 1820.

CARVALHO, José Liberato Freire de. *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho*. Lisboa: Typ. de José Baptista Morando, 1855.

CARVALHO, José Liberato Freire de. “Prólogo”. In: TACITO. *Annaes de Cornélio Tacito*. Paris: Há Officina Typographica de Casimir, 1830.

CHIAPPETTA, Angélica. “Não Diferem o Historiador e o Poeta: o texto Histórico como Instrumento e Objeto de Trabalho”. *Língua e Literatura*, v. 22, p. 15-34, 1996.

CHAMPLIN, Edward. *Nero*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

CLASSEN, C. J. “Tacitus: Historian between Republic and Principate”. *Mnemosyne*, 4th series, vol. 41, p. 93-116, 1988.

COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

CROOK, John. *Law and life of Rome*. New York: Cornell University Press, 1967.

CURTHOYS, Ann & DOCKER, John. “Anti-postmodernism and the Holocaust; “History War”. In: CURTHOYS, Ann & DOCKER. *Is history fiction?* Michigan: The university of Michigan Press, 2004, p. 206 – 219.

DUHAMEL, P. Albert. The function of Rhetoric as effective expression. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 10, No. 3, p. 344-356, 1949.

DUFF J. D. “Introduction”. In: LUCAN. *The civil war* (pharsália). Translated by J. D. Duff. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1928. (Col. The Loeb Classical Library).

EISENSTADT, S. N. *Patrons, cliens and friends*. Cambridge University Press. New York, 1999.

ENGEL, Jean-Marie. *O império romano*. Tradução de Niko Zuzek; ilustração da capa: reprodução do original de Leonardo da Vinci. São Paulo: Atlas, 1978.

ERSKINE, Andrew. *A companion to Ancient History*. Oxford: Blackwell Publishing, 2009.

FAVERSANI, Fábio. *A Sociedade em Sêneca*. Tese de Doutorado em História Econômica. DH/FFLCH/USP, 2000.

FAVERSANI, Fábio. “As relações interpessoais sob o Império Romano: uma discussão da contribuição teórica da escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana. Interação social, reciprocidade e profetismo no Mundo Antigo”. In:

- GALVÃO, Alexandre (org.). *Interação social, reciprocidade e profetismo no Mundo Antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB. 2004.
- FAVERSANI, Fábio. “Trimalchio, classe social e estamento”. *Revista de História*. USP, São Paulo, n. 134, p. 7-18, 1996.
- FAVERSANI, Fábio. Tácito, Sêneca e a historiografia. In: JOLY, Fábio Duarte (org.). *História e retórica: ensaios sobre a historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 137 – 146.
- FINLEY, Moses. I. *A política no mundo antigo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1997.
- FINLEY, M.I. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- FINLEY, Moses I. *Democracia antiga e moderna*. Tradução de Waldéa Barcellos, Sandra Bedran. Revisão Técnica de Neyde Theml. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FUNARI, P. P. A., SILVA, G. J. T. *Teoria História*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- FELDHERR, Andrew. *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- FERRERO, Guglielmo. *História Romana*. Tradução de Brenno Silveira. Livraria Martins Editora, 1947.
- GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. *The Roman Empire: economy, society and culture*. London: Duckworth, 1987.
- GINZBURG, Carlo. “Ekphrasis e citação”. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 215-232.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: História, Retórica e Prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- GINSBURG, Judith. *Tradition and theme in the Annals of Tacitus*. Salem, N.H.: Ayer, 1981.
- GONZÁLES, Julián. *Tácito y las fontes documentales: SS. CC honoribvs germanici decernendis (Tabvla siarensis) y de Cn. Pisone patre*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002.
- GOWING, Alain M. *Empire of Memory: The Representation of the Roman Republic in Imperial Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GRANT, Michael. “Introduction”. In: TACITUS. *The annals of Imperial Rome*. Baltimore; Maryland: Penguin Books, 1959, p. 7 – 26.

- GRIFFIN, Miriam. *Nero: the end of a dynasty*. London: B. T. Batsford, 1984.
- GRIFFIN, Miriam. *Seneca: A philosopher in politics*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Tradução Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993.
- GUARINELLO, Norberto Luiz; JOLY, Fábio Duarte. “Ética e ambigüidade no principado de Nero”. In: FUNARI, Pedro Paulo de Abreu (org.). *Ética e política no Mundo Antigo*. Campinas: Unicamp, 2001, p. 133-152.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano. Um Ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, p. 113-127, 2010.
- HIND, J.G.F. “The Enigma of Nero’s Quinquennium”. *Historia*, Band XXIV/3. Franz Steiner Verlag GmbH. Wiesbaden, 1988.
- HADAS, Moses. “Preface and Introduction”. In: TACITUS. *The complete works of Tacitus*. Translated from the Latin by Alfred John Church and William Jackson Brodribb. New York: Modern Library, 1942, p. V – XXV.
- HARIS, William V. *Ancient Literacy*. Massachusetts: Harvard University Press, 1989.
- HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra (org.) *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 11-41.
- HAYNES, Holly. *The History of Make-Believe: Tacitus on Imperial Rome*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2003.
- JOHNSON, William A; PARKER, Holt N. *Ancient Literature: The Culture of Reading in Greece and Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- JOLY, Fábio Duarte. “A escravidão no centro do poder: observações acerca da família Caesaris”. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Janeiro/ Fevereiro/ Março de 2007, Vol. 4, nº 1, p. 1- 11, 2008.
- JOLY, Fábio Duarte. “História e retórica em Tácito”. In: LOPES, Marco Antônio (org.). *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004.
- JOLY, Fábio. Teleologia e Metodologia Históricas em Tácito. *História Revista*, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 25-50, 2001.

JOLY, Fábio Duarte. “A sociedade romana do Alto Império”. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Org). *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 21-53.

JOLY, Fábio Duarte. Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura da Vida de Nero. *História* (São Paulo), v. 24, p. 111-127, 2005.

JÚNIOR, Manuel Alexandre. “Introdução”. In: ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Biblioteca de autores clássicos, 2005.

KENNEDY, George A. *A new history of Classical Rhetoric*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KONSTAN, David. *A amizade no mundo clássico*. Tradução de Marcia Epstein Fiker. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. “Historia magistra vitae: sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento”. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006, p. 41-60.

LONDON, J. E. “Historians without history: Against Roman historiography”. In: FELDHERR, Andrew (org.). *The Cambridge Companion to the Roman Historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 41 – 63.

LONDON, J. E. *Empire of honour*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LIMA, Luiz Costa. *História, ficção e literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

LINTOTT, Andrew. “Roman historians”. *The Oxford illustrated history of the Roman world*. John Boardman, Jasper Griffin, Oswyn Murray (orgs.). Volume II, Oxford: Oxford University press, 2001

LISSNER, Ivar. *Os Césares*. Tradução de Oscar Mendes. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1985

LUCE, T.J. Reading and Response in the Dialogus. In: LUCE T.J. and WOODMAN, A.J. (Ed.). *Tacitus and the Tacitean Tradition*. New Jersey: Princenton University Press, 1993, p.11-38.

MARINCOLA, John. *A companion to Greek and Roman historiography*. Volume I. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007.

MARQUES, Juliana Bastos. “Uma análise dos estudos críticos sobre Tácito”. *Revista Aletheia*, vol. 1, n.1, 2008, pp.1-11.

MARTIN, Hervé & BORDÉ, Guy. “A Escola Metódica” In: MARTIN, Hervé & BORDÉ, Guy (orgs.). *As escolas históricas*, Portugal: Europa-América, 1983.

- MARROU, Henri-Irénée. *História da educação na Antiguidade*. Tradução de Leônidas Casanova. 5ª edição. São Paulo: EPU, 1990
- MAY, James M. *Brill's Companion to Cicero: Oratory and Rethoric*. Boston: Brill, 2002.
- MELLOR, Ronald. "Tacitus". In: MELLOR, Ronald (orgs.). *The historians of Ancient Rome*. London: Routledge, 1998.
- MELLOR, Ronald. *The roman historians*. London: Routledge, 1999.
- MENDES, Norma Musco. "O sistema político no principado". In: Gilvan Ventura da Silva; Norma Musco Mende (orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 21-53.
- MEMÓRIAS DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. Tomo I (1780 – 1788). Lisboa: Typografia da Academia, 1797.
- MILLAR, Fergus. *The emperor in the Roman world*. London: Duckworth, 2001.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. "Nero". In: BOWMAN, Alan K; CHAMPLIN, Edward and LINTOTT, Andrew (orgs.). *The Cambridge Ancient History*. Volume X. First Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. "Literary Chronology of the Neronian Age". *The Classical Quarterly*, Vol. 38, No. 3/4, (Jul. - Oct., 1944), p. 96-100.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. "Tradition and the Classical historian". *History and Theory*, Vol. 11, No. 3. (1972), p. 279 – 293.
- MOMMSEN, Theodor. *A history of Rome under the emperors*. London: Routledge, 1999.
- NOBRE, Ricardo. *Intrigas palacianas nos Annales de Tácito: tentativas e processos de obtenção de poder no principado de Tibério*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010.
- ONG, Walter J. *Orality and Literacy: The Technologizing of the world*. London: Routledge, 1982.
- O'GORMAN, Ellen. *Irony and misreading in the Annals of Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- OMENA, Luciana Munhoz de. *Pequenos poderes na Roma Imperial: os setores subalternos na ótica de Sêneca*. Vitória: Flor & Cultura, 2009.

- PARATORE, Ettore. “Tácito”. In: PARATORE, Ettore. *História da Literatura Latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- PETERSON, Merrill D. *Thomas Jefferson: Writings*. New York: Library of America, 1994, p. 900-906.
- PINSKY, Jaime. *Cem textos de história Antiga*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1980.
- PLEBE, Armando. *Breve história da retórica antiga*. São Paulo: EPU, 1978.
- ROPER, Theresa K. “Nero Seneca and Tigellinus”. *Historia*, Band XXIV/3. Franz Steiner Verlag GmbH. Wiesbaden, 1979.
- RIBEIRO, José Silvestre. “O Paradoxo da Reabilitação de Tiberio”. In: *Arquivo Pittoresco*. Volume X. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, p. 350 - 351, 1867.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- REVEL, Jacques. “História e Ciências Sociais os paradigmas dos Annales”. In: REVEL, Jacques. *A Invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.
- ROSTOVTZEFF, Michael Ivanovitch. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- ROLLER, Matthew. *Constructing autocracy: aristocrats and emperors in Julio-Claudian Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- RUDICH, Vasily. *Political Dissidence under Nero: The Price of Dissimulation*. London: Routledge, 1993.
- RUTLEDGE, Steven H. *Delatores and the tradition of the violence in roman oratory*. In.: *American Journal of Philology* 120 (1999).
- SAILOR, Dylan. *Writing and empire in Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- SALLER, Richard. *Patriarchy, Property and Death in the Roman Family* (Cambridge Studies in Population, Economy and Society in Past Time). Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- SCHIAVONE, Aldo. *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. Tradução Fábio Duarte Joly; Revisão Técnica, Norberto Luiz Guarinello. São Paulo: Editora Universidade Federal de São Paulo, 2005.
- SCULLARD. H.H. *From the Gracchi to Nero*. London: Routledge, 2001.
- SHOTTER, David A. C. *Nero*. London: Routledge, 1997.

SILVEIRA, Breno. “Prefácio”. In: TÁCITO. *Anais*. Tradução de J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1952 (Clássicos Jackson, Vol XXV).

SIMIAND, François. *Método Histórico e Ciência Social*, São Paulo: EDUSC, 2003

STE. CROIX, Geoffrey Ernest Maurice. *The Class Struggle in the Ancient Greek World from the archaic age to the Arab conquests*. London: Duckworth, 1981.

SYME, Ronald. “How Tacitus Came to History”. *Greece & Rome*, 2nd Ser., Vol. 4, No. 2. (Oct., 1957), p. 160-167, 1957.

SYME, Ronald. “Princesses and Others in Tacitus”. *Greece & Rome*, 2nd Ser., Vol. 28, No. 1, Jubilee Year, p. 40-52, 1981.

SYME, Ronald. *Tacitus*. London: Oxford University Press, 1967.

SYME, Ronald. *The Roman Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

TORELLI, Mario. “Roman art, 43 B.C. to A.D. 69”. In: BOWMAN, Alan K; CHAMPLIN, Edward and LINTOTT, Andrew (orgs.). *The Cambridge Ancient History*. Volume X. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

TOWNEND, Gavin. “Literature and society”. In: BOWMAN, Alan K; CHAMPLIN, Edward and LINTOTT, Andrew (orgs.). *The Cambridge Ancient History*. Volume X. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

THORNTON, M.K. “Nero’s Quinquennium: The Ostian connection”. *Historia*, Band XXXVIII/3. Franz Steiner Verlag GmbH. Wiesbaden. 1989.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. “Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial”. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 23, n. 1, p. 215-222. 2001.

VEYNE, Paul. “O Império Romano” In: DUBY, G; ARIÈS, P. (orgs.). *História da Vida Privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

VIEIRA, Brunno V. G. “Filinto Elísio, tradutor de Lucano: estudo introdutório, edição crítica e notas de uma versão da Farsália (I 1-227)”. *Nuntius Antiquus*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, nº 1, 2008.

WALKER, Jeffrey. *Rhetoric and Poetics in Antiquity*. New York: Oxford University Press, 2000.

WALLACE-HADRILL, A. Emperors and houses in Rome. In: DIXON, Suzanne (ed). *Childhood, class and kin in the Roman World*. London: Routledge, 2001.

WALLACE-HADRILL, A. "Patronage in Roman society; from Republic to Empire". In: WALLACE-HADRILL, A. *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1989, p. 63-88.

WALLACE-HADRILL, A. "The imperial court". In: BOWMAN, Alan K; CHAMPLIN, Edward and LINTOTT, Andrew (orgs.). *The Cambridge Ancient History*. Volume X. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

WARMINGTON, Brian Herbert. *Nero: reality and Legend*. New York: Chatto & Windus, 1969.

WELLESLEY, Kenneth. "Introduction". In: TACITUS. *The Histories*. Translated by Kenneth Wellesley. London: Penguin Books, 1995, p. 1- 10.

WHITE, Hayden. "The Modernist Event". In: WHITE, Hayden. *Figural Realism: studies in the mimesis effect*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2000, p. 66 – 86.

WHITE, Hayden. *Meta- História: a Imaginação Histórica do Século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992.

WIEDEMANN, T. E. J. "From Nero to Vespasian". In: BOWMAN, Alan K; CHAMPLIN, Edward and LINTOTT, Andrew (orgs.). *The Cambridge Ancient History*. Volume X. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

WIEDEMANN, T. E. J. "Tiberius to Nero". In: BOWMAN, Alan K; CHAMPLIN, Edward and LINTOTT, Andrew (orgs.). *The Cambridge Ancient History*. Volume X. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

WINTERLING, Aloys. *Politics and society in imperial Rome*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

WOODMAN, A. J. Introduction. In: TACITUS. *The Annals*. Translated by A.J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, Inc., 2004.

WOODMAN, A. J. *Rhetoric in Classical Historiography*. Taylor & Francis Library, 2004.

WOODMAN, A. J. *The Cambridge Companion to Tacitus*. Edited by A. J. Woodman. New York: Cambridge University Press, 2009.

WOODMAN, A. J. "History and Alternative Histories: Tacitus". In: WOODMAN, A. J. *Rhetoric in Classical Historiography*. London and New York: Routledge, 1988, p. 160-196.

ZÚÑIGA, José Tapia. Prólogo, In: Tácito, Cayo Cornelio. *Anales*. Tradução de ZÚÑIGA, José Tapia. México (Ciudad Universitária; Universidad Nacional Au-

tónoma de México), *Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum mexicana*, 2002, p. 9-34.